

Roi Ferreiro

Sobre a noção de classe gestorial de João Bernardo

Salvo o primeiro capítulo trata-se ainda dum esboço, em muito compilação de citas. Escrito em Outubro de 2007.

Índice

I. Os pressupostos teóricos

As raízes intelectuais da tese da classe gestorial de Bernardo
A perspectiva antagonista ou a origem da confusão dualista de Bernardo
O carácter da Revolução russa de 1917

A teoria da tecnoburocracia
Uma conclusão preliminar

Pressupostos implícitos (ou como a compreensão do que o capital é determina a compreensão da divisão em classes que gera)

As origens da classe gestorial segundo Bernardo

II. Bernardo contra Marx

Marx e a teoria da classe gestorial
O concreto e o abstracto

As consequências práticas de identificar função e trabalho por Bernardo
Os gestores e a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo
Marx e a transição revolucionária

Os Grundrisse + O Capital vs. Marx crítico de Marx: base tecnológica e transição revolucionária (*Ou a cosmologia de Marx vs. a cosmologia de Bernardo*)

Sobre la base de la propiedad colectiva desaparece la llamada voluntad popular para ceder el puesto a la verdadera voluntad de la colectividad cooperativa).

III. Cara uma nova formulação

Bernardo no seu labirinto

O ponto de arranque: o critério de distinção das classes.

Marx e a definição das classes

O Capital e a luta proletária

Pannekoek e a teoria da classe média

Cara uma actualização da teoria marxiana das classes sociais.

Definição de classe:

Para ir além do fetichismo e da falsa consciência pre-valecentes

O labirinto de Bernardo 2

I. Os pressupostos teóricos

As raízes intelectuais da tese da classe gestorial de Bernardo

"A lei fundamental do processo [revolucionário], para a dialéctica marxista, nom é a transformação da quantidade em qualidade -que, considerada como lei fundamental, decorre do idealismo hegeliano- mas si a acção dumha contradição sobre outra, estando ambas articuladas numha estrutura duplamente hierarquizada de determinante-dominante. No caso de o processo da vida social se organizar em modos de exploração, a lei fundamental do desenvolvimento é a acção da contradição social e ideológica entre as classes sobre o antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção que a si mesmas se reproduzem." (*Para umha teoria do modo de produção comunista*, Ed. Afrontamento, 1974, p. 69)

Aqui pode-se captar a raiz teórica originária da tese da "classe gestorial". Para Bernardo nom existe umha soa contradição, que se expressaria de maneira dupla. Mantém a noção de que as forças produtivas como "tecnologia" (p. 70), que constitui umha das distorções fundamentais do pensamento marxiano operadas pelo leninismo, e que, em última instância, dá suporte também à ideia de que o que haverá de libertarse nom é o proletariado como ser subjetivo, mas as forças produtivas técnicas e o processo de trabalho enquanto processo objetivo, considerando a liberdade subjetiva como mero subproduto derivado, de tal modo que a questão da liberdade individual careceria ainda de significação -a liberdade nom seria outra coisa que o desenvolvimento absoluto da produção material e da sua distribuição, levando ao extremo a identificação classista da acumulação de riqueza material com a liberdade e a felicidade das pessoas, que no capitalismo manifesta-se na acumulação de dinheiro em mãos privadas e no desenvolvimento do consumo individual e no "socialismo" faria-o na acumulação de forças produtivas estatizadas e no desenvolvimento dos recursos estatizados postos à disposição dos indivíduos. Por outro lado, Bernardo, a partir desta noção idealista-mecanicista das forças produtivas como algo diferente do proletariado -cujo desenvolvimento como força de trabalho poderia ficar entom desligado do desenvolvimento da sua subjetividade (consciência) e actividade subjetiva (luta), como se a capacidade viva de trabalho puidesse ficar cindida do ser-, tem que conceber as relações de produção como algo distinto das relações entre as classes, como algo puramente objetivo que compreenderia a organização técnica do trabalho determinada pela adopção da forma valor que caracteriza os componentes do capital (força de trabalho, meios de produção, materiais empregados, existem como mercadorias) e pelo processo da lei do valor.

Em outras palavras, Bernardo confunde a forma autonomizada respeito da base produtiva que assumem das relações entre as classes, a luta de classes, com a existência efectiva dumha separação ou autonomia formal (pois mantém a existência dumha relação de determinação). O problema empírico é que a forma autonomizada nom é umha pura apariência, mas umha realidade funcional, como todas as apariências do capitalismo (fetichismo). Embora, dum ponto de vista materialista, nom é possível dissociar desse jeito a capacidade de trabalho do ser subjetivo como un todo. Tampouco o processo de trabalho, enquanto processo técnico e processo de valorização (criação de plus-trabalho), se pode dissociar das relações entre as classes, que de facto som um produto mais desse processo determinado pelas relações entre trabalho vivo (posta em actividade da capacidade viva de trabalho) e trabalho objetivado (na forma inicial de matérias primas, auxiliares, ferramentas e maquinaria, e na forma resultante do processo produtivo como matéria transformada, producto). A cultura produtivista do proletariado, destinada a operar como autoafirmação do proletariado dentro da sua condição social de explorado, co objecto de fazer psicologicamente suportável essa vida de desrealização humana mediante o autoengano consistente em identificar-se como produtores de riqueza material e identificar a riqueza como fonte de bem-estar e felicidade, da auto-realização humana (o qual é em essência, como já mencionei, um postulado capitalista), esta falsa consciência tendeu sempre a expressar a oposição proletariado-burguesia como oposição entre a classe produtiva e a classe parasitária. Mas isto somente é assi se consideramos que o trabalho produtivo é unicamente o trabalho que actúa directamente no processo de transformação material e que, por conseguinte, o trabalho directivo e técnico é improdutivo. Mas dum ponto de vista capitalista, assi como do ponto de vista da produtividade material, isto é falso. O trabalho directivo e técnico serve para aumentar a efectividade do trabalho produtivo directo em termos de tempo de plus-trabalho e de produtividade material, o que especialmente se põe de relevância se consideramos o processo de produção como un todo, ou seja, a produtividade do "operário colectivo". Este, além, fora o ponto de vista adoptado por Marx. Outra coisa é que -e isso é o

que guarda de verdade a autoafirmação produtivista do proletariado- o trabalho directivo e técnico, enquanto dissociado do trabalho produtivo directo, constitua umha alienação e inclusive umha forma relativamente improdutivo de organização da produção, o que se superaria se se suprimisse esa divisão do trabalho e cada operário contasse com plenas habilidades técnicas e directivas, à margem da existência de responsáveis eleitos rotativamente para assumir as tarefas de coordenação onde for preciso. Em poucas palavras, o mando é umha função intrinsecamente produtiva, a manifestação técnico-organizativa da propriedade privada sobre a produção de plus-trabalho.

Por conseguinte, tanto proletariado como a burguesia que realiza funções directivas -ou os seus delegados para dirigir o processo produtivo- devem considerar-se igualmente forças produtivas subjetivas. A diferença e oposição social entre ambos não se acha, fundamentalmente, na oposição entre trabalho mental e trabalho manual, dirigentes e executantes, mas na oposição entre os produtores expropriados do seu plus-trabalho e os proprietários dos meios de produção que se apropriam desse plus-trabalho. A contradição essencial não é de carácter político, relativo ao governo das vontades individuais, mas de carácter económico, relativa à apropriação do plus-produto. Enquanto às relações de produção, ambos actores são igualmente criadores e participantes dessas relações, por mais que o proletariado se veja compelido a elas sobre a base da pobreza. O facto de que seriam possíveis outro tipo de relações produtivas supõe, de facto, admitir que o proletariado cria activamente a relação de exploração.

A perspectiva antagonista ou a origem da confusão dualista de Bernardo

Embora, o que até agora tratei de estabelecer é a inseparabilidade (ou identidade) da subjetividade e da existência objetiva, de maneira que tanto proletariado como burguesia constituem à vez forças produtivas e são os componentes indispensáveis das relações de produção capitalistas. Da perspectiva do antagonismo, à vez os trabalhadores/as acham-se em conflito com a sua condição de classe explorada em quanto forma de actividade (trabalho assalariado) e relação com os meios de produção e com o seu produto (expropriação do plus-trabalho). Como na concepção dialéctica do movimento, o devir, a mudança qualitativa, é propulsada pela negatividade, o pensamento marxiano enfatizou sempre, no discurso teórico a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a autovalorização do capital, e no discurso prático a contradição entre o desenvolvimento da luta de classes e a dominação capitalista. Deste jeito, criou-se um dualismo aparente entre umha coisa e a outra, mas em essência trata-se somente de duas perspectivas distintas sobre umha mesma relação social, a primeira enfatizando o lado objetivo antagónico económico e a segunda enfatizando o lado subjetivo antagónico político, marginando relativamente o lado subjetivo antagónico económico (a resistência proletária à organização capitalista do trabalho e às condições materiais de trabalho -que não obstante foi bastante mencionado por Engels em A situação da classe operária na Inglaterra e ao longo de O Capital por Marx) e o lado objetivo antagónico político (o desenvolvimento das formas de organização e de poder concretas do proletariado). E assim mesmo umha completa marginação de o aspecto identitário, que já fora, por suposto, tratado pela economia política e a teoria política burguesa, e que era, na realidade, o que havia que criticar por constituir umha mistificação. Embora, com a ideologização do pensamento marxiano este aspecto identitário, pressuposto em todas as análises dialécticas e claramente formulado por Engels no Anti-Dühring como "unidade e luta de contrários" (unidade neste ponto significa, também, identidade relativa e, namentres a contradição não seja superada, que a oposição é também somente relativa, parcial), ficou esquecido e ainda negado abertamente, condeando a sua admissão como umha desviação burguesa ou reformista, que supostamente legitimaria a colaboração de classes.

Em conclusão, a interpretação dualista de Bernardo é incorrecta. A formulação adequada seria dizer que o conflito entre forças produtivas e relações de produção é a face objetiva antagónica da contradição capital-trabalho, mentres que a luta entre proletariado e burguesia é a face subjetiva antagónica. Isto somente pode formular-se de maneira unitária como contradição entre a autoactividade humana criadora e a sua autoalienação a través das relações sociais, que resulta na abstracção do carácter humano genérico da autoactividade criadora e na autonomização dos seus resultados como poderes que a dominam. Por isso Marx, nos Manuscritos de Paris (1844), e ainda depois em A ideologia alemã (1846), fundamenta a sua análise da exploração na teoria da autoalienação do trabalho, considerado a forma elementar

de toda a praxis humana. Mas sigamos agora com as teses de Bernardo em «Para umha teoria do modo de produçom comunista».

Seguindo a sua linha de pensamento

"A classe operária desenvolve umha forma de luta constante inseparável da sua existência de assalariada, e que, em si, nom só nom ultrapassa os limites do capitalismo como se insere neles: é a luta no mercado da força de trabalho por umha elevaçom do salário." (p. 74)

Em oposiçom a isto

"Só os conselhos de fábrica dam à generalidade dos elementos da classe proletária umha prática de luta que desenvolve a experiência do controlo directo da produçom e da vida social, bem como os conceitos teóricos dessa experiência." (p. 75)

Aqui vemos como, seguindo a lógica anterior de dissociar a face objetiva e a subjetiva do antagonismo trabalho-capital, a luta proletaria nom se insere na organizaçom da produçom, mas "no mercado da força de trabalho", e somentes a criaçom de conselhos de fábrica suporia o desenvolvimento da "experiência do controlo directo da produçom e da vida social". Os elos intermédios entre umha cousa e outra semelham ausentes, a nom ser polas mençoms à folga* com ocupaçom de fábrica. De igual maneira:

"Este processo dialéctico [da luta polo modo de produçom comunista, e da constituicòm desse modo de produçom] tem duas fases, claramente demarcadas umha da outra pola destruicòm do aparelho de Estado polo proletariado, quer dizer, pola destruicòm do centro neurálgico da burguesia. Na primeira dessas fases, nom se passa plenamente à prática nem o carácter de «Estado em extincòm» dos conselhos de fábrica, nem o seu carácter de novas relaçoms de produçom, mas criam-se as condiçoms para essa passagem à prática na segunda fase, após a destruicòm do poder político da burguesía, e que é a fase de constituicòm da sociedade comunista." (p. 76)

Para Bernardo nom existem tampouco elos intermédios entre essas duas fases "claramente demarcadas", e que do meu ponto de vista, e para qualquer estudo sério das luitas de classes, nom é sustentável. Mas todo isto é umha questom de compreensom prática:

"A relaçom entre essas duas fases reside no facto de umha criar as condiçoms para a outra: a necessidade de que a classe operária possua, no momento do processo revolucionário declarado, isto é, quando derrubar o aparelho político existente, a experiência que lhe permita o estreito controlo dos intermediários, bem como o controlo directo cada vez mais vasto sobre o processo de produçom e a vida social." (p. 76)

O problema é que isto logo é trasposto para a teoria:

"Aliás, é este carácter [dialéctico] da luta anti-capitalista do proletariado, a qual, no processo do seu desenvolvimento, vai ja constituído embrionariamente a sociedade futura, que permite a produçom, durante a vigência do capitalismo, da concepçom teórica do modo de produçom comunista." (p. 76-77)

Por umha parte, pois, Bernardo reduz o desenvolvimento da luta proletaria em direcçom ao processo revolucionário ao desenvolvimento da capacidade para "o estreito controlo dos intermediários" e sobre a vida social em conjunto. Trata-se, pois, dumha capacidade política subjetiva que semelha estar estritamente circunscrita aos problemas organizativos. O controlo nom significa ter capacidade de direcçom, mas somentes supervisa-la e, no melhor dos casos, submete-la à opiniom democrática maioritaria. Em resumo, trata-se dumha capacidade relativa à organizaçom. E, segundo Bernardo, isto nom acharia umha concreçom prática mais que no processo de formar e pôr operativos conselhos de fábrica. É sobre esta compreensom prática que Bernardo fundamenta "a produçom... da concepçom teórica do modo de produçom comunista", o que pressupóm, assi mesmo, que tamém fundamentará a crítica do modo de produçom capitalista.

Na minha opiniom, e nisto nom é um caso isolado, a tese da classe gestorial de Bernardo radica -a nível teórico- precisamente nesta sobrevaloraçom da importância dos "intermediários" na luta de classes, que deriva da separaçom que, el acredita implícitamente, existiria entre a existência objetiva do proletariado como força produtiva e o seu movimento de luta. Na sua visom, os intermediários poderiam determinar o devir da luta de classes. Segundo a minha, o tipo de

intermediação e o seu papel histórico concreto seriam a expressão do nível de desenvolvimento subjetivo do proletariado, visível na sua praxis social antagonista. Por tanto, na visão de Bernardo existe a possibilidade de que os agentes de intermediação se autonomizem completamente até constituir uma classe separada, na medida em que para mim, como para a teoria marxiana original, isto não é possível e é preciso explicar essa aparente autonomização absoluta pelo carácter concreto das relações sociais (determinado à vez pelas forças técnicas e pelo modo de actuar dos indivíduos, pelo nível de desenvolvimento da riqueza social e pela luta de classes).

O carácter da Revolução russa de 1917

Como outros teóricos esquerdistas dos 60 e 70, provintes do meio político leninista, Bernardo inspira as suas teses na experiência empírica da URSS e dos países "socialistas" (co-relacionadas com o burocratismo do movimento operário ocidental, no que estavam implicados em medida importante os partidos leninistas), sem levar a cabo uma análise detalhada das suas condições de desenvolvimento histórico-material, das relações de produção e da luta de classes histórica, e confundindo assim a aparência com a realidade. Assim, Bernardo não compreendeu que a elevação da burocracia à classe dominante, com base no manutenção do trabalho assalariado, foi o resultado necessário da ausência de condições para superar a divisão da sociedade em classes, num país ainda material e culturalmente em transição do feudalismo ao capitalismo (à margem dos efeitos devastadores da guerra civil e da invasão estrangeira), e cujo processo de desenvolvimento capitalista "normal" fora atrasado e somente podia acometer-se em condições competitivas a escala mundial mediante uma forma de capitalismo de Estado totalitário.

"A fusão entre o regime resultante da degenerescência da revolução proletária e o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado forneceu a base concreta para que se pudesse ver que o agente social da degenerescência era uma classe social exterior ao movimento operário, que até então mantivera baixo o seu controlo organizacional e ideológico o movimento operário constituído nas formas de ambiguidade estudadas."

"A visão da tecnocracia como classe social portadora do novo fôlego do capitalismo levará o movimento operário, da ultrapassagem teórica da ambiguidade, à sua ultrapassagem prática. No campo real, o eixo fundamental desta luta independente do movimento operário é a constituição dos conselhos de fábrica como instituição do poder económico e político dos produtores, ou seja, a criação das condições que permitem que o campo resultante da inversão da contradição entre as classes se desenvolva na fusão do político no económico e na constituição das novas relações de produção em que o económico será dominado pela sociedade auto-organizada.

Olhe-se em redor, e que se vê senão a classe operária, conduzida pela tecnocracia nas formas mais aviltadas da ambiguidade, lutar pela realização do capitalismo em capitalismo de Estado monopolista?" (Para uma teoria do modo de produção comunista, p. 323-324)

Se descontamos este tipo de experiência, ou os casos do chamado bonapartismo (que já fora explicado por Marx como uma autonomização formal do poder político apoiada na dispersão do campesinado, e que também contribui a explicar o caso da URSS, inclusive a concepção autoritária leninista da praxis política), não existe nenhuma base histórica para sustentar a tese de Bernardo, salvo o fenómeno capitalista do desenvolvimento dumha burocracia executiva que substitui relativamente à burguesia nas suas funções directivas productivas e comerciais (embora a burguesia conserva o poder último, com base no direito da propriedade privada e na acumulação de capital em forma de dinheiro). Inspirado bem pelas suas próprias dúvidas, ou bem pelo afã de dar-lhe à sua tese uma formulação mais universal, Bernardo tentou identificar a tendência à autonomização da tecnocracia como classe dominante dentro das economias de livre mercado, com o qual estava a seguir, pelo menos implícitamente, a tese socialdemocrata e leninista de que as formas de capitalismo de Estado representavam um estágio superior do desenvolvimento capitalista, mais maduro, tudo o qual contradiz o pensamento marxiano, que postula a competência como superior ao monopolismo estatal e a forma privada de existência do capital individual como a forma mais adequada para o desenvolvimento das forças produtivas com base na relação do trabalho assalariado*.

* Veja-se: K. Marx, *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, 1857-61; K. Marx, Capítulo VI inédito do tomo I de *O Capital* (Resultados do processo de produção imediata), 1963-66; F. Engels, *Os comunistas e Karl Heinzen*, 1847; F. Engels, *Proteccionismo e livre troca*, 1888.

O que esta tese da superioridade do capitalismo de Estado sobre o capitalismo de livre mercado supõe é uma incompreensão radical de toda a teoria marxiana do capitalismo e da sua supressão, que arrinca da teoria do trabalho alienado e das suas formas de concreção na relação capitalista**.

** Veja-se especialmente: O capital, tomo I, incluído o capítulo VI inédito; Grundrisse, capítulo do capital.

A tese fundamental do materialismo histórico é a correspondência entre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e a forma das relações de produção. O sistema da URSS nasceu sobre uma base predominantemente agrária e com nível de desenvolvimento industrial e tecnológico muito baixo. Ao agrupar todas as unidades produtivas como se dumha soa empresa se tratasse, isto supuxo a subordinação dos capitais individuais à acumulação global centralizada, impondo objetivos e limites sem consideração do valor. De maneira que o conjunto da economia da URSS fundava-se na subordinação do trabalho vivo à acumulação de plus-trabalho, em lugar de realizar o inverso. E neste sentido era uma economia capitalista. Embora, a direção centralizada da economia em conjunto e a centralização da acumulação em mãos da burocracia estatal supuxo limitar os movimentos dos capitais individuais de tal forma que as relações de produção resultam muito similares às formas que adoptava o capital industrial durante a transição do feudalismo ao capitalismo:

"Por último, a relação entre o capitalista e o assalariado pode reempregar a que media entre o mestre gremial e os seus oficiais e aprendizes, uma transição pela que, em parte, atravessa a manufatura urbana nas suas origens. A relação corporativa medieval (...) constitui uma forma limitada, inadequada ainda, da relação do capital e do trabalho assalariado. Estamos aqui ante uma relação entre compradores e vendedores. Há pagamento de salários e o mestre, o oficial e o aprendiz enfrentam-se entre si como pessoas livres. (...) Certamente, o mestre acha-se aqui em possessão das condições de produção, das ferramentas e do material de trabalho (ainda que as ferramentas podem também pertencer ao oficial): o produto pertence-lhe. Enquanto a isto, é um capitalista. Mas não é enquanto capitalista que é mestre. (...) Mantém com seus aprendizes exatamente a mesma relação que media entre um professor e os seus alunos. Em consequência, a sua relação com aprendizes e oficiais não é a do capitalista enquanto tal, mas a do mestre no ofício, quem na sua condição de tal ocupa na corporação, e por tanto frente a aqueles, uma posição superior, que se supõe fundada na sua mestria no ofício. Seu capital, pois, tanto no que atinge à sua forma material como ao volume do seu valor, é um capital vinculado, que em modo algum tem adquirido já a forma livre do capital. (...) A forma limitada que impide ao seu património funcionar como capital manifesta-se, além, em que, de facto, tem-se fixado um máximo para o volume que pode alcançar o valor do seu capital. Não pode ter mais que certo número de oficiais, já que o grémio deve assegurar a todos os mestres uma parte alícuota dos benefícios da profissão. (...) Não se enfrentava como mero comerciante aos seus trabalhadores. (...) Não o valor de troca enquanto tal, nem o enriquecimento enquanto tal, mas uma existência conforme à sua posição social, apresenta-se aqui como o objetivo e o resultado da exploração do trabalho alheio. (...) É lei aqui limitar a produção ajustando-a ao total do consumo previamente existente; não é regulada, pois, pelos limites do capital mesmo. Na relação capitalista desaparecem essas limitações junto às ataduras político-sociais dentro das quais ainda se move o capital e onde, por conseguinte, todavia não aparece como capital.» (K. Marx, *O Capital*, livro I, cap. VI inédito, 1863-66; Ed. Siglo XXI).

De aí que o "capitalismo burocrático" seja uma forma, em essência, pre-capitalista, mas contenha já uma relação capitalista subdesenvolvida, limitada por leis externas. Embora, é evidente que trata-se dumha forma muito menos limitada que a forma feudal analisada antes por Marx, de jeito que em certos aspectos a relação do capital já aparece como tal, embora não em outros (como a livre circulação mercantil, que carecia das condições históricas necessárias a causa da preeminência da agricultura feudal tardia, e a livre competência, que adoptava a forma alienada de uma competência pelo poder e os cargos burocráticos, do recurso ao mercado negro, etc.). Mas

«...As leis do capital não se realizam plenamente senão dentro da competição ilimitada e a produção industrial. Sobre esta base produtiva e essa relação de produção o capital desenvolve-se adequadamente; as suas leis imanentes, pois, entram plenamente em vigência. Sendo isto assim, haveria que mostrar como é que a competição ilimitada e a produção industrial som condições de realização do capital que este mesmo deve produzir cada vez mais (...) [ou seja,] autodesenvolvimentos do capital»

«A livre competência é a relação do capital consigo mesmo como outro capital, vale dizer, o comportamento real do capital enquanto capital. As leis internas do capital -que nos pródromos históricos do seu desenvolvimento aparecem apenas como tendências- só agora ficam estabelecidas como leis; a produção fundada no capital somente se estabelece na sua forma adequada, na

medida e enquanto se desenvolve a livre competência, posto que esta é o desenvolvimento livre do modo de produção fundado no capital; o desenvolvimento livre das suas condições e de si próprio enquanto processo que continuamente reproduz essas condições.» (*Grundrisse*, vol. II, Ed. Siglo XXI, p. 51-52)

Se na URSS era o Estado o que dirigia a economia, isto pode explicar-se pela mesma lógica exatamente do que as primeiras formas de produção estatizada:

«Todas as condições gerais da produção, como caminhos, canles, etc (...) supõem, para que empreenda a sua realização o capital (no lugar do governo, que representa a entidade comunitária enquanto tal), o mais alto desenvolvimento da produção fundada no capital. O abandono dos trabalhos públicos pelo Estado e o seu passo ao domínio dos trabalhos empreendidos pelo capital mesmo, são índices do grau em que a entidade comunitária real se tem constituído sob a forma do capital. ...Tais trabalhos de utilidade pública (...) apresentam-se como condições gerais da produção e, portanto, não como condição particular para este ou aquele capitalista (e mentres o capital não adopta a forma da sociedade por acções, busca sempre só as condições particulares da sua valorização; as colectivas transfere-as ao país inteiro em qualidade de necessidades nacionais).» (*Grundrisse*, II, p. 21-22)

Dadas estas condições históricas, era impossível que, partindo da sua própria base, na URSS se formasse uma sociedade sem classes ou, mais precisamente, uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo (como defendia Trotsky). Tratava-se, pelas suas características histórico-materiais, dumha sociedade em transição dum feudalismo tardio ao capitalismo, de além tinha que fixar os seus objetivos no nível dos países capitalistas avançados, com os que tinha que competir pelo mercado mundial. Pelas mesmas razões, a revolução proletária não podia triunfar. E tampouco o movimento proletário estava maduro para afrontar a sua autoemancipação social. O partido bolchevique, já desde as suas origens, mas especialmente no seu ascenso ao poder, representou os interesses da pequena burguesia radical, que tinha o olhar em sacar a Rússia do subdesenvolvimento no que se achava e não em libertar a classe operária. Ao chegar ao poder, e apoiando-se na burocracia zarista e na construção dum sector público, os dirigentes bolcheviques criaram as condições para a formação da burocracia estatal como classe dominante. A consolidação deste processo veio ser representada pelo estalinismo. A revolução proletária que se iniciara co movimento dos soviets foi desviada e transformada em suporte dumha revolução burguesa, de maneira similar a como, na grande Revolução francesa de 1789, o proto-proletariado servira de força de choque para o derrocamento do feudalismo e a constituição dum poder estatal burguês. Em conclusão, a "tecnoburocracia" ou "classe gestorial" soviética não nasceu das formas de intermediação proletárias, mas do facto de que estas fossem cooptadas pela *intelligentsia* radical que estava organizada no partido bolchevique e determinava a sua direcção.

"A unidade tradicional do proletariado russo com os gestores impediu que, em qualquer altura do seu movimento, a classe operária tivesse tido a possibilidade de enfrentar claramente os gestores enquanto classe. Por isso os seus objetivos próprios não foram levados até ao fim, e por isso também acabaram por submeter-se aos objetivos específicos dos gestores. E este o pano de fundo que permite compreender a derrota do proletariado face aos gestores na revolução russa e a consequente expansão do capitalismo de Estado." (O inimigo oculto, 1979; p. 76)

A teoria da tecnoburocracia

Bernardo argumenta, em *Para uma teoria do modo de produção comunista*, que a constituição do capitalismo precisa de determinadas "condições técnicas gerais", independentes dos capitais particulares.

"Tal função tecnológica específica não é ocupada pelos capitalistas particulares, devido a essa própria particularidade, e constitui portanto um lugar preciso no processo de produção, o que significa que aí se desenvolve uma forma de relação humana básica, ou seja, uma classe social. Tendo essencialmente ao seu cargo a organização das condições técnicas gerais do modo de produção, pode chamar-lhe Tecnocracia." (p. 114)

A primeira questão discutível é se uma classe social é a expressão ou o resultado de "uma forma de relação humana básica". Se falamos de capitalismo, a relação social básica é a existente entre trabalho e capital. Esta organização das condições técnicas gerais compreende, por definição, a ambos polos: o polo capitalista no entanto organiza as condições técnicas que constituem o trabalho morto (tecnologia) e o proletário no entanto organiza a qualificação da força de trabalho. Mas até aqui estamos somente a falar da sua função organizativa, técnica ela mesma. No plano das relações sociais, a tecnoburocracia deve a sua posição de poder a que cumpre uma tarefa na reprodução ampliada do trabalho alienado (tanto do trabalho necessário como do trabalho excedente, ou seja, na reprodução do número de proletários e da sua produtividade). Como acontece com a burguesia, a sua posição económica não se deriva do seu poder pessoal, mas o seu poder pessoal da sua posição económica. Deste ponto de vista, a tecnoburocracia opera *personalmente* como parte da classe capitalista, mas a sua *posição económica* é subalterna respeito à burguesia. Portanto, o seu interesse pode ser manter ou desenvolver a economia capitalista, mas no entanto isso suponha o manutenção ou desenvolvimento da sua posição económica privilegiada. Os seus interesses sociais não se derivam da sua *função* económica, mas da sua *posição* económica. Pela mesma razão, a burguesia não deixa de ser a classe efectivamente dominante porque abandone a sua função económica produtiva, pois conserva o controlo decisivo sobre o seu capital em funções e a sua delegação numa tecnocracia pressupõe a acumulação nas suas mãos privadas dumha soma enorme de capital-dinheiro, que destina ao consumo improdutivo ou à especulação financeira.

É por estas razões que, a luta da tecnoburocracia contra a burguesia, da que fala Bernardo, atribuindo-lhe a direcção do movimento operário reformista (p. 139), nunca teve por objetivo a expropriação da burguesia e a instalação de formas de capitalismo de Estado, mas o desenvolvimento para além do capitalismo existente, para o que o capitalismo de Estado era visto como uma necessidade. Não obstante, pelo facto de que a tecnoburocracia adopta a forma do trabalho assalariado, tem assim mesmo um interesse em focar o desenvolvimento capitalista de modo que incremente o seu status em termos de dinheiro e privilégios. É neste ponto onde a compreensão equivocada dos regimes criados pelo bolchevismo por parte de Bernardo é decisiva. Ao não estudar as determinações histórico-materiais que determinaram essa formação social, e tampouco fazer o próprio com as formas de capitalismo de Estado nas economias mistas ocidentais (ou os modelos económicos fascistas), Bernardo não compreende que, se a tecnoburocracia apoiou essas formas de capitalismo não foi porque o seu interesse apontasse para a expropriação da burguesia, ou porque a tendência evolutiva natural do capitalismo fosse nessa direcção (como também pensara o conselheiro Otto Rühle); o apoio da tecnocracia a estas formas de capitalismo esteve condicionado pelas condições históricas de cada país e pela necessidade de reimpulsar o desenvolvimento capitalista mediante a intervenção estatal -depois da primeira guerra mundial, da crise mundial de 29 e também da segunda guerra mundial. Assim mesmo, a sua confluência com o movimento proletário reformista estava determinada porque, nessas condições históricas, como relata o próprio Bernardo, ainda não era um grupo social suficientemente amplo, mas também porque nessa época ainda era possível um modelo de redistribuição estatal da riqueza que fosse de interesse comum para a tecnocracia e o proletariado. No caso de Rússia, este modelo comum não foi possível até depois da época de Stalin, e ainda assim nunca atingiu o nível dos países ocidentais mais desenvolvidos. Tampouco este modelo pôde continuar depois da crise dos 70, que sinalou o fim dos modelos de desenvolvimento caracterizados pelo papel decisivo do Estado na acumulação do capital. Desde então, a intervenção estatal na economia orientou-se a um papel subsidiário, mas a diferença do modelo liberal clássico agora subordinada directamente aos interesses da acumulação privada, em lugar de cumprir somente um papel auxiliar. Assim, no contexto actual a tecnocracia optou pelas formas de desenvolvimento neoliberais -que melhor poderiam definir-se como um híbrido de *laissez-faire* e intervenção estatal para benefício dos grandes capitais dominantes e da sua expansão internacional. Segue a operar assim como suporte da burguesia, ou seja, segundo a sua função e posição económicas, e é beneficiada pelas reestruturações neoliberais que privilegiam as rendas mais altas em detrimento das rendas mais baixas, e que ainda que prejudicam relativamente às camadas mais baixas da tecnocracia estatal (pelas privatizações e a redução do emprego público), este processo opera na prática como um reforço da sua posição aristocrática frente a uma classe operária cada vez mais sobreexplorada e submetida à precarização do emprego e das condições gerais da vida.

Umha conclusom preliminar

No prólogo da edição espanhola de *Para umha teoría do modo de produçom comunista* (Zero-ZYX, 1977), Bernardo fai umha relativa autocrítica, mas que nom contradi as argumentaçons que tenho exposto:

"Redatado quase tudo antes do 25 de Abril de 1974, este livro reflectia principalmente os impasses a que me levara a prática militante dentro de organizaçons leninistas... Foi o desenvolvimento das luitas operárias posterior ao pronunciamento miliatar do 25 de Abril o que me permitiu abandonar umha perspectiva que, se bem já nom era leninista, dependia todavia parcialmente dumha problemática de oríge leninista. Puidem entom seguer de perto a extraordinária expansom dum movimento autónomo da classe proletária, particularmente pulante entre a segunda metade de 1974 e fins de 1975). Essa experiência possibilitou-me ultrapassar certos aspectos deste livro, principalmente levando-me a redefinir o campo de luta no que o proletariado desenvolve as relaçons sociais comunistas. Relendo-o, som várias as afirmaçons ou teses de carácter particular, conteúdas neste livro, que me parecem hoje um tanto possíveis de correcçom; mas trata-se de questons pouco importantes no contexto em que se inserem e por isso passo-as em silêncio." (p. 9)

Embora, neste prólogo acrescenta um desenvolvimento importante para o tema que aqui tendo dilucidar:

"Retomando umha conhecida passage de Marx no Prólogo da *Contribuiçom à crítica da economia política*, apresento neste livro um modelo no que umha contradicçom antagónica entre as forças produtivas e as relaçons de produçom é resolta mediante a açom exercida sobre ela por outra contradicçom, a das classes em luta. A bom dizer, a minha formulaçom desbordava já o modelo estrito de Marx, pois ali onde Marx nom dizia nada enquanto ao modo de tal resoluçom, eu adiantava a tese de que a resoluçom se achava no terreno criado polas próprias instituïçons de luta do proletariado. A experiência posterior ao 25 de Abril permitiu-me proseguer a análise neste sentido, terminando por pôr em questom o modelo de Marx. Na verdade, se admitimos, como fago neste livro, que todo o sistema tecnológico está determinado polas relaçons sociais de produçom em que se constitue, entom nom hai lugar para concebir nengumha contradicçom de carácter antagónico, inconciliável, entre esa tecnologia (tecnología entendida em sentido amplo, ou seja, forças produtivas) e as relaçons de produçom. Ao pressupôr tal antagonismo, Marx considerava o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas como base do modo de produçom comunista, reduzindo assi o capitalismo à sua fase «livre-concurrencial» e confundindo com o comunismo as formas posteriores de capitalismo planificado. Como já a partir das primeiras páginas desde livro se procede à crítica da restricçom do capitalismo ao mercado livre-concurrencial, o lector, umha vez avisado, poderá fazilmente corregir este aspecto à luz do próprio contexto geral da obra."

É dizer, o que Bernardo afirma aqui, implícitamente, é que o "capitalismo planificado" seria o resultado natural do desenvolvimento capitalista (o que por outra parte já tenta fundamentar no livro). Mas isto nom só o conduz a afirmar a autonomia da "classe gestorial" frente à burguesia e a sua capacidade para determinar o desenvolvimento do capitalismo no sentido da estatizaçom. Tamém o conduz a negar a teoria marxiana da livre competência como expressom do desenvolvimento capitalista. Neste momento seria convinte ter presente que, como vimos nas citas dos Grundrisse, para Marx a livre competência é a forma mais perfecta, adecuada à sua natureza, da interrelaçom entre os capitais particulares, ou expressado de outra forma, a forma mais adecuada da auto-regulaçom da economia no seu conjunto. Entom, a falta de livre competência somentes pode explicar-se de duas formas: a primeira, pola imadurez do desenvolvimento capitalista, que supóm que o capital privado nom é capaz de assumir directamente o desenvolvimento das condiçons gerais de produçom; a segunda, pola decadência deste modo de produçom fundado no capital, de maneira que o capital privado torna-se incapaz de assumir por si próprio as tarefas do desenvolvimento económico no seu conjunto, nom é capaz de sustentar a sua própria expansom nem de suprimir as suas limitaçons sem a ajuda do Estado. Dado que Bernardo nom tenta fundamentar seriamente, nem a nível analítico nem teórico, esta refutaçom fundamental do pensamento marxiano (que exigiria revisar todo o pensamento económico de Marx, pois nom se trata de se a livre concorrência ideal existe ou é possível, mas de que é a forma sob a que o capital desplega o seu dinamismo cheo de determinaçons*), e nem ainda parece ser consciente de todas as suas ramificaçons teóricas,

deduzo que a sua posição fundamenta-se principalmente no seu afã de justificar a tese da existência dumha "classe gestorial" que seria umha classe social em sentido pleno.

* Isto é particularmente visível na forma em que a planificação burocrática na URSS fracassou estrepitosamente para elevar a produtividade do capital, sendo incapaz de manter umha expansão continuada da economia e perpetuando a ineficiência, o desperfício e a desordem em lugar de progressar face umha regulação mais efectiva da economia soviética. De facto, a persistência deste modelo de regulação centralista foi a causa fundamental do brutal derrube e ascenso da luta de classes que marcou o fim da URSS, a diferença dos países do Leste europeu onde se aplicaram medidas tendentes a descentralizar o modelo (a ex-Iugoslavia ou Checoslovaquia) e ainda hoje de China, que além tirou as lições da experiência russa e acomete umha transição mais gradual e suave para o livre mercado.

Presupostos implícitos (ou como a compreensão do que o capital é determina a compreensão da divisão em classes que gera)

"Dous aspectos levam os conflitos de classe na sociedade capitalista a oferecer um perfil bem mais complexo, de forma que a luta proletária contra este modo de produção e contra esta sociedade em geral envolve outras classes no conflito." (O inimigo oculto, 1979, p. 11)

[1º] "O modo de produção capitalista não se resume, como Marx e, depois del, a generalidade dos marxistas têm considerado, a um somatório de empresas privadas, as quais nada relacionasse senão a convergência entre os interesses económicos dos seus proprietários, quer quanto à expansão do sistema, quer quanto à opressão da classe explorada. Precisamente o que caracteriza as empresas capitalistas, por oposição às unidades de produção nos regimes económicos anteriores, é o facto de se relacionarem reciprocamente sob o ponto de vista tecnológico, requerendo, além disso, como condição prévia à sua existência e necessária para a sua expansão, um certo número de instituições materiais e sociais, sem as quais seria impossível a actividade produtiva. Só compreendendo a estreita integração tecnológica das empresas capitalistas e definindo com clareza as condições gerais de produção que constituem a base dessa integração podemos distinguir radicalmente o capitalismo dos modos de produção pré-capitalistas e, assim, estabelecer a sua estrutura social." (p, 11-12)

"A principal distinção entre os tipos pré-capitalistas de troca de bens e o mercado no modo de produção capitalista provém da marginalidade daquela troca relativamente às actividades económicas dominantes. (...) Não se produzia para a troca, que, quando tinha lugar, limitava-se geralmente a equilibrar certas variações da produção. Daqui decorria umha relação não-capitalista entre a produção e o lucro comercial. Este não assentava, como no capitalismo, na concorrência pelo aumento da produtividade e por umha baixa relativa dos preços, ou, no caso dos sistemas monopolistas contemporâneos, por umha taxa de subida dos preços inferior à dos concorrentes. Pelo contrário, procurava-se fixar os mais altos preços, a partir dumha produtividade estagnante. Enquanto no capitalismo a concorrência se exerce na própria produção, em todos os outros tipos de mercado a concorrência é meramente comercial." (Ibid., p, 13)

[2º] "Precisamente por não existir entre as unidades de produção essa concorrência tecnológica para o aumento da produtividade, elas, além de tecnologicamente independentes, não requeriam quaisquer condições materiais necessárias à produção em geral. (...) As empresas modernas, altamente interligadas, não só economicamente mas tecnologicamente, e isto em todos os ramos de actividade, opõem-se de maneira clara ao isolamento e à independência recíproca das unidades de produção nos regimes pré-capitalistas. Só nessas condições as unidades produtivas podiam considerar-se verdadeiramente privadas, isto é, absolutamente independentes umas das outras sob o ponto de vista, não só da propriedade, mas da tecnologia." (Ibid., p, 17)

"Relativamente a todos os modos de produção conhecidos, o capitalismo é o primeiro em que não pode falar-se dumha verdadeira independência entre as unidades de produção, não só numha perspectiva estritamente económica, mas igualmente sob o ponto de vista tecnológico.

O capitalismo é o único sistema económico que assenta na produção de mercadorias, ou seja, onde os bens são produzidos com a finalidade única da sua venda. ...Implica a criação, no processo de produção, do seu próprio mercado. (...) Para que o sistema subsista enquanto modo de produção de mercadorias é necessário, além da concorrência entre capitalistas particulares pelo domínio dum mercado já estabelecido, que el aumente permanentemente. Estes dous aspectos estão, aliás, interligados e é a própria concorrência entre capitalistas particulares que leva à expansão do mercado em geral. (...) Deste processo de concorrência típico do capitalismo pode extrair umha conclusão da maior importância: a concorrência inter-capitalista no mercado assenta na concorrência inter-capitalista no próprio processo de produção; o

mecanismo fundamental da concorrência capitalista reside na luta pelo aumento da produtividade..." (Ibid., p. 20-21)

"...Essa concorrência tecnológica exige que previamente à expansão das empresas privadas capitalistas se tenham desenvolvido Condições Gerais de Produção, sem as quais teria sido impossível, tanto o arranque das formas tecnológicas particulares, como a sua existência subsequente" (p. 21) - **vias de comunicação, sistemas de transporte, comunicação de informações, legislação estatal, avanços sanitários, promoção da invenção, sistemas de ensino, emissão de moeda e organização do crédito, procura de fontes de energia e matérias primas.**

"O que importa sublinhar neste ponto da análise é o facto de o capitalismo, sendo o primeiro regime de produção sistemática de mercadorias, pressupor uma concorrência pelo aumento da produtividade, de que resulta uma integração tecnológica estreita das empresas particulares e que assenta materialmente nas condições gerais de produção. A expansão permanente do mercado e as condições gerais de produção som dois aspectos correlativos do sistema capitalista." (Ibid., p. 25)

Outra chave diferencial, implícita, é o desenvolvimento do proletariado.

As origens da classe gestorial segundo Bernardo

"No capitalismo, para além dumha classe explorada, que surgiu da dissolução do regime senhorial, temos duas outras classes, também formadas em ruptura com a economia senhorial, que decorrem dos dois aspectos fundamentais do polo explorador do capitalismo: a burguesia, representando a parcelização das empresas, a privatização da propriedade do capital; e uma outra classe, que consubstancia a integração tecnológica entre as unidades de produção, as condições gerais de produção; em virtude das funções predominantemente organizacionais que esta classe desempenha, na união entre os vários processos particulares de fabrico (e, posteriormente, na própria organização interna de cada um desses processos) e, portanto, na orquestração do capitalismo como um todo, pode chamar-lhe classe dos gestores. Se a burguesia e o proletariado aparecem hoje claramente estabelecidos e a sua existência não deixa lugar a grandes dúvidas, são muitos ainda, mesmo -ou sobretudo- entre os revolucionários, aqueles que negam a existência dos gestores enquanto classe específica e organizada na própria constituição do modo de produção capitalista." (O inimigo oculto, 1979, p. 36-37)

"A burguesia não se transformou, como alguns pretendem, num qualquer momento da sua existência, em nova classe, pela mutação do burguês no gestor, de forma que houvesse sempre uma dualidade nos conflitos sociais do capitalismo. O gestor não é o substituto do burguês, é seu contemporâneo -desde o próprio início do actual modo de produção, desde o momento em que os germes do capitalismo começaram a desenvolver-se, porque esse desenvolvimento não poderia ter ocorrido, nem continuar a processar-se, sem as condições gerais de produção. Mas, enquanto que o lugar do burguês, as empresas particulares, permaneceu definido com clareza ao longo das várias fases do capitalismo, o lugar do gestor variou quanto aos pontos de incidência da sua actividade principal e esta apareceu durante certas épocas repartida por vários campos, sem uma instituição central que claramente os unisse, de modo que os seus executantes não se davam então conta de constituírem uma classe social específica e bem demarcada. Durante os períodos iniciais do estabelecimento do capitalismo as condições gerais de produção eram geridas a partir de certas instâncias administrativas do aparelho de Estado, e não podemos deixar-nos iludir pelo facto de os gestores de então revestirem formas de comportamento que os faziam assemelhar-se aos executantes das funções feudais desse Estado. Vimos que na mesma época os burgueses recorriam, no tipo da sua ascensão social, às roupagens e aos títulos dumha aristocracia em declínio. No período da constituição do capitalismo a gestão dos processos particulares de fabrico era, na maior parte dos casos, deixada ao cuidado dos burgueses proprietários das empresas. Os gestores desenvolviam uma mentalidade própria, porém mais caracterizadamente administrativa do que económica, e que a partilha do aparelho de Estado com elementos decorrentes do feudalismo atenuava e confundia. Depois, durante as curtas décadas que durou o período dito livre-concorrencial, quando o capitalismo se constituiu já como tal, mas a concorrência tecnológica entre as empresas não prosseguira o bastante para que as pulsações de cada uma batessem num ritmo comum, o Estado limitou muito as suas funções económicas, passando grande parte delas para a iniciativa individual de burgueses chefes de empresa, e era sobretudo nos grandes corpos técnicos de que a administração central começava a dotar-se que podíamos encontrar os gestores. Por outro lado, a cisão entre o produtor e a gestão da produção introduziu o gestor em cada um dos processos particulares de fabrico, enquanto seu organizador. Foi durante o período inicial desta evolução que os gestores mais dificilmente assumiram uma consciência de classe, repartidos entre o âmbito interno dos

processos de fabrico particulares e as condições gerais de produção. A integração tecnológica, porém, não levou muito tempo a fundir materialmente estes campos e a criar novas possibilidades de ação para a classe dos gestores, com a organização da mão-de-obra e das relações de trabalho nos sindicatos burocráticos. Os gestores desenvolveram a partir de então de forma coerente a consciência dos seus interesses comuns, que mais não tem feito do que reforçar-se. Muito sumariamente esboçadas, estas três etapas correspondem somente a uma evolução geral, e cada uma delas teve duração e amplitude diferentes consoante os países, não só devido a ritmos de evolução económica distintos, mas sobretudo em função do grau de ligação entre a actividade económica do Estado e as empresas particulares.

O capitalismo constitui, em suma, desde a sua origem, uma estrutura social com três classes. (Ibid., p. 37-39)

"Uma visão dos conflitos no capitalismo que se restrinja ao antagonismo entre o proletariado e a burguesia aparece-nos hoje ultrapassada no tempo, pois o desenvolvimento deste regime económico conferiu uma importância prática cada vez maior à inter-relação das unidades de produção e às condições gerais de produção, condenando ao arcaísmo qualquer concepção centrada no isolamento das empresas. A burguesia, representante das empresas capitalistas enquanto unidades autónomas, não pode por isso aparecer como o único inimigo do proletariado no desenvolvimento do processo de produção. A luta proletária visa igualmente a outra classe capitalista, que surge na inter-relação das unidades de produção particulares. Isolada no tempo, a concepção que restringe as lutas sociais modernas ao confronto entre a burguesia e o proletariado apresenta-se hoje também isolada no espaço, ignorando as contradições suscitadas pela expansão do capitalismo, pela sua articulação com outros sistemas de produção em formações económico-sociais. Permanecer agarrado à imagem da luta de classes que se reflecte no Manifesto Comunista é ocultar os restantes inimigos sociais que, para além da burguesia, surgem ao movimento operário. Essa aparente ortodoxia constitui a dissimulação dos exploradores.

Só podemos compreender as contradições sociais em toda a sua verdadeira complexidade ao verificarmos que, quando se agudizam numa luta aberta, nunca pode haver mais que dois campos em jogo. (...) Deste modo, em todas as estruturas sociais onde existem mais de duas classes o perfil das lutas nos momentos de conflito aberto difere do aspecto apresentado nas restantes ocasiões, quando a oposição entre as classes é só larvar ou deflagra de modo pontual, em campos parcelares e não generalizados.

No capitalismo o antagonismo entre a classe dos gestores e o proletariado, bem como as contradições entre os gestores e a burguesia, têm evoluído consoante o desenvolvimento das condições gerais de produção e em função de cisão entre os produtores e a gestão do processo de produção. A posição dos gestores relativamente às outras classes tem-se transformado. Com a burguesia partilham o controlo dos aspectos decisivos do capitalismo; ambas são classes exploradoras e como tal se opõem ao proletariado. Mas, à medida que a integração tecnológica das empresas particulares progride, a função social da burguesia reduz-se, e os gestores lutam por se apoderar da propriedade do capital ou, pelo menos, obter posições decisivas de controlo; quando conseguem detê-lo directamente tornam-se proprietários colectivos, consoante a colectivização material que o desenvolvimento tecnológico impõe às empresas.

Assi, no capitalismo, no interior da cisão fundamental entre exploradores e explorados há uma tripla luta social." (Ibid., p. 57-59)

"Por isso, uma perspectiva histórica das lutas sociais no capitalismo realizada unicamente a partir dos momentos de confronto violento e generalizado e, aí, tomando como unidades elementares e indivisíveis cada um dos campos explicitamente em jogo -tal história está condenada a escamotear os conflitos sociais fundamentais. Para ela os novos inimigos permanecem sempre ocultos, e só os lapsos de uns e as ações inesperadas dos outros explicariam o curso imprevisto dos acontecimentos, como nas peças de vaudeville." (Ibid., p. 61)

II. Bernardo contra Marx

Marx e a teoria da classe gestorial

"Em Para umha teoria do modo de produçom comunista, p. 193, propus a utilizaçom do termo tecnocracia, por oposiçom a burocracia. Enquanto que este último termo se relaciona usualmente com as concepçons que vêm na orige desta classe a degenerescência das formas de organizaçom operária, tecnocracia sublinha claramente o facto de, em meu entender, a classe ter a sua orige nas próprias relaçons estabelecidas no processo material de produçom. A necessidade em que me encontro agora de diversificar as funçons desta classe, bem como os campos da sua existência, leva-me a umha alteraçom terminológica, que decorre protanto somente de exigências práticas, e nom de qualquer alteraçom nas concepçons teóricas quanto a este assunto. Denomino a generalidade da classe polo termo gestores, que me parece sintetizar bem as funçons que todos os seus elementos desempenham no modo de produçom; e classifico-os como gestores tecnológicos, gestores financeiros, gestores comerciais e gestores burocráticos consoante o seu campo de actuaçom particular é o processo produtivo tecnologicamente considerado, o campo da movimentaçom dos capitais na sua aplicaçom à produçom, o campo da circulaçom das mercadorias já produzidas, ou as instituìçons do aparelho de Estado." (Marx crítico de Marx, vol. III, Ed. Afrontamento, 1977; p. 48, nota a pé.)

No terceiro volume de Marx crítico de Marx, Bernardo estende-se sobre as razons teóricas polas que Marx nom desenvolveu umha teoria da classe dos gestores. Desta perspectiva, a sua leitura de O Capital é apriorística. Finalmente, acha na polémica sobre a definiçom do trabalho produtivo e improdutivo um dos nodos supostamente incoherentes da teorizaçom de Marx. Bernardo quereria demonstrar que "o salario do gestor" procede nom do seu próprio trabalho mas da plusvalia extraída aos trabalhadores materialmente produtivos. O problema é que Bernardo obstina-se numha visom individualizada das relaçons de produçom que, na prática, é irreal. Os produtos, nas condiçons tecnológicas capitalistas, nom som individuais já, mas o resultado do "operário colectivo". Podemos saber quais tarefas nom som directamente produtivas no plano material, diferenciando destas as tarefas organizativas, mas nom quantificar exactamente a correspondência tempo de trabalho individual - valor do produto. Isto somente pode contabilizar-se globalmente, como tempo de trabalho combinado de todos os agentes que actuam directamente no processo produtivo (por oposiçom às tarefas meramente contáveis e comerciais, a diferença das técnico-organizativas). Efectivamente, a funçom dos gestores é aumentar a exploraçom do proletariado, e neste sentido, actuam como parte da classe proprietária. O seu trabalho é necessário somente da perspectiva do tipo de organizaçom capitalista da produçom, da perspectiva da divisom capitalista do trabalho dentro do processo produtivo e a nível da totalidad social. Se o trabalho necessário dum ponto de vista comunista se reduz ao trabalho directamente produtivo no sentido material, nom devemos confundir, como parece fazer Bernardo, trabalho necessário (ou supérfluo) e trabalho produtivo (ou improdutivo), nem faze-lo desde umha perspectiva social exterior.

Se os gestores aumentam o plustrabalho dos operários, e em geral esta é a sua funçom económica última (existiria nom obstante umha parte de gestores que, deste ponto de vista, seriam estritamente improdutivos, pois seriam parte da superestrutura comercial ou política respeito aos processos produtivos, de maneira que a sua relaçom coa produtividade do capital é completamente indirecta; por isso o seu trabalho pode ser necessário, mas nom produtivo), entom eles nom criam plusvalor directamente, mas através do incremento do plustrabalho alheo. Precisamente por iso som produtivos do ponto de vista capitalista, mas nom do ponto de vista proletário, cujo interesse de classe expressa-se no reclamo da dependência essencial do valor e o plusvalor respeito do tempo de trabalho material. Como já dizem, a classe operária tende a autoafirmar-se como classe produtora, mas ao fazer isto está implicitamente a aceitar a sua autoalienaçom. A afirmaçom do trabalho produtivo material frente ao trabalho improdutivo material somente tem umha significaçom revolucionária quando se inscreve no objetivo de reapropriar-se do plustrabalho, nom no objetivo de reclamar o reconhecimento da sociedade burguesa.

Mas se os gestores aumentam a exploraçom dos operários, à sua vez, polo facto de que o seu trabalho material consiste nesta organizaçom e coordenaçom da exploraçom, podemos dizer que o seu trabalho se incorpora na própria capacidade vida de trabalho dos operários, reduzindo na

actividade destes últimos o tempo de trabalho necessário e aumentando o tempo de plustrabalho. A questão fundamental é que a posição de classe exploradora não fica definida pelo facto de *aumentar o plustrabalho vivo*, mas pelo facto de *apropriar-se do plustrabalho materializado*.

Assi, quando Bernardo di

"Nom se explora a um aquilo que outro produziu, e o gestor, ao idealizar condições técnicas tais que aumente a intensidade do trabalho proletário, ou ao exercer uma vigilância que force o operário a aumentar a intensidade do trabalho, não funciona como incorporador do tempo de trabalho, mas como alguém que cria as condições da sua apropriação. É este precisamente o nó do problema. O gestor é também um apropriador do tempo de trabalho, embora dumha forma especial." (Marx crítico de Marx, vol. III, p. 78-79)

A base da que Bernardo parte e se obstina em voltar é a contabilização do tempo de trabalho individual como condição da diferenciação entre tempo de trabalho necessário e tempo de plustrabalho. Assi, segundo el

"Se a reprodução do capital, mola real de todo o sistema capitalista, assenta na incorporação de tempo de trabalho no produto, só são explorados aqueles que, incorporando tempo de trabalho, recebem o equivalente a menos do que o incorporado. Só a estes se pode aplicar o critério do tempo de trabalho para contabilizar os resultados da sua função no sistema produtivo." (Ibid., p. 81)

"A ambiguidade do movimento operário, de que falei num livro anterior, não é mais, afinal, do que a confusão entre proletário e assalariado. No caso presente trata-se de reflectir no nível das formas de remuneração a distinção entre os trabalhos produtivo e improdutivo." (Ibid., p. 82)

Marx inclui os salários dos gestores no capital variável porque esse é o capital em funções e porque o capital variável é simplesmente o capital invertido em força de trabalho e efectivamente está submetido à dinâmica da reestruturação tecnológica que conleva o aumento da composição orgânica do capital (Cv/Cc). A tendência é segundo Marx que os operários tendem a converter-se em supervisores, o que poderia ser interpretado, segundo Bernardo, com o seu passo à gestores da maquinaria... Mas fuja desta interpretação porque volatilizaria a sua tese da autoexistência dos gestores como classe, ou seja, da sua irreductibilidade tanto frente à burguesia como frente ao proletariado. Se a tendência evolutiva do capitalismo fosse a transformação do proletariado em gestor técnico da tecnologia automatizada, então a tese de Bernardo caeria pelo seu próprio peso. (VER TEMA AUTOMATIZAÇÃO EM PARA UM MODO DE PROD. COMUNISTA.).

O concreto e o abstracto

Para Marx não existe o concreto sensível no plano do pensamento, só o concreto pensado. Os "dados", os "factos" são já abstrações da sensibilidade, que é "processo". O concreto pensado é a síntese das determinações gerais, particulares e singulares. Assi que a distinção entre o geral -que no contexto que estamos a tratar, pode ser também extensível para além do capitalismo, ou seja, ser universal- e o particular é totalmente coerente. Assi, para começar, quando no seguinte extrato Bernardo afirma que "o concreto é sempre, para Marx, uma forma particular de realização do geral abstracto", está a operar uma confusão metodológica radical, porque para Marx o concreto não é em modo algum considerável como "forma particular" de uma "idea" ou categoria geral, como, por exemplo, o capital. Ao contrário, a categoria geral, a forma particular e os rasgos singulares que existem são todas determinações interrelacionadas que expressam as qualidades dumha totalidade concreta sensível. Assi, para Marx as abstrações mentais sempre correspondem a determinada prática sensível, de maneira que o abstracto e o concreto somente se opõem em aparência, ou seja, enquanto representação e prática, respectivamente, de necessidades contrapostas. Por isso, dum ponto de vista de totalidade, na sociedade humana o concreto sensível e o abstracto não se opõem, mas constituem uma soa totalidade, de facto que o pensamento, através da linguagem, fica incluído no concreto sensível e a distinção abstracto/concreto somente é real do ponto de vista do desenvolvimento das representações intelectuais. Assi, as distinções teóricas que Marx estabelece sempre são ligadas a determinada visão prática, não só através de uma lógica global (como considera Bernardo), mas através da sua conexão lógica directa. Ou seja, quando Marx distingue entre o

aspecto técnico e o aspecto económico da função directiva na produção capitalista, fai-no porque esa distinção tem consequências práticas precisas do ponto de vista da supressão do capitalismo (que é o objetivo implícito de todo o seu pensamento desde 1844), nom porque aplique determinada "dialéctica do abstracto-concreto", nom por motivos de "exposição teórica". E pola mesma razão, o que na sua obra aparece como "nom-pensado" tem que ver com esse objetivo prático e com a tarefa específica que pretende desenvolver-se nessa obra, nom com umha ignorância neta ou para dar por sentado que o que nom se questiona deverá ser conservado.

"Quando Marx afirma que o trabalho concreto do gestor possui aspectos que correspondem às próprias necessidades de todo o trabalho em comum considerado abstractamente e em geral, cai no que, para a sua própria dialéctica do abstracto-concreto, é um vício lógico flagrante. Nestas passagens Marx parece pressupor que o aspecto abstracto e geral do trabalho em comum encontra correspondência numha parte materialmente definível da actividade concreta dos gestores, sendo o concreto restante um resultado da expressão histórica particular que esse trabalho em comum assume num dado modo de produção. Mas, para a dialéctica inaugurada por Marx, nengum aspecto geral e abstracto se realiza imediatamente como tal; o concreto é sempre, para Marx, umha forma particular de realização do geral abstracto. Nom hai no concreto marxista duas partes empíricas, umha que correspondesse ao carácter geral, outra ao carácter particular, ou seja, o abstracto nunca se expressa imediatamente no concreto. A existência concreta da classe dos gestores é, em si mesma, umha forma particular de realização das necessidades de organização decorrentes do trabalho comum em geral, sem que seja possível dividir as acções do gestor entre as que expressam imediatamente esse carácter abstracto do trabalho em comum e as que o expressa só mediadamente, ou seja, enquanto formas particulares e concretas de realização. As práticas dos gestores constituem sempre formas particulares de realização concreta, e nengum aspecto da sua actuação é inocente dessa historicidade determinada. Nengum dos seus actos pode ser justificado e naturalizado como expressando as necessidades do trabalho geral em comum. Nom hai execuções de trabalhos abstractos; toda a execução é umha concretização. Quando Marx pretende dividir a prática dos gestores em duas partes, umha correspondente ao carácter abstracto, outra ao carácter particular, está a proceder a um dos elementos do processo de naturalização das funções do gestor, por isso entra em contradição com a lógica implícita na estrutura da sua obra, numha forma transformada da contradição que existe entre a estrutura implícita e a forma da sua exposição. Esta divisão do trabalho do gestor num aspecto imediatamente correspondente ao carácter geral do trabalho em comum abstracto, e noutro aspecto puramente histórico e particular, ressalta quando Marx escreve no seguimento:

«Essa função, de direcção, de vigilância e de mediação torna-se a função do capital a partir do momento em que o trabalho que lhe está subordinado se torna cooperativo e, enquanto função capitalista, adquire caracteres especiais».

Em segundo lugar, a tecnologia capitalista significa umha forma particular de contenção repressiva:

«O grande estímulo e o verdadeiro móbil da produção capitalista é a necessidade de valorizar o capital; o seu objetivo determinante é a maior extracção possível de plusvalia, ou seja, a maior exploração possível da força de trabalho. À medida que aumenta a massa dos operários explorados simultaneamente, aumenta a sua resistência ao capital e, por conseguinte, também a pressão necessária para vencer essa resistência. Nas mãos do capitalista a direcção nom é unicamente a função especial que nasce da própria natureza do processo de trabalho cooperativo ou social; é também, e especialmente, a função de explorar o processo de trabalho social, função assente no inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria explorada».

Em terceiro lugar, a tecnologia capitalista significa umha forma particular de organização da maquinaria:

«Além disso, à medida que aumenta a importância dos meios de produção que defrontam o trabalhador enquanto propriedade estranha, aumenta a necessidade de controlar e de verificar se som empregados de maneira adequada»"
(Marx crítico de Marx, p. 245-247)

O mais relevante da argumentação de Bernardo está no primeiro e mais extenso parágrafo citado. Mas convém concretizar a sua exposição para vê-la mais claramente na sua significação prática. Segundo Bernardo, Marx a função directiva ("o aspecto abstracto e geral do trabalho em comum") encontraria correspondência na prática directiva concreta dos gestores, à margem dos rasgos históricos capitalistas que essa prática assume. Mas, ao entender de Bernardo, não existe separação possível entre o funcional e o histórico e, por conseguinte, entre o geral e o particular. Se bem é certo que empiricamente não existe separação, a distinção é a nível teórico possível, dado que, 1º) a "dialéctica do abstracto-concreto" passa pelas relações sociais autonomizadas, de maneira que o desenvolvimento histórico concreto não significa imediatamente uma transformação das relações sociais "abstractas" ou estritamente funcionais. E, 2º), a divisão entre o abstracto e o concreto, ou de forma mais precisa aqui, entre o funcional e o histórico, é imanente à distinção entre trabalho concreto e trabalho abstracto, processo de trabalho e processo de valorização, que caracteriza o modo de produção capitalista. De modo o que Marx faz é tratar ambos aspectos por um lado na sua diferença e por outro na sua interrelação. Chegando até o fundo, as confusões em que cai Bernardo ao meu juízo, sintetizam-se na afirmação de que *"nenhum aspecto geral e abstracto se realiza imediatamente como tal; o concreto é sempre, para Marx, uma forma particular de realização do geral abstracto"*. Aqui Bernardo está a confundir a lógica teórica abstracta, na que entre as categorias abstractas do pensamento e o concreto sensível existe toda uma série de mediações, que permitem uma progressiva concretização do pensamento graças à elaboração de categorias intermédias, e a lógica prática abstracta, que é uma característica específica do modo de produção capitalista, no que a forma valor assume uma existência autonomizada que se expressa nas suas distintas formas de existência (começando pelo próprio plus-trabalho, a sua transformação em mercadoria e logo em dinheiro, e chegando de novo à sua transformação em pluscapital e assim em massa acrescentada do trabalho morto que domina na produção ao trabalho vivo). Por conseguinte, o capitalismo caracteriza-se pela coexistência e integração material do abstracto e do concreto, do valor e do trabalho, das relações de exploração e das relações tecnológicas. Isto significa, portanto, que ainda que empiricamente sejam inseparáveis mentes estejam inseridas no processo de autovalorização do capital, ou seja, mentes a tecnologia seja utilizada com fins de exploração do trabalho, teoricamente são separáveis, com o olhar na supressão da exploração e como passo prático imediato desse processo de supressão. É mais, desde ponto de vista o facto de Marx incidir tanto nesta distinção supõe que, além de ser consciente da dualidade fundamental entre o lado tecnológico/laboral e o lado económico/forma valor do automovimento do capital (o qual já fica claro no capítulo primeiro do livro I de O Capital), é consciente também de que a análise teórica do modo de produção capitalista deve orientar-se a diferenciar entre os rasgos histórico-materialmente necessários da relação de produção capitalista e aqueles rasgos que resultam contingentes. Contudo, esta distinção não supõe anular a conexão histórico-material concreta entre o necessário e o contingente, ou seja, deixar de reconhecer o conjunto de características tecnológicas e formal-económicas que são ambivalentes e podem assimilar-se ao processo de transição entre modos de produção, como são a medida do tempo de trabalho e a forma da troca de equivalentes enquanto instrumentos de contabilidade social (veja-se a Crítica do programa de Gotha), a divisão do trabalho no entanto enquanto vem determinada pela configuração tecnológica herdada, ou no plano político o carácter ainda repressivo do poder revolucionário. E como acontece com a questão da forma revolucionária transitória do poder político, estas características ambiguas não são pensadas e mais bem ficam situadas como problemas inteiramente práticos que somente se iram resolvendo segundo as condições materiais o permitam. Esta perspectiva prática, que da prevalência ao concreto frente ao abstracto, à prática frente à teoria, é o que ocasiona as ambiguidades teóricas, que por definição permitem introduzir interpretações práticas muito diferentes a ainda opostas se não se tem presente a visão de totalidade que fica implícita (e que é irreduzível a qualquer exposição concreta, porque no melhor dos casos só é possível uma exposição concentrada da visão geral, ou seja, uma exposição cum conteúdo altamente abstracto que sintetice os fundamentos teóricos).

Em conclusão, quando Bernardo afirma que "o abstracto nunca se expressa imediatamente no concreto" está a transpor um enunciado lógico-mental, abstraído do terreno histórico-social, a esse mesmo terreno que, no modo de produção capitalista, se acha caracterizado pela coexistência do abstracto e do concreto. Passando à questão prática, o que Marx faz é distinguir entre a função de direcção do trabalho colectivo e a estruturação da mesma no capitalismo, porque essa função, a diferença do tipo de estruturação ou forma particular, vai a persistir no modo de produção comunista, já que este seguirá a fundar-se na actividade produtiva colectiva. Em outros termos, trata-se dumha divisão do trabalho que se tornou uma exigência objectiva

da actividade produtiva dentro do processo de trabalho colectivo. O problema de Bernardo é que, mentres Marx distingue entre divisom do trabalho e exploraçom do trabalho, Bernardo confunde isso com a distinçom entre trabalho abstracto e trabalho concreto ("Nom hai execuçoms de trabalhos abstractos; toda a execuçom é umha concretizaçom."). O conceito de Marx do trabalho abstracto refire-se à reduçom do trabalho concreto a um equivalente e mais em geral à "abstracçom da humanidade" que se realiza no processo de trabalho (convertido técnica e económicamente em "desrealizaçom do trabalhador"). Mas Bernardo fala de "trabalho abstracto" como de umha categoria imaginária e assi imaginariamente oposta ao trabalho enquanto actividade material (que el parece nom reconhecer cindida entre um lado concreto ou técnico e um lado abstracto ou económico). Portanto, a interpretaçom de Bernardo de que Marx "naturaliza" "as funçoms do gestor" é falsa. É mais, ao afirmar que a lógica de Marx supóm umha "naturalizaçom das funçoms do gestor" (sublinhado meu) está a demonstrar que identifica as funçoms ou tarefas derivadas dum determinado nível de divisom do trabalho intelectual/manual no processo produtivo, com as funçoms ou tarefas derivadas dum tipo específico de relaçoms de produçom (umha forma integrada de criaçom, apropriaçom e distribuicçom do plustrabalho). O assunto de fundo é que, para Bernardo, o relevante é "o trabalho do gestor", cousa que para Marx é secundária, pois nom busca formular umha teoria sobre os gestores mas umha teoria sobre o capitalismo como sistema dinámico-evolutivo. O próprio Marx expressao perfeitamente nas citas que recolhe Bernardo, o que acontece é que el somentes está a buscar umha confirmaçom das suas teses apriorísticas. Marx analisa como a funçom directiva "adquire caracteres especiais", já que integra numha soa actividade as tarefas técnicas de organizaçom da produçom e "a funçom de explorar o processo de trabalho social", o que el aventura que, em combinaçom com o crescimento do capital constante frente ao capital variável segundo se desenvolvem as forças produtivas, produzirá umha crescente confrontaçom a nível da organizaçom do trabalho entre proletariado e capital.

A confusom de Bernardo entre trabalho abstracto imaginário e real conleva a sua vez que, mais adiante (pgs. 259-260) identifique valor e tempo de trabalho e, por conseguinte, lei do valor e distribuicçom segundo o tempo de trabalho. O valor nom emerge com base em "a extorsom de plusvalia e a concorrência na produçom polo aumento da produtividade" (p. 259), mas é umha forma de distribuicçom do produto social. O valor de câmbio surge porque nom existe umha regulaçom consciente e global da actividade económica. O domínio da forma valor na economia social supóm que a troca é a forma de distribuicçom dominante, supóm o mercado e, portanto, que o tempo de trabalho nom existe meramente como categoria contável, mas como medida da troca (e da produçom para a troca). Se o tempo de trabalho serve como medida da autogestom democrática da economia social, entom deixa de possuir esse carácter autonomizado do valor, que polo demais já fica formalmente suprimido no momento em que a distribuicçom nom se efectua segundo o tempo de trabalho, mas segundo as necessidades, e que no consumo individual fica transparente a correspondência entre o tempo de trabalho que realiza o individuo e que se expressa como umha capacidade de apropriaçom sobre a produçom global (em forma de bonos ou cartons), e o tempo de trabalho medio materializado nos produtos que necessita. Assi, a distribuicçom da riqueza e o seu aumento socializado resultam transparentes tanto a escala colectiva como individual na própria vida quotidiana, o que, junto com a livre circulaçom de informaçom global respeito ao desenvolvimento da produçom, proporcionará umha base pública de controlo suplementar ao exercido através das estruturas eleitas e os órgaos de base. Em poucas palavras, a economia comunista na sua fase de transiçom ("socialismo") nom se regula segundo o tempo de trabalho, mas segundo as necessidades sociais democraticamente expressadas e que compreendem tanto o campo da organizaçom e ampliaçom da produçom como o campo da diversificaçom e da distribuicçom do aceso à riqueza. O tempo de trabalho nom é medida para regular o intercâmbio, pois este deixa de existir: a regulaçom corresponde às decisoms conscientes e a circulaçom e o consumo meramente se adequam à riqueza disponhível determinada pola planificaçom global. Expressado de outro modo, ninguem "compra" nada já, porque todo o que se apropria é reconhecido conscientemente como algo próprio, de cuja gestom se é partícipe e cujos resultados se comunicam públicamente. Aqui o tempo de trabalho nom supóm, por conseguinte, a persistência de relaçom de produçom capitalista alguma.

As consequências práticas de identificar funçom e trabalho por Bernardo

Dum ponto de vista práctico e orientado à transformaçom social hoje, o ponto de vista exposto por Marx nom se traduz numha atitude acrítica face a funçom dos gestores, mas na distinçom prática entre as tarefas necessárias de gestor, derivadas da estrutura objetiva do processo de

trabalho concreto, e que haverám de ser reintegradas num cargo responsável eleito colectivamente, e as tarefas vinculadas à exploraçom do trabalho alheio, que simplesmente haverám de desaparecer e o fluxo de plus-trabalho passará a ser administrado de forma colectiva. A questom económica da remuneraçom do "trabalho de gestom" fica reduzida a umha equivalência com o tempo de trabalho e a sua qualidade, bem concretando-se num "salário medio" (no caso de nom ter-se ainda eliminado as formas monetárias) ou no equivalente à porçom media de riqueza correspondente a um trabalhador qualificado (no caso dumha distribuicão de transiçom já estabelecida e transparente, baseada directamente na contabilidade do tempo de trabalho), umha vez descontada a parte do plusproduto que é preciso dedicar às necessidades colectivas de manutenção e ampliaçom da produçom e dos serviços e obras comunitarias. Por conseguinte, tampouco de este ponto de vista parece necessária a aproximaçom teórica de Bernardo. Parece, mais bem, que a sua aproximaçom quer salvar-nos do que foi a prática bolchevique vendo as suas raízes nas obras de Marx. Mais concretamente, o ponto de vista de Bernardo suporia umha atitude prática de confrontaçom aberta com os gestores actuais, sem ter em conta a parte necessária das suas funçoms e como isso poderia incidir sobre o processo de estabelecimento da autogestom produtiva. Pois o problema prático é que a transformaçom das relaçoms de produçom, ou o estabelecimento da autogestom proletária, nom pode ser um acto instantáneo, já que para ser efectiva supóm umha transformaçom nom só das relaçoms técnico-organizativas, mas umha transformaçom das relaçoms económicas, e umha transformaçom que deverá operar-se e articular-se de forma efectiva a nível da economia global -o de global tanto mais certo hoje, quando a interdependência económica mundial está mui directamente vigente em todas as empresas, os sectores económicos e os países.

Se se assume este ponto de vista, mais complexo, ve-se que a tese de Bernardo pode traduzir-se numha subestimaçom das dificuldades práticas do estabelecimento dum modo de produçom comunista, e isto sem contar com as consequências políticas, já que a "classe gestorial" possui, por definiçom, um elevado poder e um reconhecimento dentro da estrutura social capitalista que, a todas luzes, nom parece prudente questionar de forma violenta e frontal. Prescindindo da facçom dos gestores cuja existência radica na expropriaçom à massa da direcçom global da economia e da vida social, e cujos salários estão absolutamente distantes de qualquer relaçom com o nível de qualificaçom formal da sua actividade, a política proletária deveria consistir numha nivelaçom para abaixo do resto dos gestores, mas numha nivelaçom para acima, aumentando progressivamente a parte da riqueza social que recebem os hoje produtores de plusvalor e em geral a maioria da populaçom. Isto é perfeitamente possível se a economia comunista continua a expandir-se. O problema surge, como no caso da Rússia bolchevique, quando as condiçoms para esta expansom nom permitem umha economia comunista mais que no sentido "primitivo", "pre-histórico", com o que a expansom económica nom permite combinar, em conformidade com as necessidades dos indivíduos (em expansom e diversificaçom junto com a produçom material), o desenvolvimento das forças produtivas e a socializaçom crescente e progressivamente igualitária do plusproduto. Como diziam Marx e Engels na Ideologia, isto suporia um reparto da pobreza e teria como consequência umha regresom ao estado anterior de divisom em classes. O que efectivamente aconteceu na Rússia -e para o qual a praxis bolchevique funcionou como trampolim.

Os gestores e a distinçom entre trabalho produtivo e improdutivo

"Em suma, Marx começa por afirmar a distinçom entre o trabalhador produtivo e o improdutivo, quando parte do campo da irreduzível oposiçom do proletariado ao capitalista privado. Mas depois, quando se trataria de prosseguir essa distinçom e de encerrá-la logicamente, definindo o trabalhador improdutivo como umha classe específica, acaba por fazer decorrer a origem dos rendimentos do gestor do capital variável, fundindo-o assi com o proletário. Quer isto dizer que a especificidade inicial do trabalhador improdutivo é umha pura funçom da definiçom do trabalhador produtivo, sem que o trabalhador improdutivo consiga alcançar a autonomia, nunca sendo concebido como objecto ideológico. É esta a verdadeira contradicão." (Marx crítico de Marx, vol. III, p. 96-97)

Mas para Marx a plusvalia, o ganho, o capital variável (em funçoms) e a renda do capitalista com formas diferentes. O que a renda do capitalista poda adoptar a forma dum "salário de direcçom", por exemplo, nom significa que tal salário corresponda somente ao tempo de

trabalho necessário para a reprodução da sua força de trabalho ou que o seu valor proceda do seu próprio trabalho. Este pressuposto não se deriva das teorias de Marx.

"As classes não constituem realidades em si, mas campos sociais opostos dumha realidade integrada, de modo que umha classe só existe se, e enquanto, existirem campos sociais que se lhe oponham. As classes são elementos de relações sociais antagónicas, que pressupõem sempre na sua definição os outros termos do antagonismo. A sua definição plena só pode ser umha definição integrada, pois são polos de umha estrutura. Ora, o fundamento implícito - aliás, por vezes, bem explicitado - das concepções de Marx sobre o proletariado e a burguesia mostra que cada umha destas classes é sempre definida em si, iludindo-se o facto de na própria teoria central de Marx umha só existir enquanto opositora antagónica da outra. (...) Os capitalistas são então referidos enquanto proprietários dos meios de produção e é a partir de aí, generalizando esta definição particular, que Marx erige a propriedade ou não-propriedade dos meios de produção em critério geral de definição das classes. Mas, paralelamente a aquel, outro critério geral se desenvolve, a partir da análise do proletariado como campo social isolado. Produtor de plusvalia, o proletário é o sujeito dumha expansão deste critério particular em critério universal, de modo que surge outra metodologia que define as classes pela produção ou não-produção de plusvalia."

"Nas análises particulares a primeira definição é sempre aplicada ao capitalista e a segunda ao proletariado, e nunca Marx as inverte, definindo os capitalistas pela pura não-produção de plusvalia e os proletários unicamente pela não-propriedade dos meios de produção." (Ibid, p. 122)

"Os gestores, simultaneamente não-produtores de plusvalia e não-proprietários de meios de produção, são não-pensados, não na definição particular das classes proletária e capitalista, mas na generalização empírica de cada umha dessas definições particulares." (Ibid., p. 123)

"O lugar vazio que existe entre a produção de plusvalia e a apropriação dos meios de produção é a gestão do processo de produção, decorrente da integração tecnológica de unidades de produção última altamente diversificadas e da existência de condições gerais de produção como nível básico da laboração dessas unidades últimas. Se a apropriação dos meios de produção determina o controlo da distribuição da plusvalia no interior de cada unidade de produção, a gestão da produção constitui o nível em que se determina o desenvolvimento das condições gerais para a sobre-produção da plusvalia e para a maximização da sua realização. A relação de exploração no sistema capitalista é pois, funcionalmente, dual no campo dessa exploração." (Ibid., p. 123-124)

"No caso do capitalismo... a integração tecnológica de unidades diversificadas faz com que o capitalista particular não tenha nas suas mãos a organização da produção e da distribuição da mais-valia, porque esta é produzida globalmente, na relação global entre a totalidade do proletariado e a totalidade dos capitalistas (e gestores). (Ibid., p. 124)

"O tipo de relação existente entre os gestores e os capitalistas leva-me a conceber como dupla o que usualmente julga ser umha única questão. A distribuição e a apropriação da plusvalia não constituem um só problema, mas dois: o problema da distribuição, que se determina fundamentalmente ao nível das condições gerais de produção e cujo agente social activo são os gestores, e o problema da apropriação, que se confunde com o da realização para os capitalistas particulares, ao nível dos quais decorre. É esta a teia de interesses e de conflitos, de solidariedade e de contradições, entre os capitalistas e os gestores. (...) A distribuição é o fundamento da apropriação, e sem apropriação não se podem reproduzir as condições da produção da plusvalia e da sua distribuição." (p. 126)

Distribuição e apropriação:

Na p. 210, Bernardo cita a Marx sobre as relações de produção e as relações de distribuição (O Capital, tomo III, cap. 51), no que conclui que as últimas são "no essencial, idênticas às relações de produção, constituindo a sua forma outra face, de maneira que ambas participam do mesmo carácter histórico transitório". "A distribuição capitalista difere das formas de distribuição que resultam dos outros modos de produção; cada forma de distribuição desaparece com o modo determinado de produção de que provém e a que corresponde".

A ambiguidade de Marx respecto dos gestores reflete a ambiguidade efectiva da sua condição social: por umha parte, trabalhadores assalariados, por outra parte, executores ou auxiliares da exploração do trabalho alheio. Esta ambiguidade é a que explica tanto a sua adesão ao

movimento operário como a sua forma de consciência afim às relações de produção capitalistas, não a sua consciência como classe, que não vejo observável em nenhuma experiência histórica. O que a experiência histórica mostra com rotundidade é a sua capacidade para identificar-se com os interesses gerais do capital ali onde estejam. Os exemplos dos regimes fascistas, bolcheviques ou as economias mistas mostram esta forma de consciência. E não pode ser de outro modo, já que as condições gerais da produção capitalista são indissociáveis das condições particulares de produção. Somente em períodos de crise e estancamento do modelo de acumulação global surge uma contradição entre os capitais particulares e o desenvolvimento global, e é então quando os gestores actuam para reestruturar o modo de inter-relação entre ambos planos, o geral e o particular. O caso russo não pode compreender-se sem a análise histórica, já que a particularidade russa supuxo que a revolução burguesa não fosse levada adiante pela burguesia, débil e amoldada à situação de atraso, mas pela intelectualidade radical, o que de facto impuxo formas capitalistas modificadas. Assim, de este ponto de vista podemos estabelecer três fases, mediante as quais a intelectualidade radical pôde reestruturar globalmente a sociedade russa: 1º) formação dum partido autónomo, que encarnava a força dirigente da revolução e fosse capaz de arrastar às massas para o seu objetivo; 2º) a formação dum poder político capitalista, com a transformação do partido em gestor político do capital; 3º) criar uma base económica capitalista para esse poder. Em outros termos, isto foi a realização das predicções de Bakunin sobre o governo dos científicos, a burguesia vermelha e o capitalismo de Estado, dos que acusava a Marx, mas que na realidade procediam do programa social-democrata do "Estado popular". Bernardo afirma que nesta revolução os gestores se opuseram à burguesia como classe, mas isto somente resulta da sua confusão da contradição intracapitalista entre condições gerais e particulares como uma contradição antagónica, de classe, e não uma contradição funcional ao sistema capitalista. Do mesmo modo que a solução das crises exige destruição de capital, a solução da crise de desenvolvimento histórico de Rússia destruiu o capital que bloqueava a solução à crise; a particularidade da forma em que se resolveu este problema é uma questão secundária, relativa aos critérios político-ideológicos e não a critérios de classe. Bernardo acusa a Marx de confundir a supressão dos burgueses com a supressão do capitalismo, mas ele próprio confunde a supressão dos burgueses individuais com a supressão da burguesia como classe, o que unicamente se sustém sobre a sua teima em separar os burgueses proprietários dos burgueses gestores e os burgueses ideólogos. Somente esta teima, unida às aparências empíricas, que por outra parte não são nada exceção, mas uma expressão das lutas fraccionais intraburguesas que arrancam da competência pelo plusvalor (e que no caso do bolchevismo foi levada a cabo baixo uma falsa consciência, já que a própria consciência de classe da burguesia era na Rússia todavia uma consciência subalterna e débil frente à tradição zarista), justifica ainda esta confusão.

"Os três critérios fundamentais da propriedade dos meios de produção, da gestão do processo económico e da produção da plusvalia, inter-relacionam-se assim na estrutura geral. O proletariado produz plusvalia para os gestores e os capitalistas. Os gestores dominam o processo global dessa produção e os capitalistas dominam a repartição da plusvalia adquirida (entre os capitalistas e os gestores) e os gestores dominam a distribuição da plusvalia de que os capitalistas vão apropriar-se." (Marx crítico de Marx, vol. III, p. 127)

A contradição efectiva no tratamento de Marx dos gestores está em que somente os capta como integrantes do "operário colectivo", e não como integrantes dum "capitalista colectivo" -o que me faz lembrar essa frase de Engels, de que o Estado é o "capitalista geral". Assim, como dita Bernardo, pode afirmar que "a conversão dos meios de produção em capital" consiste em "a sua alienação relativamente aos produtores efectivos, (...) a sua oposição, enquanto propriedade estranha, a todos os indivíduos realmente activos na produção, desde o gerente até o mais humilde dos assalariados" (O Capital, livro III, cap. 27). Isto encaixa perfeitamente com o que acabo de dizer. Bernardo o interpreta como "um critério puramente moral... que divide a sociedade em activos e ociosos" e deduz então que

"A existência do capital é a cisão entre o capitalista particular e «todos os indivíduos realmente activos na produção, desde o gerente até o mais humilde dos assalariados». Suprimindo os capitalistas particulares fica o resto, os «activos», os gestores e o proletariado que, juntos, vão constituir esse sistema de produção social de que Marx tece o elogio. Indefinidos como classe, assimilados ao proletariado, os gestores podem pois -como também sabemos que o fazem- falar

em nome de toda a sociedade. A sociedade, na sua visom ideológica, som eles próprios. Mas, quando se define o capital a partir da produçom da plusvalia e, portanto, quando se definem as classes nom polo critério moralizante do seu grau de ociosidade, mas pola sua funçom específica no processo de produçom, o proletariado opóm-se globalmente aos gestores e aos capitalistas, e a definiçom de capital é outra. A contradiçom entre estas duas definiçons é umha forma transformada da que existe entre os dous modelos de transformaçom do modo de produçom que tenho estado a analisar ao longo desta secçom, ou seja, da contradiçom que distingue a estrutura implícita do pensamento de Marx, da forma explícita em que el o expóm em O Capital. Da assimilaçom dos gestores aos proletários, da confusom entre capitalismo e forma particular de propriedade capitalista, resulta a naturalizaçom da funçom dos gestores; a sua oposiçom aos proletários é absolutamente escamoteada e o mero desaparecimento do capitalista particular é condiçom bastante para que o modo de produçom se torne plenamente socialista." (Marx crítico de Marx, vol. III, p. 238)

Segundo a minha interpretaçom, o problema consiste em que, por um lado, é certo que Marx nom reconhece aí umha relaçom de exploraçom dos operários polos gestores, mas é falso negar, como Bernardo, que os gestores operam como trabalhadores produtivos dentro dos parámetros da valorizaçom do capital, da produçom de pluvalia. Penso tamém que a tese da separaçom entre a estrutura implícita do pensamento marxiano e a forma de exposiçom em O Capital nom é sustentável. A nom ser que isto meramente signifique que existem contradiçons da teorizaçom do modo de produçom capitalista que nom afectam às noçons essenciais. Mais adiante Bernardo insiste nesta tese e cita para isso as apreciaçons de Marx sobre as sociedades por aççons.

Segundo Marx, já que nelas *"a funçom está separada da propriedade do capital"*, as sociedades por aççons constituem *"o ponto onde necessariamente passa a reconversom do capital em propriedade dos produtores, já nom como propriedade privada dos produtores particulares, mas enquanto propriedade dos produtores associados, propriedade directamente social. Além disso, é o ponto por onde passa a transformaçom de todas as funçons do processo de reproduçom ligadas ainda à propriedade do capital em meras funçons dos produtores associados, em funçons sociais"*. Segundo Bernardo, isto quereria dizer que

"Marx assimila os gestores enquanto classe aos capitalistas para, desaparecidos estes e o tipo de propriedade que deles decorre, naturalizar a funçom dos gestores no sistema de produçom e assimila-los assi a umha comunidade social de trabalhadores" (p. 239)

Esta é umha leitura que bem podo qualificar de "leninista", por quanto trata-se da mesma diferença essencial que existe entre a leitura leninista da teoria marxiana da "extinçom do Estado" e a leitura "libertária" -em sentido genérico do termo. De facto, a concepçom de Marx dos processos de transiçom de umha estrutura social a outra sempre está caracterizada pola presença de estruturas transitórias que preparam o terreno para as estruturas qualitativamente novas. Na teoria marxiana do Estado, este é o resultado da separaçom entre sociedade civil e poder político, com o qual o Estado moderno se apresenta como um órgão que está por acima das classes. Mas o poder político a sua vez é originado na divisom da sociedade em classes, que em essência é o produto do trabalho alienado -que, enquanto fonte de toda riqueza material, é o autêntico criador da propriedade privada. A supressom do Estado passa, pois, por suprimir o trabalho alienado, que é o seu fundamento determinante e, por tanto, a causa da sua permanência. Portanto, a supressom do Estado exige a supressom da exploraçom. Como o proletariado é já a maioria da sociedade civil, a sua possessom do poder político efectivo global supóm a supressom da separaçom entre sociedade civil e poder político. Este processo é o conteúdo da revoluçom proletária, e segundo Marx haveria de começar pola apropriaçom colectiva dos meios de produçom pola classe obreira e a assunçom do poder político efectivo. Assi, parafraseando a cita sobre as sociedades por aççons, a funçom do poder político é separado do controlo do capital. Mas todavia esse poder tem um carácter estatal, opressor, contra a resistênciam da classe capitalista à transformaçom social, e nom é ainda um poder directo da sociedade como um todo, mas um poder d@s proletários associados que exclue da sua estrutura os elementos burgueses. Mas esta forma transitória de Estado, ou semi-Estado, é necessária porque transforma o que antes era umha funçom da classe capitalista -o governo- em funçom da classe operária, preparando o terreno para que poda transformar-se numha funçom dos individuos sociais numha sociedade já sem classes.

A clave da interpretaçom de Bernardo é que el pressupóm sempre que Marx considera constante (ou idêntica à do capitalismo) o tipo de relaçom social que existe entre os agentes directivos e os agentes imediatamente produtivos, ou o que é o mesmo, a divisom entre trabalho

intelectual e manual e, em geral, a autoridade política cuja base é essa: o facto de quem actúa fai-no seguindo as ordens, os pensamentos, de outro.

Marx e a transição revolucionária

Seguindo com a polémica, Bernardo cita outra parte da passagem de Marx:

"É a supressão do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista, portanto uma contradição que a si mesma se destrói e que, sem qualquer dúvida, apresenta-se como mera fase transitória para uma forma nova de produção"

É lógico que Marx considere que as formas transitórias de propriedade estariam fundamentalmente dentro do próprio capitalismo, pois que, essencialmente, a sua concepção da propriedade nacionalizada como forma transitória limita-se a uma questão jurídica na prática, dado que a separação entre o poder político e sociedade civil terá desaparecido e assim mesmo a divisão em classes enquanto constitutiva dessa comunidade e poder revolucionários dos operários associados. Quiçá a questão seja que, ao não entender os gestores como parte ou prolongação da classe capitalista (do mesmo jeito que os seus representantes políticos e intelectuais), Marx não capta que essa contradição em absoluto é antagónica e, ao contrário, dá suporte a uma maior concentração e centralização do capital que se opõe ao proletariado, e que além disso um desenvolvimento do poder e da autonomia dos gestores, como condição necessária para gerir umas unidades produtivas e as condições gerais dumha economia global mais complexas, que supõem uma agudização da contradição de classe entre trabalho e capital. Igualmente, isto supõe uma diferenciação mais notória entre os estratos mais baixos e os mais altos do grupo gestor, o que dá lugar à consciência crescente por parte do proletariado de que se trata de outra categoria social cujos interesses são antagónicos, mas mais limitadamente nas camadas baixas, já que elas próprias possuem uma menor consciência deste facto e sociológica e economicamente estão muito mais próximas ao proletariado. Do ponto de vista funcional constituem uma classe, mas do mesmo modo que existiria uma diferença, do ponto de vista da unidade de produção, entre os operários empregados no processo produtivo e aqueles especificamente dedicados ao manutenção e limpeza dos equipamentos (estejam ou não empregados directamente pelo mesmo capital particular). Ou que os dedicados ao transporte. Em ambos casos temos exemplos de categorias funcionais permanentes para que a unidade de produção funcione, mas não podem considerar-se classes sociais distintas. A nível global isto mesmo acontece com as divisões entre burguesia, gestores estatais e intelectualidade. Ora bem, ainda que os gestores não sejam uma classe social, mas uma categoria organizativa da produção e reprodução do capital, a sua própria função situa-os como representantes do capital e não como negação do capital.

(A) -->

"Em todos os aspectos dessa contradição que até agora analisei, ela realiza-se sempre dum modo formalmente idêntico: a oscilação entre a assimilação dos gestores ao proletariado e a sua assimilação aos capitalistas. Os gestores aparecem ao leitor da grande obra de Marx, implicitamente, subtilmente, mas com não menos efectividade, como realizadores do capitalismo sem o serem dos capitalistas, e ao mesmo tempo confundidos com o proletariado. (...) Os gestores aparecem... contra os capitalistas, mas como realizadores do capitalismo. A ambiguidade consiste em identificar o antagonismo com os capitalistas com o antagonismo com o capitalismo.

Podemos, assim, começar a aperceber-nos do tipo de prática que esta contradição ideológica implica." (Marx crítico de Marx, vol. III,, p. 131)

"A concepção da contradição entre as relações de produção e as forças produtivas relaciona-se com o modelo hegeliano de passagem, na medida em que no modelo a uma só empresa essas forças produtivas aparecem como essência dum todo só divisível em elementos idênticos e que se reproduzem uns aos outros e à totalidade. Esta contradição constitui, portanto, um processo interno a este modelo de totalidade idêntica, em que um todo se reproduz noutro todo. Mantém-se um sistema não-estruturado e uma lógica pré-marxista. Esta distinção radical entre as formas lógicas da transformação exprime-se, na obra máxima de Marx, por uma igual distinção entre os modos ideológicos de dedução dessa transformação. Num caso, Marx, a partir da segunda determinação da lei do valor e das leis de tendência da tecnologia capitalista,

pensa o desenvolvimento dessa tecnologia e a ultrapassagem das relações de propriedade particular, assimilando-os à destruição das relações de produção capitalistas e, portanto, à passagem para o modo de produção seguinte. É, como vimos, a forma dupla de escamoteamento dos gestores que permite este tipo de dedução. A função dos gestores nas forças produtivas capitalistas tornaria-os objecto central da análise da transformação, neste modelo. Mas, nesse momento, a assimilação da sua realidade de classe à do proletariado leva Marx, ultrapassado o fundamento da existência dos capitalistas particulares, a apresentar por exclusão de partes o que sobra como sendo o socialismo, visto que se admite que só o proletariado restou. E assim os gestores, que dominam o ponto de partida desta via de dedução porque têm nas forças produtivas a base material da sua existência, encontram-se no ponto de chegada, encobertos com a determinação do proletariado, mas sempre reinantes nessas forças produtivas que, sendo as mesmas -mais ainda, sendo as mesmas em desenvolvimento acelerado- produzem idênticas consequências tecnológicas e sociais: a existência dos gestores como classe dominante no sistema de produção e a existência do proletariado como classe oprimida no sistema de disciplina de fábrica e, assim, explorada na produção da plusvalia, de que a tecnologia vigente nessas forças produtivas é a expressão material. A demonstração da transformação do capitalismo num novo modo de produção, neste segundo modelo, assume a forma dumha análise interna da tendência de evolução da tecnologia capitalista. No primeiro modelo, implícito na obra, a oposição global entre as instituições em que a prática da luta operária se realiza e a totalidade das instituições do capitalismo leva a que a afirmação do modo de produção seguinte seja feita imediatamente a partir do nível dessas relações sociais igualitárias desenvolvidas na prática de luta dos explorados. O modo de produção seguinte é definido por extensão dessas relações sociais igualitárias. Mas como a prática proletária exterior ao sistema capitalista não é pensada teoricamente em O Capital e a análise de Marx se resume à prática do proletariado enquanto «agente» da produção capitalista, à disciplina de fábrica, a transformação e o modo de produção seguinte, neste primeiro modelo, não são propriamente demonstrados, mas afirmados sem dedução." (Ibid., p. 202-204)

"Um dos aspectos fulcrais do problema da transformação do capitalismo no modo de produção seguinte é o da tecnologia capitalista constituir ou não a base do sistema de produção comunista." (Ibid., p. 205)

"«A socialização do trabalho e a centralização das suas forças materiais chegam a um ponto em que o seu involucro capitalista não pode já contê-las, e quebra-se em mil pedaços.» (Marx)"

"...A tecnologia capitalista aparece não só como a base do socialismo, mas até como a sua própria realização." (Ibid., p. 206)

"«a metamorfose em propriedade social da propriedade capitalista que, de facto, assenta já sobre um modo de produção colectivo» (Marx)"

"O comunismo seria, assim, [para Marx] a assimilação das formas de propriedade pelas características internas da tecnologia, e nessa tecnologia do capitalismo descobre Marx tradição e linhagem das mais altas virtudes colectivistas. Mas o aparente paradoxo resolve-se quando nos lembramos que a base fundamental de todo o sistema tecnológico capitalista são as condições gerais de produção e a relação destas com as unidades particulares. Como dizem atrás, estas condições de produção exigem umha forma não-particular de propriedade, que é ou tende a realizar-se como propriedade colectiva dos gestores, e por isso no seu desenvolvimento entram em contradição com a propriedade dos capitalistas particulares, à medida que esta vai sendo tecnologicamente integrada nas condições gerais de produção. O elemento que Marx privilegia contra a propriedade particular capitalista e que toma como base da transformação noutro modo de produção é, pois, o sistema de que os gestores são o agente social, considerado tanto como o sistema tecnológico como enquanto regime de propriedade. A «socialização do trabalho» que Marx enaltece na tecnologia capitalista é aquele mesmo sistema que em páginas veementes o mesmo Marx denunciou como a «disciplina da fábrica». Trata-se da extensão da inter-relação dos trabalhadores no processo de trabalho, resultado da integração tecnológica crescente das unidades de produção última nas condições gerais de produção, e não de qualquer forma de colectivismo no labor e na decisão, a que essa tecnologia é em absoluto avessa. A contradição de cujo processo Marx pretende deduzir o modo de produção que se sucederá ao capitalismo não opõe as forças produtivas às relações de produção capitalistas, mas sim a forma de propriedade consubstanciada pelos capitalistas particulares. Das novas relações de propriedade não decorrerão nem nova tecnologia geral, nem novas relações de produção." (Ibid., p. 207-208)

-- Bernardo recorre continuamente ao argumento da tecnologia, compreendendo nela a organização do trabalho. De facto, por socialização do trabalho nom entende o crescimento e extensom do trabalho associado, ou seja, a interrelaçom crescente da economia como um todo - que Marx fala como socialização do trabalho em oposiçom à posiçom do trabalho na empresa particular como trabalho privado. Mas Bernardo nom ve isto pola sua tese de que Marx nom viu esta interrelaçom técnico-organizativa -o que nom é estritamente certo-, o que sobretudo se funda na sua propia visom do capitalismo como sistema de relaçons materiais, mentres que Marx pom o énfase no seu aspecto de sistema de relaçons de valor, porque é esse o efectivamente dominante devido ao carácter autoalienado das relaçons sociais. Entom, o sistema somentes pode compreenderse a partir da dinâmica da autovalorização do capital como umha totalidade em movimento cego que configura as suas próprias leis com base na relaçom de produçom. Mas ainda na relaçom de produçom o aspecto económico se opóm ao técnico e o domina formalmente, de jeito que somentes de forma cega as determinaçons tecnológicas se expressam na dinâmica capitalista. Mas Bernardo nom toma em consideraçom a autoalienaçom como fundamento do capitalismo, mas a sua forma de organizaçom técnica (a nível global, a nível das unidades de produçom particulares, a nível de cómo as máquinas oprimem ao trabalhador). O erro fundamental de O Capital pode ser, quíçais, que nom sintetizasse realmente as aportaçons desenvolvidas nos Grundrisse, especialmente a demonstraçom, no capítulo do capital, de que o capital é o trabalho alienado que se reproduz a si próprio a escala ampliada (veja-se o meu trabalho ao respeito ###). Em lugar disso, Marx partiu dos seus escritos anteriores como de algo dado e tentou montar umha obra na que se explicasse a dinâmica evolutiva do capitalismo como totalidade, e que tampouco pudo acabar. Embora, toda a obra está pré-enchida do pressuposto aludido antes, particularmente quando Marx prescinde da análise da autoalienaçom no processo de trabalho (que mais bem menciona ocasionalmente como um facto básico) para formular directamente as formas específicas que esta autoalienaçom do trabalho assume no automovimento do capital (o fetichismo, a cousificação, a apariência invertida...). Outro tanto pode dizer-se dos desenvolvimentos conteúdos no capítulo VI inédito do tomo I de O Capital, dos que apenas ficou mençom na obra definitiva. E no entanto, os escritos de Marx da época de elaboraçom de O Capital confirmam estas teses, em destaque a crítica do Programa de Gotha.

A raíz das ambiguidades de Marx no relativo aos gestores, à organizaçom técnica e à tecnologia, procedem sem dúvida das suas limitaçons para compreender concretamente, de forma prática, as condiçons da autolibertaçom proletária. De facto, esta dificuldade está na raiz dos enfrentamentos com a ala anarquista na Primeira Internacional (ainda que com isto nom estou a refreandar as críticas bakuninianas - Veja-se os meus trabalhos) e na sua atitude demasiado acrítica para com as formas sindicais, partidárias e parlamentaristas do movimento operário da sua época, que à sua vez vinha ser realimentada pola sua atitude tendente a que fossem a classe operária mesma a que definisse estas práticas. Mas umha cousa é a apreciaçom limitada, incluso até certo ponto contraditoria, de Marx e Engels na apreciaçom destes problema -os quais em essência podem sintetizar-se no problema geral da concreçom de novas relaçons sociais nom alienantes-, e outra deduzir disso, como Bernardo fai, que a concepçom marxiana da transiçom revolucionária conduz ou justifica ideológicamente, de forma velada, a elevaçom dos gestores a classe dominante. Se isto se lhe assemelha tam fázil a Bernardo nom é polo que Marx di, senom pola ressonância das interpretaçons leninistas e a sua sobrevaloraçom (à marge de como se interprete) da experiéncia russa de 1917. ((A importancia histórica da Revoluçom russa radica nas conseqüências que tivo sobre o desenvolvimento mundial do movimento proletário durante a maior parte do século XX, nom no que supuxo para o proletariado ruso ou o no que aportou de positivo, como a criaçom dos soviets.))

Som estas ressonâncias, assi como o crescimento das capas tecnocráticas com o desenvolvimento do capitalismo, o que fai ver a Bernardo aos gestores como um problema central e recorrente. E, como el mesmo reitera nas suas distintas obras, este problema nom podia ser considerado assi na época de Marx, já que entom estes elementos nom tinham nem a relevância numérica nem económica nem política que alcançariam 30 anos depóis. Portanto, é absurdo considerar o silêncio ao respeito na obra de Marx como umha prova de ambiguidade. Desta perspectiva, Bernardo tenta reforçar este argumento associando-o com a questom do carácter social da tecnologia como tal. Mas se Marx nom acomete umha crítica da tecnologia como tal é porque, do seu ponto de vista, a base tecnológica da transformaçom social teria que ser, num princípio, a base existente. Somentes a longo praço poderia-se redesenhar a base tecnológica (o que é um problema técnico mas tamém económico, pois falamos de que o declive do capitalismo estará marcado por umha elevadissima composiçom orgânica do capital e, por conseguinte, um elevado valor do capital fixo, o capital invertido em maquinária), o que por

outra parte nom podia parecer nada fázil com o nível de conhecimentos e instrumentos da época da primeira revolução industrial. Por outro lado, cuando Marx fala da subordinação do operário à máquina póm a ênfase na relação compulsiva e opressiva que o converte em "apêndice da máquina". Isto é, o uso social da tecnologia era para Marx o principal. Mas em lugar de explicar as ambiguidades de Marx com base nas condições históricas, Bernardo quere situar como causa determinante das mesmas erros teóricos, e nisto, sinto dizi-lo, segue método comum do leninismo, que absolutiza a teoria como instrumento de poder político e identifica fixamente os erros teóricos com desvios sociais.

(Continua a cita anterior) "Polo contrario, som as novas relações de propriedade que se adaptam à tecnologia e ao sistema de produção já existente -«colectivo» e «socializante»... As relações de produção som, em Marx, um conceito altamente ambíguo, que ora se assimila ao sistema tecnológico geral do capitalismo, ora é assimilado às relações de propriedade, que constituiriam como que o seu equivalente super-estrutural. No geral da obra de Marx as relações de produção nom conseguem nunca alcançar o estatuto de conceito teórico. Som o nome com que se cobre o silêncio da contradição entre os dous modelos da transformação. As relações de produção ora entendem a integração das forças produtivas no sistema geral do capitalismo, exprimindo assi a hostilidade do proletariado, na sua luta prática, à globalidade do modo de produção; ora tendem a confundir-se com as relações de propriedade e distribuição, no modelo que concebe o sistema das forças produtivas do capitalismo como base de passage ao modo de produção posterior." (Marx crítico de Marx, vol. III, p. 208)

Aqui pode-se ver claramente a contradição radical sinalada ao começo deste trabalho. A afirmação de que as relações de produção nom alcançam "o estatuto de conceito teórico" demonstra simplesmente a sua incapacidade para: 1º) captar a dialéctica marxiana essencial, a dialéctica da autoalienação e o facto de que leve implícita a possibilidade e a tendência da autolibertação; 2º) captar o método marxiano consistente em compreender concretamente as categorias abstractas que definem a estrutura e a dinâmica do modo de produção, isto é, em desenvolver umha compreensão das relações de produção como "síntese de múltiplas determinações", uma teoria que sintetice a noção geral, que capta a essência das relações de produção de maneira abstracta, e as manifestações particulares e singulares, que constituem a realidade empírica. De maneira que O Capital está dedicado a captar teóricamente as formas mais concretas em que se manifesta a autoalienação do trabalho, fazendo-as compreensíveis*; e por outro lado, quere conformar com isto umha compreensão concreta do capitalismo como totalidade dinâmica, o que lhe permite compreender concretamente o seu devir e as condições históricas concretas da sua transformação revolucionária. Mas isto somentes fica evidente se estudamos toda a obra económica de Marx, desde os Manuscritos de 1844 até O Capital, passando por todos os escritos inéditos. Assi, O Capital é, mais que a obra cúlmine de Marx, a síntese dos seus desenvolvimentos anteriores e um passo adiante nos mesmos, umha síntese superadora e nom umha obra mestra autosuficiente (consideração que também é herança do leninismo e o seu doutrinarismo pseudo-religioso para com as obras oficiais de Marx).

* Hemos visto que la creciente acumulación del capital entraña también una concentración creciente de él. Crece así la potencia del capital, la autonomización de las condiciones sociales de producción personificada en el capitalista frente a los productores reales. El capital se revela cada vez más como un poder social cuyo funcionario es el capitalista y que no guarda ya la menor relación posible con lo que el trabajo de un individuo puede crear, sino como un poder social enajenado, autonomizado, que se enfrenta con la sociedad como una cosa y como el poder del capitalista adquirido por medio de esta cosa. La contradicción entre el poder social general en que el capital se convierte y el poder privado del capitalista individual sobre estas condiciones sociales de producción se desarrolla de un modo cada vez más clamoroso y entraña, al mismo tiempo, la supresión de este régimen, ya que lleva consigo la formación de las condiciones de producción necesarias para llegar a otras condiciones de producción colectivas, sociales. Este proceso obedece al desarrollo de las fuerzas productivas bajo el régimen de producción capitalista y al modo como este desarrollo se opera. (El Capital, libro III, cap. XV)

Dum ponto de vista prático, Bernardo arrastra o problema de adoptar umha perspectiva técnico-organizativa para valorar as apertações de Marx, quando o seu eixo fundamental era compreender o automovimento do capital, a autoalienação do trabalho na sua forma histórica extremadamente autonomizada do "movimento da autovalorização do valor" (outra razão, por certo, pola que o seu tratamento do problema da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo desenvolveu-se somentes no capítulo VI inédito e nas Teorías sobre a plusvalia, com um tratamento relativamente mui breve em O Capital). Mentres que toda a reflexom de Marx parte da base, já enunciada no capítulo I do tomo I, de que o valor de cambio domina sobre o

valor de uso -e portanto, de que a produçom no seu aspecto técnico-organizativo tem que ajustar-se sempre ao desenvolvimento histórico do capital, às necessidades da produçom e acumulaçom de plusvalor-, Bernardo faz omissom desta premissa e pretende acometer uma análise fundada na forma técnico-organizativa que adopta a organizaçom da produçom nas unidades produtivas individuais e a escala global. Assim, para el a existênci dos gestores nom é um subproduto das necessidades de produçom e acumulaçom de plusvalor, mas de necessidades técnicas. Como o seu papel como organizadores das condiçoms gerais de produçom apresenta-os como autónomos frente aos capitalistas particulares, criando a apariênci de ser uma classe autónoma (do mesmo modo que o Estado em geral, como sinal), Bernardo toma esta apariênci por realidade e tenta justifica-la teóricamente. Mas todo isto nom é mais que uma continua inversom metodológica das relaçoms entre base e superestrutura. Os gestores som pagos sempre, directa ou indirectamente, polos capitalistas, e dependem deles para actuar, o que impide a sua autonomizaçom da burguesia, o mesmo que acontece com o Estado. A integraçom capital-Estado, ao contrário do que afirma Bernardo, nom despraçou a dominaçom da burguesia em favor da classe gestorial, mas eliminou progressivamente a autonomizaçom inicial desta última, ainda que -formalmente, funcionalmente- ao mesmo tempo isso supuxesse um incremento numérico exponencial da classe gestorial. Pois tal incremento foi contrarrestado, e de facto, baseado economicamente, no desenvolvimento da concentraçom e centralizaçom do capital, o que na forma da propriedade privada supom um incremento enorme do poder da burguesia. A questom de que os gestores veriam a propriedade privada burguesa como uma contradicçom com os seus interesses é em parte um resultado do método subjacente de Bernardo de ver as formas, as funçoms, como determinantes dos interesses sociais em lugar das relaçoms sociais concretas em que estão insertos os individuos, e em parte um resultado de nom querer reconhecer a significaçom prática social da hierarquizaçom económica extrema que define a essa classe gestorial e que serve para manter a sua adhesom ao sistema da propriedade privada (salvo, como tenho referido, em situaçoms históricas críticas, quando isto pode quebrar-se).

Em qualquer caso, todas as análises me levam a considerar que a classe gestorial e a burguesia nom temem nenhuma relaçom antagónica entre si, a nom ser uma relaçom de competência capitalista. E do mesmo modo que nom afirmariamos que um burguês se opom à propriedade privada porque arruine aos seus competidores, nom é sustentável a afirmaçom bernardiana de que os gestores se oponhem à propriedade privada burguesa porque desejariam convertê-la em propriedade sua. Todo isto vera-se mais claro se deixamos de mover-nos dentro da ambiguidade que implica o conceito histórico de "propriedade privada". Originalmente, já nos tempos do Manifesto Comunista, a propriedade privada fora formulada por Marx e Engels como o resultado da apropriaçom privada de plustrabalho, na que o essencial nom era a forma de propriedade mas o facto da expropriaçom do plustrabalho aos proletários. Desta perspectiva, para eles o recurso à nacionalizaçom dos meios de produçom podia ser nada mais que uma forma transitória de sancionar a reapropriaçom proletária dos meios de produçom e configurar mecanismos que garantissem o nom retorno à propriedade privada. Todo isto no contexto da luta revolucionária aberta todavia, ainda que tendo já derrocado à burguesia do poder. Em conclusom, desde a perspectiva revolucionária a supressom da propriedade privada nom se realiza nem na supressom da propriedade privada individual, da propriedade privada colectiva ou da propriedade estatal que representa os interesses dumha minoria -e por tanto, que em essênci som interesses privados e dum carácter efectivamente privado a essa propriedade estatal, ainda que nom seja reconhecido. Todo o que seja propriedade dumha minoria explotadora deve considerar-se como propriedade privada a nível das relaçoms de produçom, por mais que na forma jurídica isto se mistifique e, de facto, existam diversas formas de propriedade privada e ainda de régime de propriedade pública (permanente, em concessom temporal, dependente da administraçom estatal ou das administraçoms inferiores, gestionada verticalmente ou dotada de distintos graus de autonomia operativa...) segundo as características concretas da forma de gestom.

Os Grundrisse + O Capital vs. Marx crítico de Marx: base tecnológica e transiçom revolucionária (Ou a cosmovisom de Marx vs. a cosmovisom de Bernardo)

De todos os modos, as apreciaçoms de Bernardo respeito da visom marxiana da tecnologia nom temem em conta os *Grundrisse*, nos que hai uma parte destacável do capítulo do capital dedicada a esse assunto:

"O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou saber social geral tem-se convertido em força produtiva imediata e, portanto, até que ponto as condiçoms do processo da

vida social mesma tenham entrado baixo os controis do intelecto geral (general intellect) e som remodeladas conforme o mesmo. Até que ponto as forças produtivas sociais som produzidas nom somentes na forma do conhecimento, mas como órgaos imediatos da prática social, do processo vital real." (As citas dos Grundrisse baseam-se nas ediçõs em espanhol: Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador), 1857-1858, Siglo XXI de Argentina, 1972; e Los fundamentos de la crítica de la economía política, Alberto Corazón Editor, 1972.)

Como sabemos, a teoria do derrube do capitalismo fundamenta-se na elevaçom da composiçom orgánica do capital, determinada polo incremento do capital fixo (e o resto do capital constante, posto em matérias primas e auxiliares) frente ao variável. O capital fixo, o capital invertido na maquinária, é o motor desta tendência ao reduzir o número de trabalhadore/as para um mesmo volume de produçom e, com isso, o plustrabalho que é criado.

O trabalho já nom se apresenta como recluso no processo de produçom, senom que, mais bem, o home comporta-se como supervisor e regulador com respeito ao processo de produçom mesmo. (...) O trabalhador... apresenta-se ao lado do processo de produçom, em lugar de ser o seu agente principal. Nesta transformaçom o que aparece como o pilar fundamental da produçom da riqueza nom é nem o trabalho imediato executado polo home, nem o tempo que este trabalha, mas a apropriaçom da sua própria força produtiva geral, a sua compreensom da natureza e o seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; numha palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o que se funda a riqueza actual, semelha umha base miserável comparado com este fundamento... O plustrabalho da massa tem deixado de ser condiçom para o desenvolvimento da riqueza soical, assi como o nom-trabalho duns poucos tem cessado de se-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isto desploma-se a produçom fundada no valor de câmbio, e ao processo de produçom material imediato quita-se-lhe a forma da necessidade apremiante e o antagonismo. Desenvolvimento livre das individualidades, e portanto nom reduçom do tempo de trabalho necessário com o olhar em pôr plustrabalho, mas em geral reduçom do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde entom a formaçom artística, científica, etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tem tornado livre e aos meios criados para todos."

Na Crítica do Programa de Gotha (1875), Marx precisa que a chegada da fase superior da sociedade comunista supom nom o começo, mas a fim definitiva da "*subordinaçom escravizadora dos indivíduos à divisom do trabalho, e com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho nom seja somentes um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, cresçam também as forças produtivas e corram a chorro pleno os mananciais da riqueza colectiva*".

Portanto, Marx aponta nas suas análises a que, o nível de desenvolvimento das forças produtivas que acompanhará o declive do capitalismo como modo de produçom, e que impulsará a "*expropriaçom dos expropriadores*", será tal que, o tempo de trabalho humano que cada indivíduo dedicará à produçom material socialmente necessária, diminuirá continuamente em lugar de aumentar. Ou seja, Marx antevia um nível de desenvolvimento capitalista como condiçom da transiçom ao comunismo que somentes estava a vislumbrar-se no seu tempo (cousa também reflectida no seu interesse polos "sistemas de maquinária" que antecipavam a revoluçom da automatizaçom), e que desde logo nom pode dizer-se que anteviram claramente os seus epígonos, os leninistas em particular. De facto, o giro táctico para o apoio aos partidos socialdemócratas apoiava-se na constataçom, muito firme e a longo praço, de que o capitalismo seguiria a ser um sistema progressivo. Em conclusom, se todo isto é assi, e parece o mais plausível, fai ainda mais lógico, além do já dito anteriormente, que Marx nom prestasse a atençom que outros, como Bernardo, reclamam à questom tecnológica no seu aspecto material. De facto, se o capitalismo nom chegará ao seu limite histórico mais que devido a umha sobrelevaçom da composiçom orgánica do capital que faga impossível manter ascendente a taxa de benefício mediante o recurso a todas as causas contra-restantes aludidas em O Capital, isto suporá, tecnologicamente, umha situaçom na que a reduçom acelerada da jornada laboral da populaçom nom será somentes possível, mas será a primeira medida necessária para evitar manter um estado constante de sobreproduçom e racionalizar a utilizaçom dos recursos produtivos nos sectores mais desenvolvidos, o que doutra parte permitirá fazer o próprio com os sectores menos desenvolvidos. (E isto falando a nível mundial, pois é no mercado mundial, e sobre a base da composiçom orgánica do capital media, como se determina o devir do capitalismo.)

Neste contexto de reflexom, Marx conclue desta maneira acerca da fim da base económica e a base técnica da produçom capitalista:

Assi como com o desenvolvimento da grande indústria a base [*económica*] sobre a que esta se funda -a apropriaçom de tempo de trabalho alheio- deixa de constituir ou criar a riqueza, do mesmo modo o trabalho imediato deixar de ser, com aquela, enquanto tal a base da produçom... Polo contrário... acontece que, assi como por um lado o submetimento das forças naturais sob o intelecto social está pressuposto na força produtiva do meio de trabalho que se tem desenvolvido até converter-se em processo automático, polo outro, o trabalho do indivíduo na sua existência imediata está posto como trabalho individual superado, isto é, como trabalho social. De tal maneira periclita a outra base [*técnica*] deste modo de produçom. (*O posto entre colchetes é meu*)

-> (A)

Bernardo afirma que, a definiçom do próprio modo de produçom como destruindo-se a si mesmo ao adoptar a forma da sociedade por aççom, feita antes por Marx, sintetiza a oposiçom entre os dous modelos de transformaçom que el formulou. O primeiro modelo seria aquel "*em que o comunismo decorre das relaçom sociais igualitárias que os proletários estabelecem entre si na prática de luta, assumia a forma da destruiçom dumha totalidade por outra totalidade, as quais se articulam somentes ao nível dos indivíduos concretos que as componhem, nunca constituindo portanto senom todos históricos particulares, só definíveis momento a momento*" (p. 239). Este primeiro modelo corresponderia à "estrutura implícita" do pensamento de Marx. O segundo modelo seria aquel "*em que a tecnologia capitalista constitue o elemento base de desenvolvimento do modo de produçom seguinte, assume a forma da transformaçom dumha totalidade noutra, do parto dumha totalidade por outra*" (ibid.). Esta forma seria a que corresponderia à forma de exposiçom em *O Capital*.

As contradicçom que Bernardo sinala, com razom, nas declaraçom acerca das sociedades por aççom, que dam pé a considerar que a sua extensom social suporia a fim do capitalismo, radicam embora nom numha suposta confusom de Marx da propriedade privada com o capitalismo, mas no facto de que, para Marx, a propriedade privada era o forma adecuada, específica, ao capital. O que a propriedade privada, por si própria, evoluira para formas de sociedades anónimas, era um passo adiante na sua dissoluçom e, portanto, na dissoluçom do capitalismo. Mas como se apreça nas mençom anteriores de Marx, em absoluto consideram essas sociedades por aççom a base do modo de produçom comunista. O problema, como eu dixem antes, penso que está na incapacidade para reconhecer os gestores como parte da classe capitalista e em confundir a propriedade privada particular com a propriedade privada colectiva. Outro exemplo disto está na sua estimaçom de que as cooperativas eram "umha sorte de capitalismo colectivo", que tamém antecipava as novas formas de propriedade directamente sociais. Aqui a confusom nom é entre a propriedade privada particular e o capitalismo, mas simplesmente a falsa identificaçom do ultrapassage da propriedade privada individual com umha forma de transiçom iminente, que estaria a apontar que o fim do capitalismo estava perto. Isto tinha muito que ver com o hábito da época, e outro tanto aconteceu depois quando se confundiu a estatizaçom e a planificaçom bolcheviques com umha forma de organizaçom económica sem exploraçom. Este problema tem que ver com manter umhas concepçom do capitalismo demasiado rígidas e um afám subjetivo excessivo em ver o final histórico deste sistema, nom com umha incoherência teórica. De facto, como Bernardo cita logo, Marx constata que

"No sistema das aççom existe já a oposiçom à antiga forma em que o meio social de produçom aparece como propriedade privada; mas a transformaçom em aççom permanece ainda prisioneira dos limites capitalistas; em vez de ultrapassar a contradicçom entre o carácter social das riquezas e a riqueza privada, limita-se a elaborá-la e desenvolvé-la, dando-lhe um novo aspecto."

Se tenho razom, e a diferenciaçom entre fundo e forma do pensamento marxiano que Bernardo formula é errónea, entom os dous modelos que el postula deveriam ser nada mais que duas faces dum mesmo processo. Aqui o primeiro apontamento que fixem, acerca de que a raiz da sua teoria da classe gestorial está na dissociaçom que el próprio fai, entre a contradicçom entre forças produtivas e relaçom de produçom e a contradicçom entre as classes em luta, ve-se totalmente confirmada. Na verdade, a dissociaçom, tal como aparece em *O Capital*, deve-se fundamentalmente a intençom de dar-lhe à formulaçom teórica umha perspectiva estritamente

objetiva e, portanto, omitindo a questão da luta de classes. O objetivo era construir uma teoria que logo serviria para fundamentar conscientemente essa luta, mas ao plasmar esta separação a nível teórico na forma de exposição o próprio Marx deu pé às interpretações unilaterais sobre o derrube do capitalismo.

A nível fundamental, o pensamento marxiano tem como categoria central a praxis, isto é, a acção humana consciente. Por conseguinte, para Marx a separação entre teoria e prática somente podia ter sentido como momento da praxis enquanto unidade de pensamento e acção. Isto mesmo fica implícito na sua obra, que podemos dividir entre os textos políticos e históricos, cujo elemento central é a prática, e os textos teóricos. A ideologia alemã é talvez a obra onde ambos lados do pensamento marxiano se expõem dialécticamente de forma mais explícita e, por conseguinte, de onde podemos partir para compreender a sua inter-relação. Em A ideologia alemã, o comunismo é definido como "o movimento efectivo que suprime o estado presente" e o capítulo primeiro trata a nível geral da revolução proletária desde a perspectiva da destruição dumha totalidade por outra. Não obstante, ali mesmo também se vincula esse movimento revolucionário ao desenvolvimento do antagonismo objetivo entre forças produtivas e relações de produção. Aqui mesmo, por tanto, temos a formulação unitária dos dois modelos que Bernardo formula e, assim, a base para uma interpretação integrada.

Do ponto de vista do movimento revolucionário, ele mesmo é uma totalidade social nova, "a comunidade dos proletários revolucionários". Do ponto de vista da sociedade no seu conjunto, das estruturas da sociedade presente, a transformação revolucionária apresenta-se como uma transformação dessas formas sociais em outras. Não se trata, pois, nada mais que de duas perspectivas distintas acerca do mesmo processo, uma subjetiva e outra objetiva. Como o proletariado não possui meios de produção, não possui formas económicas próprias distintas das capitalistas; por esta razão a perspectiva subjetiva centra-se nos problemas da acção política e a sua fundamentação prática histórica. A perspectiva objetiva, na sociedade capitalista onde a economia autonomizada domina o resto da vida social, o centro da reflexão teórica, para compreender as condições concretas em que se desenvolverá a luta, é a dinâmica económica. Se entendemos isto, e entendemos que tampouco existe contradição *essencial* entre a supressão da autoalienação proletária (que seria o essencial no primeiro modelo de Bernardo, ou perspectiva subjetiva) e que isto assuma como base a tecnologia herdada do capitalismo (que seria essencial no segundo modelo, ou perspectiva objetiva), então a teoria da classe gestorial fica radicalmente refutada. Não obstante, é importante lembrarmos que a base tecnológica, dum ponto de vista marxista, não inclui as formas de organização da produção salvo no que têm de estritamente técnico, ou seja, salvo no que têm de inevitável devido à impossibilidade material (não social) e científica (não ideológica) de organizá-la de outra maneira. As relações sociais dentro do processo de trabalho são consideradas um aspecto das relações de produção, e de facto não pode ser doutro jeito, pois senão existiria uma inadequação essencial entre a forma de direcção decisória e a forma de direcção executiva do trabalho.

Nos seus escritos Marx não foi em absoluto cego a este aspecto da dominação do capital sobre a cooperação laboral:

"Na sua combinação este trabalho aparece ao serviço dumha vontade e uma inteligência alheas: são elas as que o dirigem. Este trabalho tem a sua unidade espiritual fora de si próprio, assim como na sua unidade material está subordinado à unidade objetiva da maquinaria, do capital fixo, que como monstro animado objetivo o pensamento científico e é de facto o coordenador; em modo algum se comporta como instrumento frente ao operário individual, que mais bem existe como pontualidade individual animada, como acessório vivo, e isolado, desta unidade objetiva.

O trabalho combinado é, pois, uma combinação em si, e isto de um duplo ponto de vista: não é uma combinação enquanto relação recíproca dos indivíduos que co-laboram, não tampouco é uma combinação no que respeita ao seu controlo, já seja sobre a sua função particular ou dispersa, já seja sobre o instrumento de trabalho.

Portanto, se o operário se comportar com o produto do seu trabalho como com algo estranho, também o seu comportamento ante o trabalho combinado será como ante algo estranho, e outro tanto acontecerá ante o seu próprio trabalho como algo que, por certo, lhe pertence, mas que é uma manifestação vital alheia, forçada, à que, como di Adam Smith, concibe como penalidade, sacrifício, etc.

Tanto o trabalho como o seu produto som negados como propriedade do operário particular e isolado. O trabalho isolado negado é agora, de facto, o trabalho combinado e colectivo posto desse modo -tanto enquanto actividade, como em forma estática, transmutado em objeto- à vez como um outro do trabalho individual realmente existente: enquanto objetividade alheia (propriedade alheia) e igualmente como subjetividade alheia (a do capital).

O capital representa, pois, tanto ao trabalho como ao seu produto enquanto trabalho individual negado e, portanto, propriedade do trabalhador particular. É, por conseguinte, a existência do trabalho social -a sua combinação como sujeito e igualmente como objeto-, mas como existente com independência dos seus momentos reais, ou seja, como existência particular, separada. O capital, pois, aparece pela sua parte como o sujeito dominante e proprietário do trabalho alheio, e a sua própria relação é a dumha contradição tam cabal como a do trabalho assalariado." (Grundrisse, cap. do capital)

"A direcção exercida pelo capitalista nom é apenas umha função especial derivada da natureza do processo social de trabalho e inerente a dito processo; é, à vez, função da exploração dum processo social de trabalho, e de aí que esté condicionada polo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria prima da sua exploração. À par do volume dos meios de produção, que como propriedade alheia se contraponhem ao assalariado, cresce a necessidade de controlar a utilização adequada dos mesmos (NOTA). Polo demais, a cooperação entre os assalariados nom é nada mais que um efeito do capital que os emprega simultaneamente. A conexão entre as suas funções, a sua união como corpo produtivo global, radicam fóra deles, no capital, que os reúne e os mantém coesionados. A conexão entre os seus trabalhos enfrentase-lhes idealmente como plano, praticamente como autoridade do capitalista, como poder dumha vontade alheia que submete ao seu objetivo a actividade deles.

Por conseguinte, se conforme ao seu conteúdo a direcção capitalista é dual porque o é o processo de produção mesmo que deve dirigir, dumha parte processo social de trabalho para a elaboração dum produto, de outra processo de valorização do capital, com respeito à sua forma essa direcção é despótica. Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, este despotismo desenvolve as suas formas peculiares. Assi como o capitalista, nom bem o capital tem alcançado essa magnitude mínima com a qual começa a produção verdadeiramente capitalista, desliga-se primeiro do trabalho manual, agora, à sua vez, abandona a função de vigiar directa e constantemente aos diversos operários e grupos de operários, transferindo-a a um tipo especial de assalariados. Ao igual que um exército require oficiais militares, a massa operária que coopera baixo o mando do mesmo capital necessita altos oficiais (dirigentes, managers) e suboficiais industriais (capatazes, chefes, supervisores, contre-maîtres) que durante o processo de trabalho exerzam o mando em nome do capital. O trabalho de supervisom converte-se em função exclusiva dos mesmos. Quando compara o modo de produção de camponeses independentes ou artesans autónomos com a economia de plantação, fundada na escravidão, o economista inclue a esse trabalho de supervisom nos *faux frais* de produção. Mas, polo contrário, quando analisa o modo capitalista de produção, identifica a função directiva, na parte em que deriva da natureza do processo laboral colectivo, com a mesma função na parte que está condicionada polo carácter capitalista, e portanto antagónico, deste processo. O capitalista nom é capitalista por ser director industrial, mas que se converte em chefe industrial porque é capitalista. O mando supremo na indústria transforma-se em atributo do capital, assi como na época feudal o mando supremo no bélico e o judicial era atributo da propriedade territorial.

...

A sua cooperação nom começa senom no processo de trabalho, mas no processo laboral já tenham deixado de pertencer-se a si mesmos. Ao ingressar a esse processo, o capital tem-se-os incorporado. Enquanto cooperadores, enquanto membros dum organismo laborante, eles próprios nom som mais que um modo particular de existência do capital. A força produtiva que desenvolve o operário como operário social é, por conseguinte, força produtiva do capital." (O Capital, livro I, cap. 11)

É relevante mencionar que, neste último fragmento de O Capital, onde sinalei Marx colocou umha nota satírica, precisamente relativa às formas de controlo do processo de trabalho por parte do capital. Assi, comenta que um "periódico filisteo burguês" tivo que reconhecer casos concretos nos que a classe operária demonstrava que capaz de dirigir *colectivamente* o processo de trabalho de maneira mais eficiente que os capitalistas e isso nos diversos sectores.

O conjunto de citas anteriores mostram até que ponto Marx era consciente de que as formas de direcção do processo de trabalho estavam determinadas pola finalidade da autovalorização do capital, de maneira que a própria cooperação operária constitue umha forma alienada de

cooperação. Portanto, nom cabe a interpretação de Bernardo de estas mesmas citas, segundo a qual o discurso marxiano conteria umha ambigüidade essencial favorável à "classe gestorial".

Em idéntico sentido están as glosas críticas que se conservam da leitura de Marx de *Estatismo e Anarquia* de Bakunin:

Sobre la base de la propiedad colectiva desaparece la llamada voluntad popular para ceder el puesto a la verdadera voluntad de la colectividad cooperativa).

Si el señor Bakunin conociese, por lo menos, la posición que ocupa el gerente do una cooperativa obrera, se irían al diablo todas sus fantasías sobre la dominación. Hubiera debido preguntarse: ¿Qué forma pueden asumir las funciones administrativas, sobre la base de este Estado obrero? (si le place llamarlo así)

K. Marx, Acotaciones al libro de Bakunin «El Estado y la Anarquía», 1873.

[Marx: El Capital, Libro primero, cap. 13, Maquinaria y gran industria:](#)

En la medida en que la división del trabajo reaparece en la fábrica automática, se trata, ante todo, de la distribución de obreros entre las máquinas especializadas, así como de masas de obreros que sin embargo no llegan a formar grupos articulados entre los diversos departamentos de la fábrica, en los que trabajan en máquinas del mismo tipo, alineadas una al lado de la otra; entre ellos, pues, sólo se da la cooperación simple. El grupo articulado de la manufactura es desplazado por la conexión entre el obrero principal y unos pocos ayudantes. La división esencial es la que existe entre los obreros que están ocupados efectivamente en las máquinas-herramientas (a los que hay que añadir algunos obreros destinados a la vigilancia o la alimentación de la máquina motriz) y los simples peones (casi exclusivamente niños) de estos obreros mecánicos. Entre los peones se cuentan, en mayor o menor grado, todos los "feeders" (que meramente alcanzan a las máquinas el material de trabajo). Junto a estas clases principales figura un personal numéricamente carente de importancia, ocupado en el control de toda la maquinaria y en su [513] reparación constante, como ingenieros, mecánicos, carpinteros, etcétera. Se trata de una clase superior de obreros, en parte educada científicamente, en parte de índole artesanal, al margen del círculo de los obreros fabriles y sólo agregada a ellos [111]. Esta división del trabajo es puramente tecnológica^{bb}.

[111] 181 Característico de las intenciones que inspiran el fraude estadístico intenciones que podríamos demostrar en detalle, también en otros casos es el hecho de que la legislación fabril inglesa excluya expresamente de su esfera de acción, como personas que no son obreros fabriles, a los que acabamos de citar en el texto, mientras que por otra parte los "Returns" publicados por el parlamento incluyan no menos expresamente en la categoría de los obreros fabriles no sólo a los ingenieros, mecánicos, etc., sino también a los directores de fábricas, viajantes, mensajeros, vigilantes de los depósitos, enfardadores, etc.; en una palabra, a todo el mundo, salvo al propietario mismo de la fábrica.

^{bb} En la 3ª y 4ª ediciones: "técnica".

III. Cara umha nova formulaçom

Bernardo no seu labirinto

"O predomínio dos delírios raciais sobre os interesses económicos reais, que se observou ao longo dos anos de guerra entre os fiéis de Hitler, e mais do que todos no próprio Führer, nom revelará a hegemonia da instância ideológica na estrutura de poder nazi? E umha situaçom deste tipo, absolutamente oposta ao que tem sucedido em qualquer das formas correntes do capitalismo, nom indicará o surgimento dum metacapitalismo? Se esta hipótese for exacta, entom existem em germe na sociedade moderna dous novos modos de produçom. Um deles está pressuposto nas relaçons de solidariedade e de igualdade que os trabalhadores estabelecem entre si quando lutam activa e colectivamente contra o capital. O surgimento do outro ameaça quando a contestaçom, em vez de pôr em causa as hierarquias sociais, se processa inteiramente dentro do quadro da ordem, reforçando-a mediante a renovaçom das elites ou, pior ainda, através da formaçom de elites novas. Num caso teriamos a tendência para o socialismo, entendido enquanto negaçom das classes e da exploraçom do trabalho. No outro caso, a afirmaçom hierárquica dum metacapitalismo, conducente a um escravismo de Estado. A ser assi, o período entre as duas guerras mundiais teria constituido um extraordinário laboratório de antecipaçons históricas. (Os labirintos do fascismo, Ed. Afrontamento, 2003, p. 283-284.)

"O Estado fascista só parece estar por acima das classes, ou resultar dum equilibrio paralisante entre classes opostas, se consideramos que existem apenas a burguesia e o proletariado. Mas se admitimos a existência dos gestores enquanto classe, com a sua complexidade orgânica e os seus interesses próprios, podemos compreender qual é a raiz social do Estado fascista e por que razom el se apresentou acima da burguesia. No período que mediou entre as duas guerras mundiais a burguesia mostrou-se incapaz de se renovar e de remodelar o sistema económico. Perante esta falência histórica da classe que até entom havia sido hegemónica foram os gestores quem assumiu a direcçom dos acontecimentos, salvando o capitalismo. Chegou-se a este resultado mediante três processos distintos, e entre eles se repartiu toda a vida política daquela época.

Nas democracias, a institucionalizaçom da converência social entre a burguesia e os gestores, enquanto classes capazes de possuir, cada umha, umha estratégia própria, resultou no New Deal e no tipo de reorganizaçom capitalista comumente identificado com as teorias de Keynes. (...)

O processo foi exactamente o inverso na experiência soviética... Enquanto o proletariado procurava a aliança dos gestores para destruir ou transformar as relaçons sociais de produçom, confundindo assi a burguesia com a totalidade do capitalismo, os gestores ambicionavam o apoio do proletariado para remodelar as relaçons jurídicas de propriedade, de maneira a desenvolver formas de apropriaçom adequadas ao carácter colectivo da classe gestorial e a retirar à burguesia a exclusividade do controlo do capital. (...) Era a hostilidade à classe burguesa que permitia classificar como potencial ou manifestamente revolucionária essa articulaçom entre a classe trabalhadora e umha classe capitalista. (...)

...O fascismo institucionalizou a mobilizaçom do proletariado sob o comando dos gestores. Por outro lado, a afinidade do fascismo com o New Deal e com o keynesianismo resultou da manutençom das instituicons burguesas na sua aparência exterior, embora a própria burguesia ficasse relegada para um lugar secundário. Os gestores fascistas colocaram à burguesia o seguinte dilema: ou ela os deixava assumirem os principais postos de comando e lhes permitia que, salvando o capitalismo, salvassem também à burguesia; ou ela se condenava a ser destruída junto com o capitalismo..." (p. 306-307)

"A dialéctica entre as três classes da sociedade contemporânea foi exposta por Mussolini de maneira especialmente clara, e manobrada na prática com considerável mestria. Num discurso proferido em Junho de 1928 perante umha assemblea de industriais, el anunciou a superioridade dos gestores relativamente aos burgueses, determinada pola própria evoluçom económica, que teria separado os direitos de propriedade e as funçons de administraçom, relegando os meros proprietários para o lugar marginal de rentistas e atribuindo o papel de destaque aos empresários, tanto proprietários como administradores, desde que se caracterizassem sobretudo polo facto de assumirem a gestom." (p. 308-309)

"A autoridade pessoal foi imprescindível enquanto a própria tecnologia nom adquiriu a configuraçom que tem hoje, com todas as redes de difusom de informaçons a pressuporem

acima delas um centro. Independentemente de quem ocupe esse centro, de quantas pessoas o ocupem, ou mesmo de alguém pessoalmente o ocupar, a sua mera existência, implícita na técnica informática, assegura à autoridade umha centralização absoluta e um âmbito ilimitado.

Os gestores e a tecnologia que os corporatiza prosseguem hoje umha descentralização das instituições económicas e políticas, sem pôr em causa a unificação e a concentração da autoridade. No organograma os pólos de decisão sobreponhem-se e as próprias hierarquias parecem quebrar-se ou inverter-se acima de certo nível, tudo isto porque no sistema tecnológico a verticalização das tomadas de decisão e a hierarquização da sua execução se mantêm absolutamente rigorosas. (...) No seu domínio colectivo os gestores aboliram a própria noção de dirigente supremo, diluíram as responsabilidades, responsabilizaram a todos. O poder dos gestores é anónimo. A responsabilidade deixou de ser um critério pessoal e passou a ser atribuída à infra-estrutura técnica, o que não deixa de ser sensato, já que é a tecnologia a assegurar as condições de exercício do sistema económico e político."

"Hoje, mundialmente, o totalitarismo pode ser democrático, o que significa que se apagou na supremacia anónima dos gestores. (...) Enquanto não for considerada colectivamente responsável, a classe dominante dorme descansada." (p. 328)

"No capítulo em que analisei o momento histórico do fascismo pretendi mostrar que ele só conseguiu instalar-se em países onde o processo de desenvolvimento do capital deparava com impedimentos estruturais ou com obstáculos circunstanciais muito consideráveis. Mas - paradoxalmente - o fascismo, pretendendo suprimir a luta de classes e tomando as medidas necessárias para liquidar as expressões institucionais dessa luta, dificultou o crescimento económico." (p. 257)

Dous pontos interessantes sem resposta.

1) O nazismo supuxo umha forte oposição entre a burguesia "aria" e a burguesia "judea", em benefício da acumulação de capital pela primeira. Por que não considerar que os gestores nazis representavam os interesses dumha fracção da burguesia nacional frente a outra?

2) Bernardo quer deduzir directamente la autonomização da superestrutura política frente à economia em crise de desenvolvimento recorrente como umha prova da existência prática da classe gestorial. O mesmo faz quando fala dos partidos fascistas e mostra como prova o seu discurso demagógico. Mas em palavras de Mussolini, que ele próprio cita (p. 309), do que se tratava é de que a burguesia admitisse umha maior autonomia das superestruturas tecnocráticas e umha função económica mais decisiva das mesmas por umha necessidade funcional do sistema, e proclamava aos gestores como "*vanguardia de umha grande transformação que se está a efectuar no tipo de economia capitalista e que prepara, talvez não só em Itália, o novo tipo de economia corporativa*". Outro tanto acontece com o descobrimento da importância dos delírios hitlerianos.

3) Apoia-se em muita literatura esquerdista que apontava, nos anos 20 e 30, a umha identidade essencial entre os regimes fascistas, bolcheviques e keynesianos. Mas toda essa literatura tinha em comum o mesmo rasgo metodológico: para eles as forças políticas eram as que amoldavam a estrutura económica, as que decidiam o futuro. Isto não é nenhuma análise autêntica, porque, por um lado, é umha mera reafirmação da experiência empírica derivada do capitalismo normal, no que a autonomização do Estado frente à sociedade civil e das distintas fracções políticas organizadas respeito da sua base social cria a ilusão de que as decisões políticas não são determinadas pelas condições e a dinâmica económicas. Por outro lado, esta experiência foi fixada e ideologizada pelas correntes reformistas do proletariado, que viam nessa autonomia do político a oportunidade de mudar substancialmente a situação geral da classe operária. Em fim, toda essa literatura esquerdista não atinou no essencial e assim a identidade que estabelecem não é captada mais que na forma de similitudes formais abstractas. A identidade essencial somente podia estabelecer-se a través dumha análise histórico-materialista. E frente a isto Bernardo não tem justificação.

Em Os labirintos do fascismo, Bernardo parece querer aprofundar na análise histórica concreta que estava parcialmente ausente em Para um modo de produção comunista. Mas situa-se aqui no terreno puramente empírico, sem que, umha vez mais, as suas afirmações teóricas sobre a

existência dos gestores como classe sejam submetidas a uma prova de dados a favor e em contra.

4) O argumento decisivo contra a tese da "classe gestorial" é, do meu ponto de vista, que todos os argumentos e factos que Bernardo proclama em favor da sua teoria perfeitamente poderiam encaixar numa teoria da transformação histórica da classe capitalista. Se o capital se transforma, o lógico é pensar que também o faz a burguesia. Poderia ser que isto lhe resultasse estranho a Bernardo, porque a sua dissociação entre relações de produção e luta de classe (o que, mais em geral, inclui toda a actividade subjetiva das classes que possa considerar-se como acção como classe) lhe alonja desta perspectiva. Esta teoria permitiria explicar melhor como a mobilidade da pequena burguesia, da intelectualidade e ainda do proletariado se puido traduzir numa transformação em membros da classe capitalista mediante o desempenho da função de gestores. Ou como a burocracia política em sentido amplo (governo, parlamentos, etc.) pode assumir as funções da burguesia em determinado contexto.

O ponto de arranque: o critério de distinção das classes.

Um dos problemas práticos chave que Bernardo formula é a necessidade de distinguir o proletariado dos gestores, e precisamente por esta razão põe tanta ênfase em equiparar as ambiguidades económicas de Marx com uma equiparação política. Isto somente poderia-se entender desde a perspectiva da teoria precedente acerca da existência dos proletários como classe em si e a sua constituição em classe para si.

Embora, apesar das declarações que o negam, a teorização de Bernardo não se orienta a identificar a constituição dos gestores em classe para si na experiência histórica, mas a elaborar uma teoria dos gestores como classe em si. E isto não tanto por uma limitação ou uma lógica teórica especial, mas pelo simples facto de que todas as constatações empíricas às que Bernardo alude para fundamentar a sua afirmação de que os gestores constituem uma classe para si são insuficientes e parciais, de maneira que somente ficava a tentativa de compensar estas limitações com base numa teoria abstracta que demonstrasse a existência de interesses objetivos próprios e diferenciados entre gestores, burguesia e proletariado (o que tentou levar adiante sobretudo em Marx crítico de Marx). É mais, a partir dos seus sinceros esforços por constatar a prática e interesses específicos da "classe gestorial", penso que se pode constatar precisamente a insostenibilidade da sua tese. O que a experiência histórica demonstrou é que os gestores não existem como classe independente e que a sua própria existência está ligada às necessidades do capital, o mesmo que a da burguesia; o desenvolvimento do capital desmentiu a possibilidade dumha forma totalmente estatizada de capitalismo e confirmou a identificação marxiana entre livre concorrência e dinâmica natural do capital. Por outra parte, o que verificamos os seus esforços teóricos por estabelecer os interesses específicos dos gestores como colectivo, é que estes se acham em antagonismo com o proletariado, mas não que possam existir independentemente da relação do capital. Se acaso, fica por discutir se o capitalismo estatizado pode voltar a ser possível como forma estável, apesar de todas as provas históricas que respaldam as teses marxianas originais (declive dos regimes bolcheviques e transição ao livre mercado), e se é que se quer pôr em questão esse lado da teoria marxiana.

Mas com todo o dito até agora não quero dizer que os esforços teóricos de Bernardo careçam de valor. A sua equivocação consiste em que, depois de reconhecer uma insuficiência na teoria marxista, e detectar as consequentes incoerências práticas, focou a sua investigação de maneira progressivamente abstracta, em lugar de aprofundar precisamente no estudo histórico-social da questão e nas suas implicações políticas práticas. É dizer, do meu ponto de vista Bernardo aponta, com a sua tese da "classe dos gestores", a uma realidade efectiva, ainda que a sua teorização não a considero correcta. Mentres, a maioria dos ditos "marxistas" preferiram omitir o problema prático, parcial ou totalmente**.

** Dentro das omissões parciais podem incluir-se as teorias acerca de que a burocracia constituía a classe dominante nos regimes bolcheviques, as teorias "culturalistas" que focam o assunto da "classe meia" como um problema fundamentalmente de consciência, e as teorias que resumem o problema amalgamando o trabalho de gestão com a posição da pequena burguesia, formulando por exemplo a teoria da "propriedade das qualificações" que seria para estes autores comparável à "propriedade dos meios de produção" típica da pequena burguesia.

Marx e a definição das classes

Para Marx, uma classe não é efectivamente tal, não assume existência prática enquanto classe, mas que na medida em que actua conscientemente como tal. Por isso, para ele a ambiguidade derivada do facto de o trabalho assalariado compreender progressivamente todas as formas de trabalho não supõe nenhum problema essencial e opta por dedicar os seus esforços a clarificar outros temas. Esta é a razão fundamental pela que as menções à diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo são tão reduzidas nas suas obras oficiais, embora tenha escrito muito mais (no capítulo VI inédito do livro primeiro de *O Capital*, nas Teorias sobre a plusvalia e nos *Grundrisse*). Nestes aborda a questão da forma salário, que não surge por vez primeira no capitalismo, mas é anterior, e que também pode aplicar-se, por exemplo, a trabalhos para directo serviço pessoal e não para produção de plusvalia. Aqui tampouco Marx perfila a questão de se esses trabalhadores improdutivos para o capital podem considerar-se ou não proletários. Mas isto, como digo, explica-se pela diferenciação, para Marx absolutamente decisiva, entre classe em si e classe para si, que se desenvolve em A ideologia alemã:

"a relação de comunidade na que entram os indivíduos de uma classe, relação condicionada pelos seus interesses comuns frente a um terceiro, era sempre uma comunidade à que pertenciam estes indivíduos somente como indivíduos médios, somente enquanto viviam dentro das condições de existência da sua classe; é dizer, uma relação que não os unia enquanto tais indivíduos, mas enquanto membros de uma classe. Em câmbio, com a comunidade dos proletários revolucionários, que tomam baixo o seu controlo as suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, acontece cabalmente o contrário: nela os indivíduos tomam parte enquanto tais indivíduos." (cap. I)

Por conseguinte, existe uma diferença precisa e prática entre o proletariado como classe em si, como massa de indivíduos despossuídos que somente podem viver vendendo a sua força de trabalho -definição que compreende a maioria dos assalariados-, que somente encontra a sua unidade e os seus interesses tal e como estão previamente condicionados frente a um terceiro, e o proletariado como classe para si, como comunidade de indivíduos que actua autónomamente e estabelece a sua unidade e interesses consciente e autodeterminadamente. Por isso ao longo do Manifesto Comunista se insiste em que o proletariado somente conta como força revolucionária enquanto se autoorganiza conscientemente e actua autónomamente:

"O movimento proletário é o movimento autónomo da imensa maioria em interesse da imensa maioria. O proletariado, a capa inferior da sociedade actual, não pode elevar-se em alçar-se sem que toda a superestrutura de capas, formada pela sociedade oficial, seja voada pelo ar."

O conceito alemão aqui traduzido por "autónomo" é "selbständige", que soe traduzir-se por independente mas que etimologicamente significa "auto-existente", que tem em si próprio a causa da sua permanência ("auto-dependente"). Este conceito está conectado etimologicamente e teoricamente ao muitas vezes utilizado em A ideologia alemã para referir-se à "autonomização" dos produtos frente aos seus produtores: *verselbständigten*. Deste jeito, podemos captar uma ligação teórica directa entre as duas formulações, destacando que a constituição mesma do proletariado em classe efectiva supõe, da perspectiva marxiana, uma supressão prática da autoalienação em que existe previamente e que constitui a relação capitalista. Temos assim que, para Marx, o antagonismo revolucionário somente existe no entanto o proletariado como movimento autónomo se enfrenta ao capital enquanto seu produto autonomizado. Assim se explica perfeitamente a conhecida frase: "*O proletariado ou é revolucionário, ou não é nada*" (*Carta a Schweitzer*, 1865). No seu contexto concreto, dita afirmação tem o sentido de que, sem o seu compromisso e entrega a uma praxis coerente com a sua oposição ao capital, o proletariado não pode articular-se efectivamente como classe e se converte, portanto, numa massa disgregada, submetida aos imperativos do desenvolvimento capitalista. Assim mesmo, a categoria de "classe para si" é incompreensível se não se tem em conta que, para Marx, isto supõe a realização prática do ser do proletariado como negação de todas as classes: ele é "*a classe à qual a sociedade não considera como tal, não reconhece como classe e que expressa já de por si a dissolução de todas as classes*" (A ideologia alemã, cap. 1)

Assim, temos voltado justamente ao início deste trabalho. O questionamento que Bernardo abriu nasce e morre na compreensão prática da luta de classes. A pergunta fundamental é: como é possível que uma minoria dirigente do movimento proletário actue como suporte activo do capitalismo, até o ponto de distorcer a concepção geral da autolibertação proletária e introduzi-la numa praxis capitalista-estatista? Ou formulada a questão a nível mais prático:

cómo é que o movimento proletário reproduz no seu interior a autoalienação que caracteriza a sociedade existente, criando organizações que se autonomizam do seu controlo e se convertem em forças hostís à sua libertação, cuja característica mais visível é a burocratização? A resposta a esta pergunta é determinante para o tipo de cosmologia política que um desenvolva. Existem as respostas fetichistas, que identificam a causa do problema nas ideologias ou atitudes pessoais das minorias dirigentes (fetichismo da direcção), ou as mais profundas, que identificam o problema com a forma da toma de decisões e a forma de funcionamento organizativo em geral (fetichismo da organização). Em ambos casos, o foco do mal localiza-se acima. Levando esta lógica ao extremo, podem buscar-se interesses sociais de classe como explicação das ideias e condutas que promovem a burocratização e o autoritarismo, o qual supõe, de facto, projectar a origem do problema fora do movimento proletário propriamente dito. Mas se adoptamos o ponto de vista do materialismo histórico, a questão não são os indivíduos que compõem a organização tomados isoladamente, mas o tipo de relações sociais que constituem a organização, e que não se define somente pela forma das relações funcionais internas mas também por todo o conteúdo social da praxis dos indivíduos, do que essa organização é canal de expressão. Assim, a crítica conselheira das formas de organização operária tradicionais não se reduz, nem ainda se centra, no problema da burocratização e do autoritarismo, nem ainda no problema da composição social empírica dos seus membros, mas na finalidade social prática para a que essa organização ou movimento se constitui e que molda o tipo de atitudes práticas que os indivíduos desenvolvem. Indivíduos cuja finalidade é meramente melhorar as suas condições de vida dentro da sociedade existente e que, por conseguinte, assumem como um facto natural o trabalho assalariado, o Estado, as ideologias, etc., somente podem criar estruturas organizativas fundadas nesse tipo de relações sociais autoalienantes. Ainda que, devido à força das circunstâncias, vejam por exemplo a necessidade de decidir e actuar autónomamente, de enfrentar-se violentamente ao capital e o Estado, a incluso às suas próprias organizações tradicionais (completamente autonomizadas e instrumentalizadas pelo poder capitalista ou não), isto não significa que o seu objetivo deixasse de ser meramente reformista e, por conseguinte, não criaram formas de organização autónomas permanentes, não passaram de formas assembleárias ad hoc que desapareceram logo de acabar a luta. A autoalienação prática dos indivíduos é, portanto, a causa fundamental de que as suas organizações tomem um carácter autonomizado, que se desenvolve tanto mais quanto que a sua estrutura cresce, se faz mais complexa e acumula mais recursos para manter a sua operatividade. A expressão imediata desta autoalienação é a passividade prática e a indiferença ante a actividade autonomizada da organização, e por esta razão emerge posteriormente a aparência de serem as cúpulas, os regulamentos internos, a qualidade e profundidade da democracia interna, as causas decisivas da autonomização. Ou todavia depois, quando a autonomização já derivou no debilitamento da comunidade prática que inicialmente a constituiu, e a minoria dirigente se concentrou numa prática orientada à negociação com os capitalistas, a contradição entre a classe operária e as suas organizações autonomizadas mostra-se como conflito político-ideológico com a "direcção", associando imediatamente as práticas burocráticas e autoritárias com um problema de tipo de pensamento ou ainda de interesses sociais.

Portanto, podemos concluir que o papel dos gestores no movimento operário não está determinado pelos interesses e forma de consciência social dessa minoria, mas pelo estágio no que se encontra o desenvolvimento da praxis consciente do proletariado, a sua autoconstituição em classe para si. Somente partindo desta base prática tem sentido considerar o problema das tendências práticas e mentais deste tipo de trabalhadores/as. E, ao mesmo tempo, esta base prática é a chave da sua solução dum ponto de vista revolucionário. Sem ela se projectaria para fora a origem da autonomização organizativa e da desviação do projecto de autolibertação proletária, o que de facto constitui um bloqueio, uma trava, ao autodesenvolvimento dos proletários como sujeito revolucionário.

-- Marx e o problema do trabalho produtivo/improdutivo, ou das funções na divisão do trabalho: são secundárias porque o que importa é a prática.

O Capital e a luta proletária

De forma semelhante, Bernardo quer utilizar a ausência em O Capital dumha consideração da luta proletária como factor (exceto enquanto luta funcional ao sistema, como no importante caso das lutas pela redução da jornada laboral), para inferir de aí que a visão revolucionária prática de Marx consistiria em limitar a transformação da organização produtiva a uma reorganização da tecnologia capitalista que manteria aos gestores. Aqui tampouco trata

Bernardo de compreender o objetivo de Marx ao escrever O Capital: proporcionar um modelo dinámico-evolutivo do capitalismo que permitiria proporcionar à luta proletária o fundamento básico dumha compreensom consciente da totalidade social capitalista. A interpretação de Bernardo é, de facto, inverossímil, se temos em conta o pensamento marxiano como um todo. O único que Bernardo acaba por demonstrar é que qualquer ambiguidade teórica na teoria revolucionária pode ser utilizada para inserir concepções práticas contra-revolucionárias e recupera-la para a reprodução do sistema capitalista.

Pannekoek e a teoria da classe media

Anton Pannekoek La nueva clase media

Revista Socialista Internacional, Octubre de 1909. Traducido al inglés por William E. Bohn.

"Una clase dominante no puede renunciar voluntariamente a su propio predominio; pues este predominio aparece ante ella como el único fundamento del orden del mundo. Debe defender este predominio; y esto sólo puede hacerlo mientras tenga esperanza y confianza en sí misma. Pero las condiciones efectivas no pueden dar confianza en sí misma a la clase capitalista; por consiguiente, crea para sí misma una esperanza que no tiene apoyo en la realidad. Si esta clase fuese alguna vez a ver los principios de la ciencia social, perdería toda fe en sus propias posibilidades; se vería como un déspota envejecido con millones de víctimas perseguidas marchando sobre él desde todas las direcciones y gritándole sus crímenes en sus oídos. Temerosamente se encierra, cierra sus ojos a la realidad y ordena a sus mercenarios inventar fábulas para disipar la horrible verdad. Y éste es exactamente el camino de la burguesía. Para no ver la verdad, ha designado profesores para aliviar su turbado espíritu con fábulas. Son bonitas fábulas que glorifican su dominio, que deslumbran sus ojos con visiones de una vida eterna y dispersan sus dudas y sueños del mismo modo que muchas pesadillas. ¿Concentración de capital? El capital está todo el tiempo siendo democratizado a través de la creciente distribución de acciones y bonos. ¿Crecimiento del proletariado? El proletariado está al mismo tiempo haciéndose más disciplinado, más dócil. ¿Decaimiento de la clase media? Un sin sentido; una nueva clase media está ascendiendo para tomar el lugar de la vieja.

Es esta doctrina de la nueva clase media la que deseo discutir en cierto detalle en el presente escrito. A esta nueva clase pertenecen, en primer lugar, los profesores. Su función es confortar a la burguesía con teorías acerca del futuro de la sociedad, y es entre ellos que esta fábula de la nueva clase media encontró su origen. En Alemania estaban Schmoller, Wagner, Masargh y una hueste de otros, que se dedicaron a la labor de elaborarla. Explicaron que la doctrina socialista acerca de la desaparición de la clase media era de escasa importancia. Cada tabla de estadísticas mostraba que los ingresos intermedios seguían siendo casi exactamente tan numerosos como en tiempos anteriores. En los puestos de los productores independientes en desaparición estaban apareciendo otros grupos de población. La industria a gran escala demandaba un inmenso ejército de funcionarios intermedios: inspectores, especialistas, ingenieros, gerentes de departamento, jefes, etc. Ellos formaban una completa jerarquía de oficiales; ellos eran los funcionarios y subalternos del ejército de la industria, un ejército en que los grandes capitalistas son los generales y los obreros los soldados comunes. Los miembros de las llamadas vocaciones "libres", médicos, abogados, autores, etc., también pertenecían a esta clase. Una nueva clase, entonces, que, constantemente creciente en número, se decía que estaba tomando el lugar ocupado anteriormente por la vieja clase media.

Esta observación en sí misma es correcta, aunque en absoluto nueva. Todo lo que hay de nuevo sobre ello es su exposición con miras a la refutación de las teorías socialistas de las clases."

"Pero esta nueva clase media tiene un carácter completamente diferente del de la vieja. Que esté entre los capitalistas y los obreros y subsista por un ingreso medio constituye su único parecido a la pequeña burguesía de tiempos anteriores. Mas ésta era la característica menos

esencial de la clase pequeñoburguesa. En su carácter esencial, en su función económica, la nueva clase media difiere absolutamente de la vieja. Los miembros de la nueva clase media no son unidades industriales autosuficientes o independientes; están al servicio de otros, de aquéllos que poseen el capital necesario para hacerse cargo de empresas. Económicamente considerada, la vieja clase media consistía en capitalistas, aun cuando fuesen pequeños capitalistas; la nueva consiste en proletarios, aún cuando sean proletarios altamente remunerados. La vieja clase media vivía por virtud de su posesión de los medios de producción; la nueva crea su sustento a través de la venta de su fuerza de trabajo. El carácter económico de la última clase no se modifica en nada por el hecho de que esta fuerza de trabajo sea de una cualidad altamente desarrollada; que, por lo tanto, reciba comparativamente salarios altos; no cambia nada más por el hecho de que esta fuerza de trabajo sea principalmente de un tipo intelectual, que dependa más del cerebro que de los músculos. En la industria moderna el químico y el ingeniero son tratados como meros trabajadores asalariados; sus fuerzas intelectuales son explotadas al límite del agotamiento justamente como las fuerzas físicas del trabajador común.

Con la declaración de este hecho la charla profesoral sobre la nueva clase media es revelada en toda su estupidez; es una fábula, una pieza de autoengaño. Como una protección contra el deseo del proletariado de la expropiación, la nueva clase media no puede nunca tomar el lugar de la vieja. Los pequeños capitalistas independientes de tiempos anteriores se sentían interesados en el mantenimiento de la propiedad privada de los medios de producción porque eran ellos mismos propietarios de medios de producción. La nueva clase media no tiene el más ligero interés en mantener para otros el privilegio del que ellos mismos no participan. Para ellos es lo mismo si están al servicio de un fabricante individual, una compañía anónima o una organización pública, como la comunidad o el Estado. Ya no sueñan con administrar alguna vez un negocio independiente; saben que tienen que seguir toda su vida en la posición de subordinados. La socialización de los medios de producción no cambiará su posición con excepción de que la mejorará, liberándoles del capricho del capitalista individual.

(...) El hombre de la clase media de tiempos anteriores sin duda sentía la presión de la necesidad, de la competición; pero el hombre de la nueva clase media debe obedecer a un amo extraño, que puede despedirlo arbitrariamente en cualquier momento.

Ora, es ciertamente verdad que aquellos que sirven al capitalista moderno como obreros técnicos cualificados o funcionarios de la compañía no son torturados por las preocupaciones que agobiaban el espíritu del pequeño burgués de días anteriores. A menudo, también, sus ingresos son mayores, pero, en lo que concierne al mantenimiento del sistema capitalista, son despreciables. No es el descontento personal, sino el interés de clase, la fuerza motriz de la revolución social. En muchos casos, incluso el obrero asalariado industrial de hoy está en una mejor posición que el pequeño campesino independiente. No obstante los campesinos, en virtud de la posesión de sus pequeños pedazos de tierra, tienen un interés en el mantenimiento del sistema de propiedad privada, mientras que el obrero asalariado demanda su destrucción. Lo mismo es cierto para la clase media: los pequeños capitalistas oprimidos y descontentos, a pesar de las desventajas de su posición, eran sostenes del capitalismo; y éstos los empleados de los consorcios (trust) modernos, mejor situados y libres de preocupaciones, nunca pueden serlo.

Este hecho no significa nada más que: que las frases profesoras, pensadas para tranquilizar a la burguesía con la noción de esta nueva clase media y esconder así de ellos la tremenda transformación que ha tenido lugar, han resultado ser un puro engaño, sin aun el más remoto parecido con la ciencia. La declaración de que la nueva clase ocupa la misma posición en la lucha de clases que la que ocupara la pequeña burguesía del pasado, se ha demostrado un engaño despreciable. Pero, en lo que se refiere a la posición real de esta nueva clase, a su función efectiva en nuestro organismo social, apenas la he mencionado de pasada¹.

La nueva clase media intelectual tiene una cosa en común con el resto del proletariado: está formada por desposeídos, por aquellos que venden su fuerza de trabajo y, por consiguiente, no

¹ Debido a que el papel del intelectual en el movimiento socialista ha sido recientemente objeto de controversia, me siento obligado a observar que estamos tratando aquí de un asunto completamente diferente. En las discusiones de partido la cuestión ha sido: ¿Qué papel pueden jugar los intelectuales individuales dentro del movimiento socialista?. El problema que aquí tenemos bajo consideración es: ¿Cuál es el papel del conjunto de la clase de los intelectuales en la lucha general de las clases?

tienen interés en el mantenimiento del capitalismo. Es más, tiene en común con los obreros el hecho de que es moderna y progresiva, que, a través del funcionamiento de las fuerzas sociales reales, se vuelve constantemente más fuerte, más numerosa, más importante. Por consiguiente, no es una clase reaccionaria, como lo era la vieja pequeña burguesía; no anhela los viejos buenos días precapitalistas. Mira hacia delante, no hacia atrás.

Pero esto no significa que los intelectuales vayan a situarse lado a lado con los obreros asalariados en todos los aspectos, que como el proletariado industrial estén predispuestos a convertirse en reclutas del socialismo. Con seguridad, en el sentido económico del término, ellos son proletarios; pero forman un grupo muy especial de obreros asalariados, un grupo que está socialmente tan agudamente separado de los proletarios reales que forman una clase especial con una posición especial en la lucha de clases.

En primer lugar, su paga superior es una cuestión de importancia. Ellos no conocen nada de la pobreza real, de la miseria, del hambre. Sus necesidades pueden exceder sus ingresos y provocar así una disconformidad que da significado real a la expresión "pobreza dorada"; aun no les compele la necesidad inmediata, como lo hace a los proletarios reales, a atacar el sistema capitalista. Su posición puede despertar el descontento, pero la de los obreros es insoportable. Para ellos, el socialismo tiene muchas ventajas; para los obreros es una necesidad absoluta.

Añadido a esto, debe recordarse que este cuerpo de intelectuales y empleados industriales altamente remunerados se divide en un amplio número de estratos variados. Estos estratos están determinados principalmente por las diferencias en el ingreso y la posición. Empezamos en la cúspide con las cabezas de departamentos, superintendentes, gerentes, etc., y seguimos abajo hasta los jefes y empleados de oficina. De éstos últimos no hay más que un paso hasta los obreros mejor pagados. Así, en tanto a lo que a ingreso y posición se refiere, hay realmente un descenso gradual del capitalista al proletario. Los estratos superiores tienen un carácter definitivamente capitalista; los más bajos son más proletarios, pero no hay ninguna línea divisoria precisa. A cuenta de estas divisiones los miembros de esta nueva clase media carecen de la unidad de espíritu que hace la cooperación fácil para el proletariado.

El estado de asuntos cabalmente descrito les impide mejorar su posición en su lucha. Es de su interés, como lo es de los demás trabajadores, vender su fuerza de trabajo al precio más alto posible. Los obreros lo llevan a cabo uniendo fuerzas en los sindicatos; como individuos están indefensos frente a los capitalistas, pero unidos son fuertes. Sin duda esta clase alta de empleados podría hacer más para coaccionar a los capitalistas si formasen ellos mismos un gran sindicato. Pero esto es infinitamente más difícil para ellos que para los obreros. En primer lugar, están divididos en un sinnúmero de grados y rangos, alineados uno por encima del otro; no se encuentran como camaradas y así no pueden desarrollar el espíritu de solidaridad. Cada individuo no hace una cuestión de orgullo personal mejorar la condición de su clase entera; lo importante es, más bien, que luche personalmente por ascender a la próxima línea superior. Para hacer esto, en primer lugar, es necesario que no recaiga sobre él el desagrado de la clase patronal oponiéndose a ella en una lucha industrial. De este modo, la envidia mutua de las líneas superiores e inferiores impide la acción cooperativa. No puede desarrollarse un fuerte lazo de solidaridad. De esta condición resulta que el empleado de la clase en cuestión no coopere en cuerpos amplios; ellos hacen sus esfuerzos separadamente, o sólo unos cuantos juntos, y esto los hace cobardes ante ellos; no sienten en sí mismos el poder que los obreros sacan de la conciencia del número. Y luego, también, ellos tienen más que temer del disgusto de los amos; un despido para ellos es una cuestión mucho más seria. El obrero está siempre al borde de la inanición y así el desempleo tiene pocos terrores para él. El empleado de clase alta, por el contrario, tiene una vida comparativamente agradable, y es difícil encontrar una nueva posición.

Por todas estas razones, esta clase de intelectuales y altos empleados está impedida de instituir una lucha en líneas sindicales por la mejora de su posición. Solamente en los rangos más bajos, donde gran número trabajan bajo las mismas condiciones y la vía de la promoción es difícil, hay algunos signos de un movimiento sindical. En Alemania dos grupos de empleados de esta clase han hecho tardamente un comienzo. Uno de estos grupos consiste en capataces de las minas de carbón. Estos hombres forman una clase muy elevada del trabajo, pues además de supervisar la industria tienen que atender a los arreglos diseñados para asegurar condiciones sanitarias y de seguridad de los accidentes. Condiciones especiales les han obligado claramente a organizarse. Los empresarios millonarios, en su codicia de ganancias, han descuidado los dispositivos de seguridad en tal magnitud que hace inevitables las catástrofes. Algo tenía que hacerse. Hasta

ahora la organización es todavía débil y tímida, pero es un principio. El otro grupo está compuesto de maquinistas e ingenieros. Se ha extendido por toda Alemania, se ha vuelto tan importante, de hecho, como para ser hecho un blanco de ataque por los capitalistas. Un número de patronos implacables demandó que sus hombres desertasen de la organización, y cuando rechazaron hacerlo los despidieron. Hasta el presente, el sindicato no ha sido capaz de hacer nada por estas víctimas excepto apoyarles; pero aun en esto ha alzado los garrotes contra la clase capitalista.

Para la causa del socialismo podemos contar con esta nueva clase media incluso menos que para la lucha sindical obrera. Por una parte, ellos están situados por encima de los obreros como superintendentes, inspectores, jefes, etc.. En estas competencias se espera que aceleren a los obreros, para extraer lo máximo de ellos. Así, representando el interés del capital en relación al trabajo, ellos asumen naturalmente una posición de amarga enemistad al proletariado y encuentran casi imposible estar hombro con hombro con ellos en la lucha por una sola meta.

En suma, un conjunto de ideas, particularmente nociones de sí mismos y de su posición, tiende a aliarlos con los capitalistas. La mayoría de ellos proceden de círculos burgueses, o al menos pequeño-capitalistas, y traen consigo todos los prejuicios opuestos al socialismo. Entre los obreros, tales prejuicios están desarraigados por su nuevo ambiente, pero entre estos empleados superiores, intelectuales, se fortalecen efectivamente. Los pequeños productores tenían, por ejemplo, como primer artículo de su fe, la idea que cada uno podría esforzarse por ascender en una disputa competitiva solamente por virtud de su propia energía; como un complemento a esta enseñanza está la noción de que el socialismo pondría fin a la iniciativa personal. Esta concepción individualista de las cosas es, como he comentado, fortalecida en los intelectuales por su nuevo ambiente; entre aquellos empleados muy técnicos y a menudo altamente situados, los más eficientes a veces encuentran posible subir a las posiciones más importantes.

Todos los prejuicios burgueses habituales golpean la raíz más profunda de esta clase, además, porque sus miembros se nutren del estudio de teorías científicas. Ellos consideran como la verdad científica la que existía entre el pequeño burgués como opinión subjetiva, irracional. Tienen grandes nociones de su propia educación y refinamiento, se sienten ellos mismos elevados muy por encima de "las masas"; naturalmente, nunca se les ocurre que los ideales de estas masas puedan ser científicamente correctos y que la "ciencia" de sus profesores pueda ser falsa. Como teóricos, viendo el mundo siempre como una masa de abstracciones, trabajando siempre con sus mentes, no conociendo nada más que un poco de las actividades materiales, están claramente convencidos de que sus mentes controlan el mundo. Esta noción los excluye de la comprensión de la teoría socialista. Cuando ven a las masas de trabajadores y oyen hablar de socialismo, ellos piensan en una cruda "nivelación hacia abajo" que pondría fin a sus propias ventajas sociales y económicas. En contraste con los obreros, ellos piensan en sí mismos como personas que tienen algo que perder, y se olvidan, por consiguiente, del hecho que están siendo [materialmente] explotados por los capitalistas.

Tómese todo esto junto y el resultado es que un ciento de causas separan a esta nueva clase media del socialismo. Sus miembros no tienen ningún interés independiente que podría llevarlos a una defensa enérgica del capitalismo. Pero su interés en el socialismo es igualmente reducido. Constituyen una clase intermedia, sin ideales de clase definidos, y por consiguiente llevan a la lucha política un elemento que es fluctuante e impredecible.

En las grandes convulsiones sociales, por ejemplo las huelgas generales, pueden estar a veces de parte de los obreros e incrementar así su fuerza; harán esto tanto más probablemente en los casos en que tal política esté dirigida contra la reacción. En otras ocasiones, pueden estar del lado de los capitalistas. Aquellos de ellos que están en los estratos más bajos harán causa común con un socialismo "razonable", tal como está representado por los revisionistas. Pero el poder que derrocará el capitalismo no puede proceder nunca de ninguna parte exterior a la gran masa de los proletarios.

Cara umha actualizaçom da teoria marxiana das classes sociais.

4) O argumento decisivo contra a tese da "classe gestorial" é, do meu ponto de vista, que todos os argumentos e factos que Bernardo proclama em favor da sua teoria perfeitamente poderiam

encaixar numa teoria da transformação histórica da classe capitalista. Se o capital se transforma, o lógico é pensar que também o faz a burguesia. Poderia ser que isto lhe resultasse estranho a Bernardo, porque a sua dissociação entre relações de produção e luta de classe (o que, mais em geral, inclui toda a actividade subjetiva das classes que pode considerar-se como acção como classe) lhe alonja desta perspectiva. Esta teoria permitiria explicar melhor como a mobilidade da pequena burguesia, da intelectualidade e ainda do proletariado se puido traduzir numa transformação em membros da classe capitalista mediante o desempenho da função de gestores. Ou como a burocracia política em sentido amplo (governo, parlamentos, etc.) pode assumir as funções da burguesia em determinado contexto.

Mas a diferença radical coa teoria de Bernardo é que esta teoria não explica os interesses económicos pela função gestorial, senão a função gestorial pelos interesses económicos, tanto imanentes como precedentes, destes indivíduos ou grupos. Em todos estes casos trata-se de camadas sociais que resultam do desenvolvimento da sociedade de classes e aumentam com o desenvolvimento da economia capitalista. São pois, camadas funcionais à dominação da propriedade privada e, por tanto, podem ser cooptadas pelos interesses gerais do capital, que compartilham a pesar dos seus rasgos contraditórios com o capital dominante (a habitual pobreza de grande parte da pequena burguesia, o carácter assalariado da burocracia ou intelectuais, etc. - Mas aqui há que analisar as relações produtivas reais, não a FORMA como tal, já que o que importa é se o conteúdo essencial da relação é ou não de exploração. Quem no sistema em conjunto não tem uma posição de exploração, naturalmente tenderá a afirmar este sistema e reproduzi-lo praticamente, conscientemente ou não. O capital consiste na expropriação do plus-trabalho. Portanto, a pequena burguesia coa sua propriedade sobre os seus meios de produção, a intelectualidade assalariada ou autónoma cujo tipo de trabalho especializado consiste no manutenção da ordem capitalista, a burocracia em geral, que é remunerada segundo a sua responsabilidade por cima da minimização salarial imposta pelo capital e reproduzida continuamente pela competência no mercado de trabalho, e ainda a minoria aristocrática de@s trabalhadores/as ubicada em sectores estratégicos ou com grau de especialização profissional elevadíssimo, todos estes são sectores afins ao manutenção do capitalismo e susceptíveis de actuar como agentes dos interesses gerais do capital, do que a transformação em gestores capitalistas seria uma possibilidade.

(Do proletariado também surge burocracia e assim, indirectamente, pode transformar-se em gestora)

--

Em primeiro lugar, penso que a formulação "classe gestorial" pode contribuir a clarificar a importância da "burocracia". Burocracia é um conceito funcionalista, não socio-histórico. Mas, ainda se falamos de "burocracia do Estado", p.e., então na realidade estamos a falar de determinado sujeito social que, nessa definição, somente é considerado do ponto de vista funcional ou a sua função social é considerada de maneira abstracta, como simplesmente derivada do conceito ("poder dos papéis" que atinge ao governo das pessoas). Neste aspecto, a análise de Bernardo, que tu compartes, parece-me um avanço.

Em segundo lugar, não obstante, penso que o conceito de "classe gestorial" é incoerente coa noção marxiana de classe social. Nas formulações marxianas das classes sociais elas são definidas como os sujeitos das relações de produção que, com base nisso, projectam a sua posição na actividade económica para as outras esferas (a política e a cultural). Se rejeitamos o economicismo, então teremos que uma classe social define-se por ser sujeito efectivo de relações de produção mas, ao mesmo tempo, por ser com base nisso, sujeito efectivo também da reprodução dessas relações na esfera política e na esfera cultural. Em consequência, eu penso que o conceito de classe capitalista não pode reduzir-se, na sua origem, ao conceito de "burguesia", e logo tentar resolver este reducionismo com a "classe gestorial". Até certo ponto penso que esta solução teórica é comparável à que quer incluir a Intelectualidade como elemento da classe burguesa mas, ao mesmo tempo, reconhecer-lhe uma independência potencial - como o leninismo.

Em resumo, do meu ponto de vista a classe capitalista, dado que não pode existir como classe mais que dominando todas as esferas da vida social, não se compõe unicamente dos patronos, mas também da "tecnocracia" ou "gestores" e da Intelectualidade. Embora, penso que existe outra lagoa na teorização de Bernardo. Estes "gestores" e "intelectuais" (ambos são formas da

especialização do trabalho de dominação, os intelectuais som "gestores do conhecimento" e de aí também que burocracia directiva -na esfera económica e na política- e intelectualidade sempre tivessem pontes entre si ou operassem transferências recíprocas) nom cumprem simplesmente a função de "funcionários do capital" (Marx) em reemprego ou complemento dos patronos, também desempenham umha função de mediação entre capital e trabalho, tanto nas unidades de produção como na economia em conjunto, e também nas outras esferas da vida social. De aí que normalmente o capitalismo fai que estes gestores e intelectuais desempenhem as suas funções sobre a base da propriedade privada, ainda se os proprietários de direito nom exercem como tais de facto. Até certo ponto tudo isto se expressa tanto em que os altos directivos das empresas possuem níveis de renda elevadíssimos e relacionados com a taxa de benefício, como em que existe toda umha capa de gestores e intelectuais de baixo rango que, na prática, estão justo na fronteira entre capital e trabalho (refiro-me aos capatazes ou encarregados que comandam directamente o trabalho, aos professores especialmente do nível pre-universitário, ou aos funcionários políticos nos municípios. **Sobre este ponto voltarei mais adiante*.**)

((AS DISTINTAS FORMAS DA CLASSE CAPITALISTA INTERPENETRAM-SE: os burgueses podem passar a ser gestores se se arruinam, o se se jubilam como conselheiros. Igualmente podem chegar a ser intelectuais. OS intelectuais podem passar facilmente à política, mas também podem operar como gestores económicos ou adquirir participações ou ser socios de empresas. Os políticos habitualmente vam para gestores económicos ou também participam do capital como proprietários, ou se elevam a intelectuais.))

O que eu concludo, por tanto, é que: 1) nom existe separação entre estes distintos "estratos" ou "estamentos" da classe capitalista, com o qual a noção de "classe gestorial" como entidade separada da classe proprietária do capital nom se sustenta; certamente este sector possui certa autonomia, mas essencialmente a mesma que possuem os capitalistas individuais entre si e que fica relativizada pola interdependência global da economia, ou a que possui o Estado em relação à relação produtiva dominante -e seguindo o mesmo critério, haveria que concluir que o Estado nom é capitalista porque esteja determinado pelas relações de produção capitalistas, mas porque possui interesses autónomos -fixados na burocracia como sujeito social- em manter ou incluso criar essa relação de produção.

No fundo, este tipo de apreciação tem as suas origes nas análises sobre o capitalismo de Estado de tipo bolchevique ou fascista, de maneira que se acredita que a burocracia política possui interesses próprios como representante do capital. Mas isto somentes chega a produzir-se na medida em que existem as condições produtivas e sociais que fazem possível essa autonomização do Estado, o qual implica tanto a existência previa dum sector social que se eleva ao poder político como a incapacidade temporal da burguesia privada para desenvolver a economia em conjunto. No caso do bolchevismo é evidente que a "revolução bolchevique" foi conduzida pola intelectualidade radical, que desde os inícios constituía a direcção desse partido. Desde modo, existe umha conexão entre um sujeito social determinado, que representa a divisão intelectual-manual do trabalho con-essencial à sociedade de classes, as condições históricas globais da sociedade rusa e a autonomização inicial do Estado -que nom poderia consolidar-se como classe dominante mais que dotando-se dumha base económica própria, o que em aquelas condições somentes podia acontecer mediante a expropriação do capital privado e adoptando umha ideologia "socialista".

Em consequência, a noção de "classe gestorial" é em si umha noção que reproduz umha visão fragmentária da classe dominante no capitalismo. O erro que implica nom é a consideração de que a sua função social é, tanto polo conteúdo como pola forma -isto último é importante-, umha função DE CLASSE. O erro está em que fragmenta desnecessariamente a noção de classe dominante, o qual induz a pensar que o inimigo está localizado igualmente na esfera económica que na política. Ou seja, conduz a umha tese que, se bem reconhece no Estado actual umha instituição derivada da propriedade privada capitalista, entende que pode reproduzi-la autónomamente com base na "classe gestorial", o qual invierte a ordem de determinação estrutura-superestrutura. Dito mais precisamente, significa que a classe gestorial poderia actuar independentemente de quem possui efectivamente os meios de produção, a burguesia ou o proletariado. Nom questiono que os gestores representem a divisão capitalista do trabalho e assi a reprodução das relações de exploração, o que questiono é que tenham os recursos e o poder material necessários para levar adiante isso independentemente das principais forças em pugna -capital privado e proletariado. De facto, se nos viramos outra vez para a experiência russa, veremos que o partido bolchevique somentes se manteve no poder e

constituiu à nova classe dominante (nom vou entrar a analisar mais em profundidade este ponto, mas penso que foi umha forma transitória e a lógica do desenvolvimento capitalista da URSS levou de novo ao capitalismo ordinario, ou seja, em forma de propriedade privada) apoiando-se alternativamente nas distintas classes existentes: proletariado, campesinado e burguesia (coa NEP ou com a inversom estrangeira).

Em última instância é umha questom de força social (LUITA DE CLASSE MAIS OU MENOS ORGANIZADA, PODER DERIVADO DO CONTEXTO HCO-MATERIAL) o que determina se os gestores podem ou nom constituir-se em classe para si, escindindo-se da burguesia, e outro tanto acontece coa intelectualidade. A tese de "classe gestorial" penso que confunde tudo isto e impossibilita aprofundar no problema. Ao mesmo tempo, conleva manter todavia a velha premissa leninista e social-demócrata de que a toma do poder político -na sua forma existente ou mediante a criação de conselhos- é a clave da transformação comunista, mentres que as teses marxianas formulam sempre o problema (veja-se: A ideologia alemá e Crítica do programa de Gotha) em termos de "apropriação revolucionária" ou -para irmos a O Capital- "expropriação dos expropriadores". A questom nom é meramente "económica", tem que ver com qual é o alicerce efectivo da dominação capitalista, se a apropriação do plustrabalho ou o poder estatal. E no que toca ao primeiro, a noção de classe gestorial nom clarifica o problema, pois induz a pensar que o problema é meramente a divisom intelectual-manual do trabalho no seu plano político dentro da esfera produtiva, e nom as relações de produção concretas. Isto é, favorece a concepção de que a organização cooperativista-autogestionária das empresas, ao suprimir o mando e fazer a tod@s partícipes directos sobre o processo de trabalho, suprime também com isso a exploração, independentemente de se persiste um modelo de desenvolvimento fundado na subordinação do trabalho vivo à acumulação de plustrabalho, e por tanto, se existe o trabalho assalariado. E neste caso, a experiência demonstra que a tendência do desenvolvimento destas formas de produção nom é cara umha forma comunista de produção, mas cara umha reemergência das relações capitalistas (apropriando-se uns membros das participações de outros ou constituindo umha sociedade empresarial típica que comece a contratar assalariados).

Mas agora preciso voltar sobre um ponto anterior (que sinalara com *). O desenvolvimento do poder económico do capital, mediante a produtividade e a concentração, determinou a subsunção do Estado no capital. Desde modo, a luta de classes capital-trabalho foi excluída de representação no campo do parlamento. Outro tanto aconteceu no campo da cultura. Em consequência, o estrato hierárquicamente superior dos gestores e intelectuais é controlado e integrado como extensom do capital privado. Mas o estrato inferior, ao que me referira anteriormente, que está mais próximo à situação de exploração tanto polas suas funções de trato directo como polo seu nível de vida, mantem a natureza de classe ambígua. Por umha parte, a sua função social é a reprodução imediata das relações sociais dominantes; por outra parte, a sua situação social é de antagonismo com o capital. É esta ambivalência funcional, que afecta a umha maioria dessa categoria social (formalmente tanto à capa inferior como à superior), o que historicamente motiva que desenvolvam um papel de mediação socio-política e ideológica entre proletariado e burguesia. Aqui inscreveria eu a minha tese de que estes estratos constituem a "classe media", mas "media" nom no sentido economicista, mas no sentido de "mediação dialéctica" entre os dous polos antagónicos. A situação actual, por tanto, poderia descrever-se afirmando que o desenvolvimento do capital tende a subsumir essa classe media, primeiro formalmente (ponhendo-a ao seu serviço) e logo realmente (fazendo que a sua função seja exclusivamente capitalista, transformando-a em "funcionaria subalterna do capital"). Com isto suprime o carácter flexível dessa mediação, tornando-a unívocamente favorável ao capital. Mas esta é umha consequência necessária da polarização de classes.

Definição de classe:

Um problema básico que subjace à noção de classe gestorial é a própria definição do que é umha classe social. Marx deixou sem formular umha teoria clara. Embora, o mais importante nom som as conceptualizações teóricas. Existe um acordo geral, à marge das distintas interpretações, em que umha classe social é umha colectividade de individuos com umha posição determinada nas relações de produção sociais, que determina interesses distintos e que se constitui em oposição a outra classe social. Disto último deriva a formulação típica dualista, que confronta a umha classe explorada e dominada com outra classe dominante e exploradora. Existe embora o problema tipificado na pequena burguesia, umha classe que, nas suas relações

de produção imediatas, não se constitui frente ao trabalho alheio impago, mas não obstante estabelecendo uma relação de propriedade com base no próprio trabalho.

Nas suas análises, Marx observava como a pequena burguesia constituía uma forma transitória para a exploração capitalista. De facto, este é o sentido evolutivo natural da existência da pequena burguesia, cuja existência como classe parte já da apropriação privada e é pressionada à acumulação -subordinação do trabalho vivo ao trabalho acumulado- pelo desenvolvimento do mercado competitivo. Ora bem, isto via-se muito bem nos inícios do capitalismo, quando existia ainda significativamente uma indústria artesanal. A pequena burguesia comercial, no capitalismo moderno, opera fundamentalmente como uma prolongação subordinada do grande capital e a sua propriedade privada é efémera. De facto, a tendência efectiva à supressão da pequena burguesia confirmou-se, neste sentido parcial mas essencial. Se a teoria marxiana tendeu a diminuir a importância da pequena burguesia como classe foi porque, dentro do contexto da sua análise histórica, não se trata propriamente dumha classe que exista por si própria, mas dumha forma transitória da própria classe burguesa. Isto também supõe, adoptando a perspectiva inversa, que se esta classe cair num estado estacionário, essencialmente isto explica-se pela subordinação aos capitalistas efectivos e, por conseguinte, supõe uma situação de proletarização mais ou menos avançada. Deste jeito, a tradicional oscilação da pequena burguesia entre o proletariado e a burguesia não se explica simplesmente pela sua debilidade estrutural (numérica e económica) no capitalismo moderno, mas também pelo facto de, os seus interesses espontâneos, configurar-se como uma fórmula intermédia entre os interesses proletários e os interesses burgueses. Assim, a pequena burguesia opõe-se à dominação do capital efectivamente existente, mas não à relação do capital e ao seu co-relato necessário, o Estado capitalista.

De maneira similar, os gestores são a consequência evolutiva, na burguesia, do desenvolvimento da acumulação e da unificação do capital. Mas, estabelecendo uma diferença fundamental com o caso da pequena burguesia: o desprazamento da burguesia em benefício da ampliação dos gestores não supõe uma transformação das relações de produção em que a burguesia se constitui, mas um desenvolvimento derivado simplesmente do crescimento económico e conseguinte divisão do trabalho. Noutras palavras, trata-se somente dumha organização *mais complexa* da exploração e dominação do capital sobre o trabalho, não dumha modificação do carácter social das relações de produção. Ou formulando o assunto de outro jeito, como dizem antes, na pequena burguesia que surge e se desenvolve autónomamente no mercado competitivo, a sua própria subsistência também passa pela acumulação e, assim, pela contraposição do trabalho vivo ao trabalho acumulado na forma dumha auto-exploração. Com o qual, dado que aqui a relação do capital existe já como possibilidade formal, ainda que não se apresenta como relação *social* de exploração, poderíamos afirmar que formalmente não existe uma diferença fundamental com a burguesia.

Em conclusão, uma classe que não se apresenta todavia em contraposição a outra é uma classe em transição, que todavia não desenvolveu a sua verdadeira forma de existência conforme à dinâmica social em que se inscreve e, por tanto, existe numa contradição entre a sua forma transitória e o seu conteúdo social implícito ainda infradesenvolvido.

Os gestores são a categoria funcional da exploração e dominação capitalistas que media entre a burguesia e o proletariado, são a "classe meia", num sentido económico e sociológico. Mas não são uma classe social propriamente dita, já que a relação de produção na que se inserem é nada mais que uma intermediação entre capital e trabalho, como o que a sua forma possui simultaneamente características proletárias (salarizado) e burguesas (poder directivo). Segundo a sua posição na hierarquia que os estrutura, aproximam-se na sua condição mais ao proletariado ou à burguesia. Mas a sua existência depende material e economicamente da relação de exploração e do seu desenvolvimento. O declive histórico dos regimes bolcheviques, assim como de todas as formas de capitalismo de Estado, testemunha a incapacidade dos gestores para desenvolver o capitalismo sem a burguesia. A transformação dos gestores em burgueses convencionais nos países ex-soviéticos sintetiza empíricamente o seu carácter de categoria social dependente da burguesia e não só do proletariado.

Outro ponto essencial da teoria da classe gestorial é que resposta à finalidade prática de reconhecer e superar a reprodução das relações capitalistas dentro do movimento operário e nas suas experiências revolucionárias, da que os indivíduos procedentes desse grupo social provaram ser agentes activos, se nom determinantes em certos momentos. Certamente, para isso é necessário compreender os interesses que motivam essa forma de prática social, mas ao mesmo tempo do tipo de teoria desenvolvida dependerá a focage acerca de como o proletariado deveria tratar a esse grupo social.

Para ir além do fetichismo e da falsa consciência pre-valecentes

Outra conclusom necessária é que devemos superar a fetichizaçom corrente do proletariado como classe revolucionária ou mesmo como classe progressiva. Tal fetichizaçom supóm, a nível teórico, umha superposiçom das categorias de classe em si e classe para si, de modo que a segunda é posta como imanente à primeira: ser proletário supóm, directamente, ser progressivo ou revolucionário. Por suposto, como toda abstracçom, esta fetichizaçom pode assumir umha forma "crítica" inversa. Se a anterior implica umha posiçom prática espontaneista acerca do devir revolucionário do comportamento social d@s proletári@s, esta última implica umha posiçom dirigista (fetichismo da direcçom). Assi, a categoria de classe para si, condensada numha minoria organizada e ideologizada, subsume a categoria de classe em si, na que ficaria a massa d@s proletári@s que nom se adequam à "direcçom revolucionária" ou ao "programa revolucionário" dessa minoria.

Em conclusom destas identificaçons fetichistas, e à marge das grandes diferenças já implícitas depois de ter definido as duas atitudes como espontaneistas e dirigentistas respeitivamente, resulta umha visom da luta de classes como forma de actividade social que seria, em si própria, progressiva ou revolucionária, posto que ou bem esse conteúdo progressivo/revolucionário estaria previamente implícito na condiçom de classe em si (posiçom espontaneista), ou bem somentes se reconhece como luta de classes aquela na que @s proletári@s actuam conforme às expectativas e critérios da minoria revolucionária, diferenciando "luta de classe" e "luta de proletári@s" segundo corresponda às expectativas mencionadas ou se considere umha luta meramente funcional ao sistema ou assuma umha apresentaçom burguesa (corporativa, cidadanista, reformista).

Bernardo nom escapa tampouco a este tipo de fetichismo, dado que a sua trajetoria mental o conduz a umha fetichizaçom dos gestores como classe mais que a umha elaboraçom científica do problema (que poderia ter recorrido, por exemplo, polo estudo pormenorizado da estrutura social e as suas mudançom de composiçom, e como isto -estudado polas teorias burguesas da classe media- repercute na sua tese da classe gestorial -e fazer outro tanto a nível do desenvolvimento histórico da luta de classes e do movimento operário num plano internacional-). Assi, em lugar de identificar no poder da "classe gestorial" dentro do movimento operário e nas suas grandes luitas históricas, um problema de desenvolvimento da autonomia do próprio movimento operário, reduz o problema aos supostos interesses dos gestores como classe e às ambiguidades teóricas que el acredita ver no pensamento marxiano. Mas se os gestores encarnam um poder autonomizado no movimento proletário, e se as ambiguidades teóricas tenhem essa repercusom prática, nom é devido aos gestores, que nom deixam de ser umha pequena minoria, mas devido à debilidade d@s operári@s enquanto sujeitos revolucionári@s efectivos.

Para acabar com este tipo de distorsions teóricas, e poder olhar assi a realidade sem a interferência de preconceitos (inconscientes e/ou acientíficos), penso que é necessário abandonar qualquer noçom que crie umha separaçom constante entre as expectativas teóricas e a experiência empírica. De facto, esta separaçom é o mesmo que dizer que esse tipo de noçom carece de indícios de verificaçom prática consistentes. Além, umha teoria exige, para ser científica, um respaldo continuado pola experiência prática, e quando nom hai esse respaldo, exige nom ser falsada com base nos resultados pontuais desfavoráveis. Mas, ainda umha hipótese, para ser científica, exige quando menos umha utilidade explicativa e umha mínima verificaçom, ou ausencia de refutaçom. As noçons vulgares acerca da "natureza" revolucionária do proletariado, focadas dumha perspectiva espontaneísta -toda açom e crescimento da açom irá em direcçom à revoluçom, os obstáculos venhem de fóra ou som penetraçons dos agentes do capital- ou dirigentista -o partido como fundador da consciência e a massa como revolucionária

somentes num plano potencial ou cego-, nom alcançam a ser nem sequer umha hipótese científica, quanto menos um critério prático universalmente aplicável. No lugar disso, hoje precisamos a capacidade de pensar a complexidade e, em correspondência, desenvolver umha cosmovisom complexa.

A saída a esta problemática nom está no abandono das categorias anteriores, que seria a opção "postmoderna". Singelamente, esta saída é falsa porque o problema nom consiste em que essas categorias foram invalidadas, mas em que a sua elaboração teórica era evidentemente deficiente (e isso desde muito tempo atrás, embora fossem pragmáticamente eficazes) e isso permitia a sua utilização para justificar práticas incluso opostas aos seus pontos de partida formais (como o substitucionismo, que sempre buscou o caminho para passar por acima -ou por abaixo- do princípio de que "a emancipação da classe operária devera ser obra da classe operária mesma"). Assi, o abandono dessas categorias nom resolveu nada, e as mesmas formas de consciência prática que viam nelas um obstáculo em lugar de um ponto de arranque (significativo) se abriram passo mediante otras terminologias, o que serviu para pôr de relevo o seu espírito pequeno-burguês e reformista -e, por outro lado, serviu para complicar ainda mais a crise do movimento operário, alimentando umha oposição pseudo-radical que acabou integrando-se no espectro da extrema esquerda do capital e reduzindo o seu revolucionarismo a grandes frases e à colaboração com qualquer género de movimento extra-parlamentar, "alternativo", centros sociais, etc., que operasse como oposição às grandes organizações "operárias" dominantes, convertidas já em agentes directos do capital e inseparáveis do Estado.

Olhando para a época do seu originamento, as polémicas como a propulsada pola teorização de Bernardo tinham um papel progressivo num contexto operário dominado pola ideologia leninista e polo reformismo, mais que polas suas apортаções polo seu papel de abrir umha fenda para o desenvolvimento do pensamento livre dentro do movimento operário. O mesmo pode dizer-se de toda umha série de indivíduos e grupos que na década dos 70 se vincularam à "autonomia operária", e que em grande medida idealizavam as tendências autónomas expressadas a nível de massas no ascenso da luita proletária desde meiodos dos 60, com grandes movimentos e luitas assembleares e a emergência de atitudes que questionavam a disciplina laboral. No contexto actual a discussom em torno aos gestores segue a ter vigência, mas o que deviu mais importante práticamente é o assunto do desenvolvimento da consciência revolucionária e do movimento proletário autónomo. Também a nossa perspectiva sobre o problema dos gestores deveria focar-se nesta direcção, pois o que realmente será determinante nom é tanto se os gestores som, ou nom, umha classe, e se actuam como tal, mas se @s operári@s se desenvolvem como sujeitos revolucionários e se volvem colectivamente capazes de ultrapassar qualquer influência capitalista no seu movimento.

Por outra banda, o ingente esforço teórico de João Bernardo, junto com a minha crítica e tentativa de reformulação integradora, deveriam ser considerados umha prova mais da necessidade de desenvolver o pensamento revolucionário. Se estas questões, tradicionalmente consideradas básicas a nível intelectual, e ainda pressupostos gerais da política proletária, nom estavam realmente clarificadas todavia em pontos importantes, que é o que poderemos dizer do sem-número de temas que habitualmente se reconhecem difíceis ou aos que objetivamente foram dedicados relativamente poucos esforços de clarificação e aprofundamento.

- Definição de classe social: como cada um dos conjuntos de agentes estruturais opostos, produzidos por um sistema de divisão social do trabalho que se baseia numa relação de exploração. Esta definição permite superar vários problemas:

1) a existência da classe é definida pela sua função prática em relação ao sistema - comportamento funcional à relação de produção-, com o qual as características mutáveis e variáveis dos agentes que actuam nos distintos sectores, campos ou âmbitos da vida social são indiferentes para a definição;

2) os rasgos da constituição individual do sujeito de classe (p.e., assalariamento, tipo de trabalho, situação laboral) passam a ser claramente secundários, prevalecendo os rasgos colectivos que definem a oposição de classe a partir da relação de exploração objetivada (a subordinação da capacidade de trabalho à acumulação capitalista e a expropriação do plus-trabalho);

3) as funções sociais estruturais, derivadas do modo de produção dado, ficam definidas no seu conteúdo de classe não pela constituição individual dos sujeitos que as levam adiante (p.e., políticos, intelectuais), mas pelo seu conteúdo social imanente, enquanto expressões estruturais do modo de exploração dado; portanto, as relações sociais de subordinação no marco das relações políticas e culturais resultam identificadas como reproduções funcionais da relação de exploração básica nos distintos planos da vida social, e os seus agentes são identificados como membros dumha classe de acordo com este conteúdo social. Assim, empregados e desempregados cuja existência social depende de submeter-se dum modo ou outro à relação do capital (falar de *expropriação do plus-trabalho* --seja como mero plus-tempo material, sem incluir plus-valor, ou seja como plus-tempo material e económico à vez-- e não de *apropriação do plus-produto ou plus-valor* permite identificar as formas improdutivas da exploração como tais e, por tanto, indirectamente funcionais à acumulação particular ou global do capital) pertencem à classe operária, mentes que patrões, políticos parlamentares e especialistas do conhecimento que exercem ficariam definidos como membros da classe capitalista (no entanto o conteúdo imanente da sua actividade consiste na reprodução da relação social de exploração). Nestes três estratos ou facções essenciais da classe capitalista o que os define como classe manifesta-se, de facto, na persistência empírica das relações de especialização (embora mudem de forma e isso possa reestruturar a composição da classe dominante a distintos níveis). Em todas estas relações a parte subordinada vê-se obrigada a submeter a sua vontade e actos ao poder dessas capas, seja na vida económica, política ou cultural.

4) Deste modo, chegamos a identificar claramente o carácter de classe de qualquer relação social concreta, embora siga a ser condição elementar o facto da persistência ou carácter estrutural da relação do ponto de vista do sistema de divisão do trabalho que estrutura globalmente a vida social. Assim, por exemplo, as formas de actividade da classe explorada que reproduzem a relação de classe dentro das suas relações internas (laborais, familiares, organizativas, inclusive a sua relação consigo mesma -forma de psicologia e de autoconsciência) não alterariam a sua própria condição de classe, simplesmente constituem umha autoalienação suplementar.

- Trata-se de conservar a diferenciação prática entre classe em si e classe para si, que evita qualquer posição essencialista acerca da classe operária, de modo que a sua natureza efectiva como sujeito social somente pode determinar-se em função das determinações histórico-materiais concretas que configuram a sua actividade social. Em função destas determinações o antagonismo de classe promove ou não o desenvolvimento dumha praxis colectiva e consciente, e da a essa praxis um carácter e perspectiva sociais correspondentes. Assim, não todos os conflitos desembocam em processos de luta, não todos os sectores operários desenvolvem lutas autónomas nem tendem a umha consciência comunista (muitas das vezes trata-se dumha prática forçada pelas circunstâncias que não é integrada na consciência), e tampouco todos os proletários vão desenvolver efectivamente umha praxis revolucionária consciente dentro da sociedade capitalista (pois a sua situação individual ou colectiva, tanto laboral como extralaboral, pode impedi-lo, dado que não todas as características objetivas da condição de classe antagónica ao capital -trabalho associado, produção de plus-valor, subordinação do trabalho ao capital- existem efectivamente em todo o proletariado -hai sectores mais individualizados, sectores improdutivos em termos de plus-valor, sectores que combinam ou podem combinar o trabalho assalariado com actividades por conta própria...-). Assim, a questão do que é umha classe revolucionária fica sempre ligado à praxis histórica e não pode entender-se nem verificar-

se fóra de ela. A tentativa de fazê-lo somente pode conduzir a uma posição não revolucionária, cuja base prática pode ser, por uma parte, a necessidade reformista de identificar a classe operária como um sujeito homogêneo e imanente à sociedade capitalista, enfatizando a uniformização do trabalho e a determinação do assalariamento como bases do movimento proletário; por outra parte, a necessidade dos grupúsculos esquerdistas de identificar a classe operária com uma natureza mística que a faria revolucionária -e, por conseguinte, afim aos seus projectos ideológicos- apesar de que a sua praxis histórica demonstrasse uma e outra vez o contrário. Dado que ambas posições, aparentemente opostas, constituem os dois extremos do mesmo movimento operário tradicional, o sector "moderado" e o "extremista", não é estranho que compartilhem a mesma lógica de fazer abstracção das condições históricas para afirmar como intemporais os interesses da classe operária. Os "interesses de classe", a "perspectiva de classe", etc., passam assim a ser fetiches ahistóricos, utilizados de formas diversas em favor da reprodução das ideologias particulares, sendo a única diferença a intencionalidade prática de quem os utiliza. Mas como a intencionalidade, para ter valor efectivo, exige uma praxis coerente com as condições históricas objectivas e subjectivas, a própria focagem ahistórica da que partem estas correntes "moderadas" ou "extremistas" impede-lhes avaliar a sua própria coerência, de modo que o único critério que fica é o da efectividade imediata, ou seja, o critério da eficácia e a consideração da praxis política como uma técnica, cujos resultados seriam avaliáveis em termos quantitativos de número de aderentes, publicações distribuídas, propaganda repartida, consecução de postos de poder... fazendo total abstracção do processo histórico de desenvolvimento das formas de acção, de organização e de consciência que é o que constitui efectivamente o movimento proletário num momento dado e o que permite compreender a sua evolução em interacção com as condições sociais.

A classe define-se por:

- 1) ocupar uma posição constante nas relações de produção
- 2) por derivar interesses diferenciais, constantes e comuns
- 3) pelas suas condições de existência estar contrapostas aos interesses de outros
- 4) por implicar a existência dumha classe oposta dentro da mesma estrutura de produção e, de aí, no conjunto da estrutura social baseada em aquela.

O proletariado e a burguesia cumprem estas condições. A burguesia evolue em direcção a deixar a sua função produtiva aos gestores, mas como expliquei, a sua função essencial é a apropriação do plusvalor (e este é o critério essencial no pensamento marxiano), não a sua distribuição ou a regulação da sua extracção (produtividade). Ou seja, em nenhum momento deixa de possuir o poder dominante na sociedade capitalista.

Os gestores cumprem os critérios 1, 3 e 4, mas não o 2. A sua posição não deriva interesses diferenciais constantes e comuns respeito da burguesia, e por conseguinte, a sua oposição ao proletariado somente significa que a sua existência como classe só é possível como facção da classe burguesa ou, expressado doutra forma, como facção dumha classe capitalista única que incluiria burgueses, gestores e ideólogos do capital. A ausência de diferenciação qualitativa respeito da burguesia implica a sua incapacidade para desenvolver uma prática social diferenciada. E, de facto, o que aconteceu nos regimes bolcheviques foi que os gestores aplicaram à economia no seu conjunto formas que já se aplicaram a nível das unidades de produção separadas ou para auxílio estatal da acumulação global do capital; a sua oposição à burguesia não é uma oposição de classe porque não representa uma relação de produção distinta, mas uma oposição de partido ou facção, que representa simplesmente um modelo de desenvolvimento distinto. E os exemplos do fascismo e a economia mixta demonstraram que nem ainda nas aparentes inovações das economias "soviéticas" os gestores possuíam qualquer patente de tipos de organização e regulação da vida económica. O modelo económico bolchevique foi o produto histórico dumha crise capitalista de desenvolvimento que se permanentizara devido às deficiências da política liberal; assim, a forma de afrontar essa crise tinha que ser essencialmente idêntica em todos os países, embora se adaptasse às grandes diferenças de desenvolvimento económico e histórico existentes e assim adoptasse características particulares muito diferentes, magnificadas logo ideologicamente por interesses políticos.

Por conseguinte, a praxis social dos gestores inscreve-se sempre no quadro funcional ao autodesenvolvimento do capital. Se neste processo precisam utilizar o movimento proletário, do

mesmo modo que a burguesia ascendente o utilizara para derrocar o poder feudal, isto devera-se simplesmente a esse interesse. Por outro lado, a sua oposiçom à burguesia somentes é possível num quadro crítico no que o autodesenvolvimento do capital nom pode proseguer baixo a direcçom da burguesia, mas nom porque os gestores tenham interesses antagónicos com ela. E ainda assi, este tipo de expropriaçom, como a que às vezes se tivo dado em todos os países na forma de expropriaçoms estatais a capitalistas privados (devido à contradiçom entre essa gestom privada e os interesses gerais do desenvolvimento capitalista nacional), nom supóm necessariamente a destruiçom completa da burguesia, no sentido de que nom exige necessariamente a expropriaçom das suas fortunas privadas mas somentes dos activos das empresas. Por conseguinte, se isto se produz haverá de explicar-se em funçom de circunstâncias históricas e nom de interesses imanentes.

Por outro lado, os interesses dos gestores nom som claramente comuns. Podem, em funçom das circunstâncias históricas, apoiar à burguesia ou ao movimento operário, mas sempre dentro dos parámetros favoráveis ao desenvolvimento do capital. Neste sentido, os gestores enfatizaram sempre o "socialismo" como forma de organizaçom económica mais eficaz, nom como forma superior de liberdade e realizaçom humana. Assi, a sua representaçom clássica no movimento operário foi a social-democracia. Esta mesma razom, quase estrutural, é o que explica que ainda hoje a socialdemocracia represente fundamentalmente à "classe meia" em oposiçom à direita neoliberal que representa mais exclusivamente aos grandes burgueses. Podemos, assi, ver que, à marge de conveniências temporais, os gestores representam a tendência a um "capitalismo organizado", mentres a burguesia representa a tendência a um capitalismo liberal. E este mesmo jogo de oposiçom interna dentro da classe burguesa permite explicar as aparentes grandes diferências políticas ao mesmo que por que a socialdemocracia se mantivo desde hai décadas como umha força política e ideológica hegemónica da sociedade capitalista ainda quando perdeu quase todo o apoio estrutural dentro da classe operária, à que somentes considera e se dirige como base eleitoral e nom como sujeito representado. Os sectores mais baixos entre os gestores vem os seus interesses mais ligados ao movimento operário, e por isso podem adoptar posiçoms mais "radicais", passando a aderir-se aos postulados de todo o arco da esquerda leninista -e, neste sentido, nom é casual que este tipo de elementos se achem muitas vezes tendo um papel crucial na persistência e na direcçom destas organizaçoms.

Os gestores som parte dumha divisom jerárquica do trabalho e, neste sentido, podem padecer opressom, mas o conteúdo *social* preeminente da sua actividade é dirigir o trabalho alienado, controlar as condiçoms da sua exploraçom e distribuir o plusvalor gerado, tanto a escala das unidades de produçom separadas como a nível das condiçoms gerais da produçom global. O seu trabalho é, por conseguinte, *trabalho para outro* somentes dum ponto de vista técnico, no enquanto se insere na hierarquia do capital. Dum ponto de vista económico é um trabalho de exploraçom, ainda que este carácter social lhe vem dado nom polas características das suas funçoms produtivas ou administrativas, mas pola hierarquia na que está inserido. Neste sentido, a sua condiçom social é ambivalente e a instabilidade do capitalismo, assi como a sua tendência à reduzir o preço da força de trabalho, pode provocar que os sectores mais baixos da hierarquia gestorial se unam à luita proletária e ainda a um movimento revolucionário proletário. Embora, a sua forma de consciência social de partida terá como selo umha mistura ambigua de aspiraçoms proletárias-reformistas e formas de actuaçom capitalistas (organizaçom jerárquica, império do critério de eficácia na praxis social, abstracçom do desenvolvimento das qualidades humanas em favor do crescimento do poder e dos logros imediatos). Se isto nom aparece tam claro na experiência quotidiana é devido a que o próprio proletariado está também afetado pola falsa consciência dominante acerca das suas possibilidades e das formas de praxis socialmente efectivas. Mas o movimento revolucionário consiste, precisamente, na emergência de novas formas de praxis e na realizaçom dessas possibilidades que, consideradas em abstracto, podem parecer impossíveis ou impotentes, mas que com a sua posta em prática em condiçoms históricas favoráveis permitem, ao transformar as próprias circunstâncias sociais no curso da açom, extender-se e consolidar-se.

O labirinto de Bernardo 2

Ao longo de *Marx crítico de Marx*, Bernardo busca qualquer ambiguidade literária para introduzir os seus supostos críticos, em lugar de partir dumha compreensom de conjunto do pensamento marxiano. O que el chama "estrutura implítica da obra" parece limitar-se aos supostos e declaraçons de intençons de Karl Marx à hora de elaborar *O Capital*, em lugar de a um estudo genético e holístico do seu pensamento. Assi, a sua reflexom segue um patrom de crítica estritamente literário (nom teórico) de *O Capital*. Essa é a razom pola que nom busca estabelecer as suas apreciaçons com base num estudo das ideas de Marx a partir dos seus desenvolvimentos ao longo de todas as suas obras. No seu lugar, Bernardo parte do suposto de que *O Capital* pode tomar-se como um todo autosuficiente, que sintetizaria o total do pensamento marxiano, o que somentes é certo parcialmente e limitando-nos ao tema da economia capitalista. Isto, polo seu lado, lhe impide ver que o objetivo imanente de *O Capital* é formular um modelo dinámico do desenvolvimento do modo de produçom capitalista, nom umha ideologia ou um "sistema", que é o que Bernardo parece ver. Olhado do primeiro modo, *O Capital*, à marge de ser umha obra inconclusa, permite compreender os desenvolvimentos históricos do modo de produçom capitalista até hoje, inclusive as formas de capitalismo de Estado total e o seu derrube, e mesmo a situaçom global actual. Porém, olhado ao modo de Bernardo *O Capital* somentes aparece como umha obra ideológica particular, como qualquer outra obra "filosófica", que careceria dum valor objetivo para o desenvolvimento da consciência proletária.